

JOSÉ FERNANDO PATIÑO TORRES  
ORGANIZADOR



# ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE

UMA APROXIMAÇÃO INTERDISCIPLINAR



JOSÉ FERNANDO PATIÑO TORRES

Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Psicologia Cultural e Psicólogo pela Universidad Del Valle/Colômbia. Professor e coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Professor visitante do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM-UFT. Professor do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de San Buenaventura Cali - Colômbia (2010-2016). Professor convidado ao curso de Especialização em Terapia Familiar e de Casais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO. Membro do grupo de pesquisa "O estudo da subjetividade na educação e na saúde", dirigido pelo professor doutor Fernando González-Rey (UnB). Pesquisador em três linhas de pensamento: epistemologia da ciência e produção de conhecimento; estudos da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica; sócio-antropologia das trajetórias escolares.



**José Fernando Patiño Torres**  
**(ORGANIZADOR)**

# **ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE**

***UMA APROXIMAÇÃO INTERDISCIPLINAR***



**Palmas- TO**  
**2020**

# Universidade Federal do Tocantins

## Reitor

Luis Eduardo Bovolato

## Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

## Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

## Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

## Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

## Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

## Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

## Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

## Conselho Editorial EDUFT

## Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

## Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine  
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos  
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo  
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques  
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo  
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

**Diagramação e capa:** Gráfica Movimento

**Arte de capa:** Título da imagem: Alter ego; Ano: 2012; Autor: David Ho

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

---

T693e

Torres, José Fernando Patiño. (Org).

Estudos da subjetividade: uma aproximação interdisciplinar . /  
Organizador: José Fernando Patiño Torres – Palmas, TO: EDUFT,  
2020.

117 p. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-09-8

Minicurriculo dos autores ao final.

1. Epistemologia 2. Saúde mental, universidade. 3. Escola itinerante. 4. Organização pública, burocracia. 5. Organização pública, princípios. 6. Jornalismo. 7. Subjetividade digital. I. Título. II. Subtítulo.

CDD – 301.245

*“À minha amada filha, Penélope, por ser minha primeira e maior inspiração na vida*

*O Editor.”*

# SÚMARIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>8</b>
<b>Prefácio</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: Epistemologia Qualitativa e estudo da subjetividade em uma aproximação cultural-histórica: conversa com Fernando González Rey</b> .....	<b>14</b>
<i>Fernando González Rey e José Fernando Patiño Torres</i>	
<b>CAPÍTULO 2: Saúde mental na universidade: reflexões teóricas sobre a subjetividade dos jovens universitários</b> .....	<b>26</b>
<i>Luzia Viera da Silva Bernardes e Carlos Mendes Rosa</i>	
<b>CAPÍTULO 3: Escola itinerante – um espaço de subjetivação e promoção da saúde mental no trabalho</b> .....	<b>42</b>
<i>Rute Andrade dos Santos e Ana Flávia Campeiz</i>	
<b>CAPÍTULO 4: O princípio capitalista e burocrático nas organizações públicas e a subjetivação do servidor</b> .....	<b>55</b>
<i>Romário Rocha do Nascimento</i>	
<b>CAPÍTULO 5: Jornalismo, pós-verdade e subjetividade – fatos <i>versus</i> emoções</b> . . .	<b>68</b>
<i>Rogéria Martins Costa</i>	
<b>CAPÍTULO 6: A subjetividade digital na era da pós-verdade: O caso Cambridge Analytica e o Facebook</b> .....	<b>80</b>
<i>Felipe Silva Leite</i>	
<b>CAPÍTULO 7: A subjetividade de mulheres esportistas em Palmas – TO</b> .....	<b>90</b>
<i>Jeany Castro dos Santos, José Fernando Patiño Torres e Temis Gomes Parente</i>	
<b>CAPÍTULO 8: Mulher trans no vôlei brasileiro: reflexões a partir da subjetividade social</b> .....	<b>106</b>
<i>Lidiane Moreira</i>	
<b>Sobre o organizador</b> .....	<b>114</b>
<b>Sobre os/as autores/as</b> .....	<b>115</b>

# APRESENTAÇÃO

O livro *Estudos da subjetividade: uma aproximação interdisciplinar* é o resultado de um esforço coletivo, entre docentes e discentes vinculados a três programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Tocantins, por produzir reflexões teóricas e trabalhos empíricos inspirados na Teoria da Subjetividade na perspectiva cultural-histórica, desenvolvida por Fernando González Rey (La Habana, 1949- São Paulo, 2019). Assim, os/as autores/as que aqui escrevem pertencem aos seguintes cursos: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Programa de Pós-graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos UFT/ESMAT.

Este livro é dedicado, de forma muito especial, à vida e obra de González Rey, científico cubano recentemente falecido que criou uma plataforma teórico-epistemológica, eminentemente latino-americana, para explicar a complexidade dos processos subjetivos que orientam a vida humana dentro do contexto cultural de atuação. O legado de González Rey, mesmo vindo da Psicologia, tem mostrado seu valor heurístico em campos teóricos e áreas de atuação interdisciplinar. Este livro é, de alguma maneira, uma tentativa de dialogar com seu referencial da subjetividade, ação que pode se constituir na melhor homenagem para um homem que dedicou sua vida à ciência.



A gênese do presente projeto editorial emergiu a partir dos desdobramentos acadêmico-científicos da disciplina “Sujeto, sociedad y subjetividad”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom). Três aspectos fizeram dessa disciplina uma experiência diferenciada e produtiva: 1. Tratou-se de uma proposta inovadora, promovida pela Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni e pelo Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, do PPGCom, a qual permitiu trabalhar a Teoria da Subjetividade/Epistemologia Qualitativa de González Rey na língua do próprio autor, ou seja, em espanhol. Esta estratégia faz parte do

plano de internacionalização do Programa para a promoção de uma formação abrangente em termos culturais, linguísticos e intelectuais. 2. Participaram, ao longo do programa acadêmico da disciplina, diferentes docentes convidados/as, nacionais e internacionais, a saber: Prof. Dr. Johnny Orejuela (Universidade EAFIT – Colômbia), Profa. Ma. Danna Aristizábal Oviedo (Universidade Cooperativa da Colômbia) e Prof. Dr. Daniel Magalhães Goulart (Universidade de Brasília). A riqueza trazida pelos/as colegas foi vital para estimular o diálogo interdisciplinar dentro de três campos: educação, saúde mental e trabalho. 3. O propósito final da disciplina, em termos avaliativos e pedagógicos, era produzir uma publicação conjunta, a partir das temáticas das dissertações e teses desenvolvidas pelos/as discentes, desde o olhar da subjetividade. E eis o resultado de um sonho transformado em livro.

Dessa forma, o livro se inicia com a entrevista “A Epistemologia Qualitativa e o estudo da subjetividade em uma aproximação cultural-histórica: conversação com Fernando González Rey” realizada por José Fernando Patiño Torres com o próprio autor da Teoria da Subjetividade, na qual se abordam aspectos biográficos de González Rey, a forma em que nasceu a proposta da subjetividade na sua trajetória de vida, até chegar à explicação de categorias centrais como sujeito, simbólico, emoção e singularidade. Nesse diálogo rico, os autores navegam por diversas críticas à pobreza teórica e epistemológica da Psicologia e das ciências empírico-analíticas objetivistas, para depois introduzir o valor heurístico oferecido pela Epistemologia Qualitativa para o estudo da subjetividade em uma aproximação cultural-histórica. Por fim, González Rey expõe algumas reflexões e orientações para os/as discentes da pós-graduação, motivando-os a seguirem nesse percurso formativo que implica no fazer científico.

Em seguida, Luzia Viera da Silva Bernardes e Carlos Mendes Rosa apresentam seu trabalho intitulado “Saúde mental na universidade: reflexões teóricas sobre a subjetividade dos jovens universitários”, a partir do qual discutem sobre os desafios contemporâneos dos cenários universitários perante o sofrimento psíquico estudantil. Diversas fontes são consultadas para mostrar o aumento de problemas subjetivos que comprometem a saúde mental dos/as universitários/as, o qual está atravessado por questões acadêmicas, raciais, sociais, econômicas e culturais. Para terminar, são apresentadas algumas considerações pertinentes para a promoção do cuidado de si e dos outros, assumindo a universidade como espaço de resistência e criação permanente.

Posteriormente, Rute Andrade dos Santos e Ana Flávia Campeiz, com seu texto “Escola itinerante – um espaço de subjetivação e promoção da saúde mental no trabalho”, analisam, articulando as propostas teóricas de González Rey e Dejours, a forma com que um espaço socioeducativo contribui na reconfiguração da subjetividade de servidores públicos. Dentro da pesquisa realizada pelas autoras, é possível identificar o papel que o diálogo entre pesquisadoras e participantes tem na promoção de reflexividades que geram rupturas nas formas de vida dos trabalhadores, fato esse gerador de processos subjetivos favorecedores da saúde mental.

Romário Rocha do Nascimento dá sequência com seu trabalho “O princípio capitalista e burocrático nas organizações públicas e a subjetivação do servidor”, pesquisa teórica que defende que, pese às profundas contradições entre a estrutura social e os/as trabalhadores/as, há possibilidades de experiências reflexivas capazes de inaugurar campos possíveis de subjetivação. Partindo dessa tese, o indivíduo não seria necessariamente um ente passivo dentro do capitalismo burocrático das organizações públicas, mas sim um agente que pode gerar processos de significação positivos que contribuam no enfrentamento, nos casos mais críticos, do padecimento do sofrimento no cotidiano do trabalho.

Subsequentemente, Rogéria Martins Costa apresenta seu texto “Jornalismo, pós-verdade e subjetividade – fatos *versus* emoções”, o qual nos convida a refletir, desde a inspiração da Teoria da Subjetividade de González Rey, sobre os processos subjetivos que estão envolvidos no consumo contemporâneo acrítico das desinformações. Dessa forma, debate-se que, no campo jornalístico, a pós-verdade tem ganhado uma importante presença social, na medida em que a informação, em tempos de modernidade líquida, é cada vez mais frágil, mutável e dependente das produções emocionais dos indivíduos que a consomem.

Em diálogo com o anterior, “A subjetividade digital na era da pós-verdade: o caso Cambridge Analytica e o Facebook” é o capítulo desenvolvido por Felipe Silva Leite, quem discute o renomado e escandaloso caso Cambridge Analytica, o qual abriu uma série de questionamentos ético-políticos, a nível mundial, dentro do que chamamos a “era da informação”. As *Fake News*, as desinformações e deformações da realidade seriam, na perspectiva tratada no texto, mecanismos políticos de natureza autoritária, cuja função é reduzir as possibilidades subjetivas dos indivíduos, grupos e coletivos de serem autônomos nas suas escolhas de vida.

Continuam depois Jeany Castro dos Santos, José Fernando Patiño Torres e Temis Gomes Parente com o capítulo “A subjetividade de mulheres esportistas em Palmas – TO”, mediante o qual se apresenta uma pesquisa de campo que recupera a experiência subjetiva de mulheres que fazem parte de um clube de corrida da capital tocantinense. Nesse trabalho, orientado pela perspectiva da subjetividade, se mostrou como o esporte, quando esse é configurado subjetivamente, permite a abertura de formas alternativas de urbanidade entre as pessoas, o que termina favorecendo processos de desenvolvimento subjetivo que se expressam em diversas esferas da vida.

E finaliza Lidiane Moreira Gonçalves da Silva com o texto “Mulher trans no vôlei brasileiro: reflexões a partir da subjetividade social”, produto de uma pesquisa documental que recupera material textual e imagético de diversas publicações relacionadas ao polêmico caso da participação da esportista trans, Tiffany Abreu, dentro de times de alta competição no vôlei. A partir da análise foi possível evidenciar que a subjetividade social brasileira, embora com tensões e contradições, tem se transformado, nos últimos tempos, em relação ao gênero no esporte, mudança que só é possível pela ação direta e indireta de mulheres que, como Tiffany, se posicionam como sujeitos da sua história.

Dessa forma, encerra-se esta obra que pretende promover discussões, divergências e rupturas, a partir de temáticas contemporâneas de enorme valor para a pesquisa, para a formação dentro da pós-graduação e para a sociedade como um todo. Nos oito capítulos do livro, tem-se destacado o valor heurístico da Teoria da Subjetividade para compreender, explicar e promover mudanças nas subjetividades das pessoas, grupos e coletivos, dentro dos seus espaços sociais de participação.

***José Fernando Patiño Torres***

Organizador

# PREFÁCIO

O presente livro é uma expressão contundente das potencialidades do encontro de múltiplas experiências, interesses e trajetórias profissionais no contexto universitário. Ele sintetiza o argumento, ainda mais idealizado do que praticado, de que o processo de ensino e aprendizagem pode superar a lógica bancária de transmissão de conteúdos para se transformar em palco de criação e abertura de novos caminhos. Sendo resultado de uma disciplina de pós-graduação, ele representa, ainda, a ideia de que a pesquisa e a produção acadêmica não são somente processos inerentes aos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, mas podem habitar o espaço das salas de aula da Universidade e se constituírem como norte desejável e geral do ensino superior.

A unidade entre ensino e pesquisa torna-se ainda mais potente quando consideramos que a pesquisa e a produção acadêmica são vias de expressão e de desenvolvimento subjetivo para os estudantes. O ofício de pensar, questionar sobre um campo, produzir ideias sobre um tema e tornar público esse caminho em desenvolvimento pode representar a construção de novas e mais consistentes formas de se posicionar frente a questões sociais urgentes, novos papéis sociais e novas possibilidades de interlocução. Como defendeu González Rey em toda a sua obra, a pesquisa é encantadora não precisamente porque ela revela o que não conhecíamos, mas porque ela permite novas representações sobre o que estudamos, novas articulações de ideias e fenômenos que antes eram ininteligíveis. Com isso, transformamos a nossa relação com o mundo e com a vida e, assim, ampliamos o escopo de nossas práticas.

Para muitos dos jovens pesquisadores que se articularam nesta coletânea, trata-se da primeira experiência de publicar um texto acadêmico. Em conversa prévia com o organizador da obra, Professor Dr. José Fernando Patiño Torres, ele me confessou: “Meu desejo é que sejam atrevidos e arriscados para publicar”. Somente entendemos seu desejo quando nos deixamos provocar pela reflexão assumida por ele em diversas ocasiões de que é necessário e urgente dar voz àqueles que, embora protagonistas da vida universitária, têm sido historicamente silenciados: os estudantes. Sob a influência da lógica neoliberal, as instituições de ensino negligenciam os indivíduos que as constituem e passam, simultaneamente, a cobrar cada vez mais a alta performance de seus estudantes e a responsabilizá-los por seus supostos fracassos. O individualismo que impera em nossa sociedade é cultivado e intensificado no cotidiano universitário de forma articulada à objetificação das relações, que oblitera o potencial das singularidades pela normatização e pela reprodução, excluindo, conseqüentemente, a riqueza das nossas diferenças. Uma questão importante que emerge dessa reflexão é: continuaremos construindo manicômios em nosso cotidiano na Universidade?

Este livro propõe a lógica inversa ao manicômio. Sua organização é exemplo de responsabilidade por articular pesquisadores em formação na publicação de ideias sobre temas contemporâneos sob uma perspectiva crítica. O livro é expressão de como o contexto atual das Universidades pode mobilizar processos de subjetivação individuais e sociais, relacionados a temáticas de interesse dos estudantes. Apresentando suas ideias sobre temas diversos, de forma articulada a conceitos de autores consagrados nos diversos campos abordados, a criatividade desses jovens pesquisadores floresce a partir das raízes férteis de suas diferenças.

Diversos temas são apresentados e discutidos nesta obra: a saúde mental na universidade, o trabalho como possível via de promoção à saúde mental, a subjetivação do servidor nas organizações públicas, jornalismo e subjetividade digital em tempos de pós-verdade, bem como a subjetividade de mulheres e mulheres trans esportistas. A diversidade de temas tratados e de autores trazidos para esse livro converge na busca por articular as ideias emergentes ao referencial da Teoria da Subjetividade em uma abordagem cultural-histórica. Como o próprio autor dessa teoria, Fernando González Rey, afirmou na potente entrevista que compõe o conjunto dos capítulos desta coletânea:

Diferentemente do subjetivismo, a subjetividade nos permite uma concepção de mente que é inseparável da história, da cultura e dos contextos atuais da vida social humana. A subjetividade surge quando a emoção se torna sensível aos registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não simplesmente uma adaptação a ele (p. 16).

Nesse sentido, pensar na dimensão subjetiva dos diversos temas contemporâneos discutidos no livro implica justamente na contraposição à tendência moderna de rotular, normatizar e excluir aquilo que não se consegue entender. Busca-se enfatizar a recíproca configuração entre subjetividade e cultura enquanto dimensões geradoras e definidoras da especificidade humana, para além de qualquer pretensa naturalização de seus processos. Como ensina González Rey, também na entrevista supracitada: “O mundo humano é um mundo cultural, e é a subjetividade humana que permite permanentemente um potencial criativo que não está definido pelas condições objetivas nas quais o criador surge” (p. 19).

É certo que alguns capítulos apenas tangenciam essa articulação, expressando algumas imprecisões no uso de seus conceitos, enquanto outros avançam de forma mais consistente em seus desdobramentos conceituais, epistemológicos e metodológicos. Esse processo é comum e, longe de ser um demérito do livro, é expressão dos desafios para o aprofundamento contínuo de seus autores. Do meu ponto de vista, é uma virtude que o livro traga, em uma mesma produção, diferentes gerações e níveis de aprofundamento teórico. González Rey dizia com frequência que somente uma teoria capaz de integrar diferentes gerações é capaz de se manter viva no complexo caminho da produção do conhecimento. Do contrário, estamos cultivando dogmas, não fazendo florescer a ciência.

Certamente, um dos espaços sociais mais fecundos para a manutenção viva da produção do conhecimento é precisamente a Universidade. Por isso, não poderia estar mais de acordo com o primeiro capítulo do livro, escrito por Luzia Bernardes e Carlos Mendes Rosa, quando afirma:

Nesse sentido, é também urgente repensar a finalidade da Universidade, a qual não é apenas entregar profissionais técnicos, padronizados, performáticos para a sociedade; não é destruir vidas, mas sim, construir vidas, futuros e possibilidades através dos processos de educação em seu sentido mais amplo. A Universidade deve ser capaz de formar para pensarmos em mundos possíveis e novos meios de vida, pelas quais sejam livres as diferenças, os talentos, as habilidades, as singularidades e também os coletivos (p. 39)

Nesse sentido, saúdo e felicito o docente da disciplina e organizador desta obra, Professor José Fernando Patiño Torres, por fazer com que sua experiência de pesquisa e docência se desdobre na oportunidade generosa para que outros se desenvolvam consigo. Também, cum-

primento e estímulo os estudantes autores dos capítulos deste livro a enxergarem neste fruto produzido a semente de caminhos criativos e implicados com a transformação social. Ao ler esta obra, não constatamos somente o resultado de reflexões passadas, mas vislumbramos a riqueza das possibilidades do futuro. Avante!

***Daniel Magalhães Goulart***

Professor Adjunto

Departamento de Teorias e Fundamentos - Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

# EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E ESTUDO DA SUBJETIVIDADE EM UMA APROXIMAÇÃO CULTURAL-HISTÓRICA: CONVERSAÇÃO COM FERNANDO GONZÁLEZ REY<sup>1</sup>

*Fernando González Rey*

*José Fernando Patiño Torres*

**José Fernando Patiño Torres (JFP):** Na história da pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, surgiu um importante debate teórico e epistemológico, no qual a antropologia, a sociologia, os estudos culturais, entre outros, monopolizaram esse tipo de pesquisa. Mas você abre um caminho diferente, não apenas na psicologia, como também nas ciências sociais. Gostaria que você comentasse o que considera serem os princípios e processos desenvolvidos em pesquisas apoiadas na Epistemologia Qualitativa e que não são compartilhados com os estudos qualitativos em geral.

**Fernando González Rey (FGR):** Correto, acho que, às vezes, há um equívoco. É que falamos de pesquisa qualitativa como se fosse um paradigma em si, algo coerente, homogêneo, que compartilha princípios. No entanto, por um tempo, a pesquisa qualitativa foi basicamente tão instrumental quanto a pesquisa quantitativa, mas devemos lembrar que um dos pais desse caminho foi Dilthey (1949), o qual já propunha a diferença entre metodologia nas ciências sociais e nas ciências naturais. Agora, no campo das ciências concretas, e não da discussão filosófica - onde teríamos que falar sobre a hermenêutica de Heidegger (1997) e Gadamer (2007) -, temos um campo muito fértil para analisar, pois houve tendências filosóficas importantes que não encontraram a sua expressão na pesquisa qualitativa, como apareceu de forma dominante nas ciências sociais da década de 1980, quando a pesquisa qualitativa teve um *boom* nas ciências sociais.

Inclusive, houve uma questão muito interessante: a pesquisa qualitativa tentou buscar seu “guarda-chuva” teórico na fenomenologia. Não obstante, a fenomenologia, como às vezes eu digo nas minhas palestras, é um “bicho de sete cabeças”, como qualquer filosofia complexa. A fenomenologia sobre a qual se apoiou a pesquisa qualitativa, na década de oitenta, fundamentou-se no Husserl mais indutivo, no Husserl que procurava mais uma objetividade e fazer da filosofia uma ciência como a matemática, justamente porque ele era matemático (GONZÁLEZ REY, 2013a). No entanto, há outros Husserl, com outras facetas. Agora, se você olhar para os

autores mais citados na década de 1980 - Taylor, Cassidy, Strauss, Denzin, Guba e Lincoln - que foram pioneiros da pesquisa qualitativa na época, esses se destacaram por seu caráter indutivo-descriptivo.

Lembro que, nas minhas primeiras jornadas nesse tipo de pesquisa, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, todo o jargão do qualitativo era justamente isso: uma expressão narrativa, um ideal de ciência, mas não havia nenhuma diferenciação profunda com aquelas apostas epistemológicas sobre as quais se queria tomar distância (GONZÁLEZ REY, 2000). Um exemplo disso é o *empirismo teórico da psicologia* em seu processo histórico de constituição como campo científico. A partir das minhas reflexões, e depois que completei meu doutorado em Moscou, buscava um tipo de pesquisa qualitativa que me permitisse construir um conhecimento baseado não na expressão explícita, suscetível à descrição das pessoas estudadas, mas em aspectos indiretos, os quais levariam a interpretações não evidentes na expressão intencional dos indivíduos estudados. Pensando em uma nova forma de fazer pesquisa, concluí que tinha que partir de uma epistemologia diferente da pesquisa tradicional em psicologia, e foi aí que eu cheguei na *Epistemologia Qualitativa* (1997). Um dos aspectos mais importantes dessa compreensão do conhecimento é seu caráter construtivo interpretativo, ou seja, sempre construímos o conhecimento como um modelo de pensamento que se enquadra no âmbito de nossa teoria em um determinado momento de seu desenvolvimento. É esse modelo de pensamento que fornece inteligibilidade sobre o empírico.

Portanto, o saber nunca é uma apreensão definitiva da realidade; o que nos distancia do conceito de verificação, bem como da ideia de demonstração, e o que temos é a busca de formas de inteligibilidade que apoiem novas práticas humanas, que são eficientes para resolver muitos problemas, mas com isso não podemos cair na ilusão de que dominamos o mundo como ele é. Temos a capacidade de agir sobre o mundo e desenvolver certos efeitos, abrir certos caminhos e manter uma perspectiva de produção de inteligibilidade.

Entre o mundo e a produção de conhecimento há sempre uma diferença: a ciência nunca é uma produção idêntica à realidade. Acredito que o ponto mais importante e diferenciador da epistemologia qualitativa é, como eu te disse, a natureza construtiva-interpretativa do conhecimento que guia a pesquisa qualitativa concreta. Como é que isso acontece?

Na construção de indicadores que nos permitem ir avançando, não por expressões explícitas das pessoas estudadas, mas por elementos indiretos que vão tomando um valor na construção do pesquisador, e que nos permitem gerar hipóteses para produzir um conhecimento sobre a subjetividade, para construir um saber sobre o qual essa epistemologia se desenvolveu, e que nos permitem construções que estão além da consciência, da intenção e da linguagem intencional das pessoas estudadas. Isto é um grande desafio; esses são caminhos difíceis de inteligibilidade. No entanto, eles nos proporcionam saberes para explicar problemas que as outras teorias e epistemologias não nos permitiram. Então, estamos nesse caminho.

**JFP:** Temos destacado o lugar que a teoria toma nesse processo construtivo-interpretativo da informação ao longo da pesquisa empírica. É muito interessante esse caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que se contrapõe com uma das máximas de Lévi Strauss, em sua abordagem mais estruturalista, quando propunha que o objetivo final da antropologia era poder constituir uma lei geral que explicasse a cultura como uma totalidade universalizante. Mas a construção epistemológica e teórica de sua obra tem outros recursos, princípios e desdobramen-

tos metodológicos. Como você entende a teoria? Que lugar você dá à teoria no processo investigativo, enquanto caminho gerador de conhecimento?

**FGR:** Isso é fundamental. Eu creio que um dos temas pior tratados da psicologia tem sido o uso das teorias. As teorias têm sido concebidas como grandes sistemas macro para os quais são reportados dados da pesquisa. Nesse processo, pretende-se, por uma via universalista e fundacional, achar significado direto a esses dados, sem um adequado processo de reflexividade por parte dos pesquisadores. Você pode observar isso em alguns colegas que usam a psicanálise, na versão menos interessante, para atribuir significado de forma imediata e absoluta a uma expressão isolada, omitindo a processualidade e a temporalidade necessárias que todo saber implica. Nós preferimos não falar de dado, pois isso remete a algo que está “pronto” na natureza e que a função do pesquisador seria simplesmente a apreensão disso que está pronto e dado.

Para mim, isso é um absurdo. As teorias, na realidade, são sistemas de inteligibilidade que nos proporcionam categorias e conceitos, os quais facilitam a produção de significados no processo investigativo; esses significados, na sua processualidade, tornam-se construções teóricas que são compatíveis com a teoria mais abrangente que os fundamenta. Porém, é uma construção que não deve apenas fazer sentido no sistema de representações que possui um pesquisador concreto, mas, inclusive, a própria comunidade científica julga o valor do que ali está sendo defendido. Não é um problema de fé, mas um sistema de inteligibilidade com a capacidade de defender a maior legitimidade de umas construções sobre outras (GONZÁLEZ REY, 2014).

Agora, quero te dizer o seguinte: a teoria é um sistema vivo; a teoria está em movimento; as teorias estáticas convertem-se em dogmas, em cristalizações, servindo a determinados interesses que se contrapõem a uma lógica genuína do pesquisador, o qual está ávido por gerar novas “zonas de sentido” (GONZÁLEZ REY, 2007). Quando uma teoria se cristaliza, corre o risco de se tornar uma ideologia carente de reflexividade. Então, exploremos um pouco a concepção de teoria que eu defendo. Eu considero que há dois níveis da teoria: a macroteoria e a microteoria. A macroteoria possui um conjunto de categorias que compõem um sistema complexo. Esse sistema produz múltiplas vias de inteligibilidade e novas representações, e também novos problemas para a ciência, novos campos de significação teórica que antes não tínhamos percebido. É importante lembrar que o positivismo nos infligiu uma visão de ciência na qual a pesquisa se convertia em “coleta de dados”, os quais terminavam em relações estatísticas e demonstrações experimentais para se chegar a uma conclusão geral. Qual era o problema mais grave dessa visão de ciência? Que a teoria estava ausente nas suas construções. Era imposta a hegemonia das fórmulas estatísticas, as quais tinham, *per se*, um critério de legitimidade científica, para além da complexidade teórica do fenômeno que estava sendo estudado.

Eu penso que toda plataforma de pensamento científico nos proporciona um modelo teórico, que são os significados que o pesquisador vai construindo a partir da grande diversidade de informações emergidas no curso da pesquisa, e que, evidentemente, têm legitimidade à medida que permitem ver coisas novas, construir novos significados e seguir avançando. Mas, para mim, um modelo teórico não é algo fechado, como alguns consideram. Muitos seguem a lógica, como expressei anteriormente, de tentar encaixar o empírico em um modelo fixo já preestabelecido. Pelo contrário, desde a Epistemologia Qualitativa, concebemos o modelo como algo vivo, em permanente tensão e desenvolvimento, e este é o segundo nível da teoria: seu uso como recurso para a produção de modelos de pensamento que só emergem no curso da pesquisa científica. Vou te dar agora um exemplo. Se você observa meus primeiros livros de motivação

moral (GONZÁLEZ REY, 1982; 1983), pode notar que eu me permiti e, na comunidade científica do momento, permitiram-me um determinado caminho com um valor heurístico para explicar os problemas que naquele momento me propunha investigar. Porém, nada disso ficou estático. Não é que eu tivesse descoberto nenhum princípio universal, mas esses avanços sobre o desenvolvimento moral, um dos meus primeiros temas de pesquisa, permitiram que meu modelo de pensamento se enriquecesse, e, de forma inesperada e recursiva, abriram-se outros debates que hoje têm valor para minhas investigações. Isso é o mais interessante do conhecimento: eu nem sonhava, naquele momento, com o que hoje em dia tenho constituído como uma plataforma para estudar a subjetividade na perspectiva cultural-histórica. Então, o que quero mostrar é como o pensamento científico vai gerando novas ideias, novas representações; o que, por sua vez, nos permite uma inteligibilidade que emerge no estudo de novos problemas, os quais podem ser estudados pela teoria. Porque, vale a pena esclarecer, em nossa realidade social, os problemas não estão dados, somos nós que os construímos. Os problemas cobram existência, ou seja, têm valor epistemo-ontológico quando nossas representações sobre determinada realidade ganham uma forma de expressão inteligível, de tal maneira que se produza uma alternativa de saber.

**JFP:** Na trajetória formativa e de produção de conhecimento que você compartilha conosco, a *personalidade* foi uma categoria teórica muito importante em determinado momento de sua obra. Porém, a personalidade, no marco da psicologia soviética, na qual você se formou, teve um tratamento secundário. Além disso, hoje, você escreve menos sobre personalidade, e a *subjetividade* como campo complexo de tensões intelectuais tem sido o foco das últimas três décadas. Gostaria que comentasse qual foi essa processualidade, na sua formação, que lhe permitiu avançar e abrir outras zonas de sentido, para agora fazer a aposta em uma categoria que, sentimos, tem maior valor heurístico; abre caminhos seguramente mais dinâmicos, mais diversos, em comparação com a perspectiva da personalidade, que já foi uma categoria central na sua obra e na de outros autores.

**FGR:** A questão é que, na psicologia soviética, o tema da subjetividade era um tabu, pelo caráter ideológico que tomou a confrontação materialismo – idealismo (GONZÁLEZ REY, 2013b); por isso, a personalidade se converteu na área de estudo que permitiu uma aproximação às questões mais subjetivas da psicologia, como a motivação humana. Isso, obviamente, tinha um contexto político, pois explorar a personalidade significava dar lugar à existência do sujeito, não como recipiente ou resultado do social, mas como gerador dinâmico de processos subjetivos que vão além de qualquer um dos processos que participaram da sua gênese. A subjetividade tem sido, também, um tema complicado na medida em que se relaciona com dois focos: ou com a visão cartesiana do sujeito racional pensante, ou com a ideia de que o subjetivo carece de valor epistemológico, pois conspira contra a objetividade do saber. Hoje, você pode ver, muitas pessoas resistem ao conceito de *subjetividade* por confundi-lo com subjetivismo, o que é um profundo erro. O subjetivismo é uma condição inerente à condição humana que separa a mente, abstraindo-a das condições de vida em que o homem se desenvolve, portanto a subjetividade é um desenvolvimento específico do psiquismo humano nas condições da cultura, que não existe no resto do mundo animal (GONZÁLEZ REY, 2002). Por isso, a subjetividade não é equivalente a psíquico.

A subjetividade é a forma complexa em que o psíquico humano toma lugar no desenvolvimento das pessoas e de todos os processos humanos. Diferente do subjetivismo, a subjetividade nos permite uma concepção de mente que é inseparável da história, da cultura e dos contextos atuais da vida social humana. A subjetividade emerge quando a emoção passa a ser sensível aos

registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não simplesmente a adaptação a ele.

Agora, Budilova (1983), uma pesquisadora russa, recentemente afirmou que foi nos estudos da personalidade onde o tema da subjetividade mais avançou na psicologia soviética e eu penso que ela tem toda a razão. Por exemplo, se você analisa os conceitos mais desenvolvidos de Vygotsky, como *perezhivanie e sentido*, eles são conceitos que apontam para o fenômeno subjetivo. O pensamento, como o definiu Vygotsky em *Thinking and Speech* (1987), é o pensamento de uma pessoa que padece, que sente; é o pensamento que expressa o fluxo de vida do sujeito que pensa. Você vai ver que Vygotsky começa a se interessar pelas funções psíquicas, não como processos isolados, mas como funções dentro de unidades mais complexas, implicadas ao sujeito da função. Isso é algo muito importante. Bozhovich, quem dirigia o laboratório no qual realizei meus estudos de doutorado na outrora União Soviética, avança sobre o legado de Vygotsky. Olha, Bozhovich, que foi discípula de Vygotsky, usa um termo que ele empregou, mas que não aprofundou: se trata do termo *formações psicológicas, formações motivacionais* (BOZHOVICH, 2009). Então, já Bozhovich começa a pensar na personalidade, não como se via no Ocidente, como sistema de fatores e traços, fora das teorias psicanalíticas e humanistas; dentro dessas últimas, o aporte de Gordon Allport foi muito especial. No entanto, sobre esse tema não posso me estender, pois não é o nosso foco agora. Eu sempre recomendo que se leia a Allport, pois é uma das figuras que avança sobre a complexidade desse problema. Retomando, Bozhovich começa a ver a personalidade como sistema de formações psicológicas complexas, e que nos fala de *ideais morais, autoavaliação, afeto de inadequação*, conceitos todos que nos levam a pensar em dinâmicas motivacionais realmente complexas que escapavam à representação dominante da motivação humana, tanto no Ocidente quanto na União Soviética. Em seu livro clássico *A personalidade e sua formação na idade infantil*, Bozhovich (1981, p.183) diz:

A personalidade, dessa forma, deixa de ser o resultado da superposição direta das influências externas e se manifesta como aquilo que o homem faz de si mesmo, como confirmação da sua vida humana. Ele confirma sua vida dentro do seu trabalho diário, na comunicação com as demais pessoas.

Portanto, trata-se de um sistema subjetivo, ao nos permitir a emancipação do imediatismo do meio externo. Quando somos capazes de organizar nossas projeções, nossos projetos e nossas ideias dentro da fertilidade da nossa imaginação e da nossa fantasia, já estamos dentro do domínio do subjetivo.

O tema da subjetividade, após a década de 1970, vai aparecendo timidamente na psicologia soviética. Inclusive, Chudnovsky, que foi meu orientador, dá um avanço importante ao destacar as razões que impediram tratar o tema na psicologia soviética; porém, não articula de forma orgânica a subjetividade dentro da teoria psicológica, pela qual não chega a desenvolver uma definição específica do subjetivo. A subjetividade teve, na história da psicologia soviética, um grande déficit: a ausência do simbólico, das formas simbólicas, das realidades simbólicas, temas que foram trabalhados muito tardiamente na filosofia soviética e de forma incompleta pela psicologia. Esse tema o desenvolveu muito profundamente Cassirer, o filósofo, mas, por não ser um filósofo marxista, foi raramente citado na psicologia soviética. Foi Davidov (1992), discípulo de Leontiev, que nunca havia citado a Bozhovich antes, quem, em 1992, escreve um artigo no qual integra o tema do simbólico e o relaciona com a consciência, as funções psíquicas e a personalidade. E o mais impressionante: nesse artigo cita inúmeras vezes a Bozhovich.

Eu penso que conceitos como o de *sentido* em Vygotsky têm um grande valor, apesar do seu caráter inacabado. Esse foi uma constante na obra desse autor, a quem lhe faltou mais tempo para desenvolver a sua obra, dada a precoce desaparecimento dele. Não obstante, Vygotsky teve flashes muito brilhantes ao longo de toda sua obra. Infelizmente, nos seus conceitos, observa-se a ausência de uma definição ontológica nova em relação às categorias tradicionais que eram hegemônicas na psicologia soviética, e na própria psicologia de forma geral. Se você retoma Vygotsky (1987, p. 276) quando diz que o sentido “é o agregado de todos os fatores psicológicos que aparecem na nossa consciência como um resultado da palavra”, você se dá conta de que não está falando de uma categoria de uma nova ordem ontológica, mesmo que esse conceito tenha representado um enorme salto para uma nova compreensão sobre a consciência. Está abrindo a consciência ao plano da linguagem, mas, por sua vez, não a reduz à linguagem, integrando nessa unidade, que definiu como sentido, os fatores psicológicos mais diversos evocados pela palavra. Portanto, Vygotsky representa o sentido como uma categoria mental que existe no plano da ação da pessoa. Isso foi muito inspirador para mim, para o posterior desenvolvimento de conceitos da minha proposta, como o de *sentido subjetivo* (GONZÁLEZ REY, 2013b).

**JFP:** Em algum momento, tive um debate com o professor Martin Packer, um renomado psicólogo cultural, que falou que era problemático propor a subjetividade como objeto das ciências sociais, devido sua oposição à objetividade. Isso deu início a um diálogo provocador, tenso e emocionante com Packer, pois discrepamos sobre a existência de uma oposição entre subjetividade e objetividade, pelo menos no mundo do pensamento científico. Gostaria que nos dissesse: o que pensa da relação entre objetividade e subjetividade?

**FGR:** A primeira coisa, para retomar essa questão, é nos perguntar: de que objetividade se está falando? É acaso a definição de Lenin de matéria, que define como matéria tudo o que existe independentemente dos sentidos? Isso é justamente sobre o que mais discordo de Lenin: que nenhuma construção de saber pode ser independente de nossos sentidos, pois os sentidos também participam de tudo isso. No entanto, com essa definição de matéria, Lenin quebra com a concretude da materialidade, pois tudo o que é material existe, o qual inclui o subjetivo como atributo essencial da existência humana. Vygotsky (1999, p. 271) disse uma frase fantástica: “Qualquer sentimento ‘encarna’, ajusta-se numa ideia, como é evidente no ‘delírio de perseguição’. As emoções, conseqüentemente, expressam-se não só na mímica, nas pantomimas e nas reações somáticas do nosso organismo, mas também se expressam na nossa fantasia [...] Assim, uma pessoa doente que sofre de obsessão está, em essência, doente pelo sentimento”. Isso foi afirmado em *Psicologia da Arte*. Aí você vê que Vygotsky, que foi um dos primeiros que teve um diálogo, uma influência forte do marxismo, reconheceu que as emoções humanas e o mundo do psicológico eram tão reais quanto o mundo dentro do qual se desenvolviam nossas ações.

Então, de que objetividade estamos falando? Eu creio que a subjetividade é um dos processos e produções mais objetivos quando falamos do homem. Às vezes, fazemos contraposição objetividade-cultura, e o único que poderia sustentar essa contraposição é um conceito estreito de *cultura*. A cultura se expressa através de diversas formas objetivadas, como monumentos, modos de vida, linguagens, entre outros. Não obstante, a cultura é uma produção totalmente subjetiva; o cultural é produzido e recriado pelo homem e suas instituições de forma subjetiva, o que implica necessariamente as emoções humanas. Subjetividade e cultura se configuram de forma recíproca em dimensões temporais diferenciadas; as produções subjetivas definem novas formas de cultura, de uma geração para outra, embora esse processo seja cada vez mais acelerado, pois a subjetividade é configurada na cultura desde o início mesmo da vida

individual. O mundo humano é um mundo cultural, e é a subjetividade humana que permite permanentemente um potencial criativo que não está definido pelas condições objetivas nas quais o criador surge.

Nós sabemos que a mecânica quântica, no seu início, criou dilemas para a objetividade metafísica que regia a visão empirista e materialista de ciência. Isso pode ser visto, por exemplo, no princípio de incerteza de Heisenberg (1995), o qual afirma que a partícula é onda e corpúsculo ao mesmo tempo, mas apenas uma dessas condições é acessível em cada ponto concreto de sua trajetória. Quando a física se orienta ao estudo das partículas através da mecânica quântica, dá origem a um momento da ciência na qual a ação do homem no curso das partículas através de seus instrumentos é inseparável dos resultados da pesquisa. Não há saber separado da ação humana que o produz, o mito da neutralidade acabou. A subjetividade como processos humanos, sociais e individuais é tão objetiva quanto qualquer outro tipo de processo da vida, e tão subjetiva como qualquer forma de saber humano.

**JFP:** Relacionado a esse seu comentário, Giordano Bruno, no século XVI, já tinha um pensamento muito inovador quando afirmava que o observador, como produtor de conhecimento, sempre estava no centro desse conhecimento (BRUNO, 2011 [1584]). Mas essas ideias progressistas de Bruno só foram acolhidas muito tempo depois. No entanto, é interessante ver que, agora, o conhecimento do observador é uma produção subjetiva. E também penso o seguinte: a subjetividade é um fenômeno de caráter objetivo, no sentido em que é uma produção simbólico-emocional do humano. Ou seja, temos o consenso objetivo de que os humanos, em certo nível de desenvolvimento psicológico complexo, são geradores de subjetividade, independentemente de terem nascido em um lugar ou outro. Agora, se queremos estudar a forma particular em que se configura a subjetividade das pessoas nos seus contextos histórico-culturais, isso nos introduz em um nível de objetividade que resgata, como forma de legitimação científica, o valor do singular dessa configuração. Então, o singular, desde minha perspectiva, também não se opõe à objetividade.

**FGR:** Efetivamente. Esse é outro dos princípios fundamentais da Epistemologia Qualitativa: o singular como fonte legítima de conhecimento científico. Em tudo isso, acredito que o mais interessante é recuperar o debate filosófico na ciência, o qual na psicologia infelizmente tem sido pobre em sua história, como também afirmam importantes clássicos da história do pensamento psicológico como Danziger e Koch.

**JFP:** Falando agora da relação entre ontologia e subjetividade, novos acontecimentos e novas formas de sociedade desafiam as ciências sociais. Configurações de certas expressões da subjetividade social contemporânea, como o Estado Islâmico (ISIS), desafiam os cientistas sociais mais experientes. Essa nova forma de organização social não é explicável por meio de um pensamento histórico de uma ordem teleológica; também não é compreensível como, por exemplo, no Estado Islâmico há um grupo significativo de pessoas de países como Inglaterra, Austrália, Alemanha, Estados Unidos que se juntaram. O que você pensa sobre isso?

**FGR:** Eu penso, honestamente, que devemos criticar a visão que tenta “satanizar” o que nos é apresentado hoje no Estado Islâmico. Eu creio que suas práticas realmente se chocam com as formas mais avançadas de convivência que temos atingido, mas também há um efeito realmente impressionante da mídia massiva em tudo isso. Ficamos surpresos com os recentes acontecimentos em Paris, mas não com os milhares de mulheres, idosos, crianças e população inocente que morrem, a cada dia, ou vivem em condições precárias como resultado dos bom-

bardeios do Ocidente sobre a Síria e o Iraque. Barbárie gera barbárie e violência gera violência. Depois de ter existido o nazismo, o estalinismo e uma história de guerra da humanidade desde seus inícios, deveríamos ter aprendido que a subjetividade, em suas produções racionais, irreconciliáveis por sua natureza subjetiva, é a fonte da barbárie. Aí, eu repetiria algo que escreveu Bauman (2010): o Holocausto não foi uma patologia humana; o Holocausto foi a outra face da subjetividade humana. Então nós, às vezes, pensamos a subjetividade em termos domesticados pelo racionalismo, que tem dominado o pensamento ocidental. Pensamos que a razão humana domina as práticas humanas; no entanto, eu sempre tenho dito que a razão está a serviço da subjetividade. Como jovens europeus, criados na Inglaterra, formados em uma cultura ocidental, se juntam ao Estado Islâmico? O que nos permite explicar isso? O que seria risível é dizer que se trata de um estado patológico. Com isso, não estaríamos explicando esse complexo fenômeno, mas simplificando-o, por meio da sua classificação, como algo fora da norma. O mesmo acontece com a criança inquieta, e que a psiquiatria diagnostica como déficit de atenção com hiperatividade. Esta é uma tendência moderna: rotular e excluir tudo o que não conseguimos compreender.

Lembro uma contribuição muito interessante de Foucault com seu livro *Eu, Pierre Rivière que degolei a minha mãe, a minha irmã e o meu irmão* (2001). Quando você lê o livro, você diz: Puxa! O ato é uma barbaridade. No entanto, a compreensão do sentido do ato se dá no diário de Pierre Rivière, catalogado como um louco, quando na realidade não era. Essa é uma contribuição crítica de Foucault à compreensão do conceito de *loucura* ou de *psicopatia* como formas de patologia, e, por sua vez, um questionamento profundo sobre o caráter racional dos atos humanos.

**JFP:** Essa tendência à patologização do desconhecido é justamente uma demonstração dos limites da compreensão no sistema de representações que temos. É uma forma relativamente cômoda de achar uma saída para o que não podemos explicar em nosso sistema de inteligibilidade.

**FGR:** Relativamente cômoda e salvadora dos status estabelecido. Por isso é que a subjetividade é uma categoria tão subversiva; se você observar, contra a subjetividade estão os sistemas autoritários, porque evidentemente a subjetividade abre um campo imaginativo para a criação de alternativas, para a legitimação da policromia do humano. São contrárias à subjetividade tanto as formas de capitalismo que manipulam as pessoas para que fiquem alienadas com lógicas de consumo massivo; como todas as formas de poder hegemônico que, amparadas em ideologias diversas, procuram impor um critério universal do justo, do moral, do patriótico e do necessário. A emergência do sujeito humano, social e individual, com suas produções subjetivas, sempre representa uma ameaça para as formas de dominação com independência dos discursos subjacentes dos quais querem se ocultar.

Viktor Frankl, em um campo de concentração, refletiu sobre o sentido da vida em uma das condições que só recriavam a morte e a miséria humana. Esse germe, que nunca se deixa colonizar, que sempre oferece resistência, que sempre gera a alternativa como forma de realização, é extraordinariamente subversivo para todas as formas de poder. E também devo te dizer: nós não temos uma cultura da subjetividade, vivemos em uma cultura da objetividade, no sentido da submissão.

**JFP:** Queria entrar agora em uma questão relacionada com a formação investigativa dos discentes de mestrado. Alguns discentes manifestam que se encontram em um dilema, pois querem se posicionar criticamente, querem assumir de forma ativa a teoria, mas quando con-

frontados com os cenários sociais da pesquisa, especialmente aqueles mais institucionalizados, são desafiados às consequências do que implica encarar a subjetividade na perspectiva que você defende. Por exemplo, no mundo do trabalho, geram-se práticas culturais coercitivas e impeditivas dos processos de singularização do próprio pesquisador. Nesse ponto, o jovem pesquisador, que sonha em confrontar e aportar à criação de novos processos, se vê em um conflito maior. Você, que tem tanta experiência em pesquisa, o que poderia comentar a esses jovens pesquisadores?

**FGR:** Interessa-me muito, o que você me perguntou. Olha, eu creio que o pesquisador muitas vezes, inclusive querendo ser crítico e assumindo formas alternativas às dominantes, se confronta com um grande problema. Até hoje, as instituições, na América Latina, onde se formam os profissionais e pesquisadores, especialmente em psicologia, seguem programas de formação e avaliação realmente obsoletos. Muitas vezes, os pesquisadores acabam sendo instrumentos, técnicos que processam “dados” sem um posicionamento reflexivo. Para mim, o pesquisador é, antes de tudo, um pensador. Mas como o positivismo continua sendo hegemônico, e contribuiu com a ruptura entre ciência e cultura, então isso fez com que a cultura só fosse retomada no campo da literatura e da arte... E a ciência ficou confinada no uso acrítico de instrumentos que nos permitem demonstrar e evidenciar realidades fáticas. Embora tenhamos autores interessantes na nossa região, a América Latina tem sido mais uma reprodutora das tendências de pensamento produzidas no mundo anglo-saxão e na Europa Ocidental, especialmente na França.

Eu lembro quando alguns estudantes me diziam: “Professor, eu sou behaviorista, pois essa é a teoria que encarna o pensamento científico”, e eu lhes respondia: “Por que você, sendo tão jovem, tem orgulho de se identificar com algo que já está tão estabelecido? Por que não é você quem vai descobrindo e gerando caminhos dentro dessa grande aventura que é a ciência em suas formas de construir novos significados?”. Para os estudantes de mestrado, falo agora com toda sinceridade: fazer esta formação é o primeiro passo no desenvolvimento de um cientista. E temos que ler muito, trabalhar para chegar a ter uma forte cultura geral que nos permita uma opção de pensamento.

Não consigo imaginar um bom psicólogo sem conhecer Dostoievski, Tolstoi, Milan Kundera, Sándor Márai e muitos outros tantos autores que são verdadeiros clássicos da compreensão subjetiva das realidades humanas. E possivelmente mencionei autores que muitos psicólogos nunca leram, mas se eu consigo semear curiosidade para que eles possam lê-los, então vou me sentir muito feliz. Olha, eu li *Ana Karenina* na minha juventude. Um livro nunca é uma versão definitiva dada pelo autor, pois o livro toma permanentemente novos sentidos subjetivos na complexidade do leitor. Então, na minha leitura juvenil desse livro, eu amei a grandiosa filosofia da vida que estava em processo de desenvolvimento. Mas agora que o li na minha idade, já mais maduro, para mim foi um texto valioso para meu momento atual de pensamento na ciência. Muitos dos conceitos que usamos na pesquisa científica estão implícitos na forma em que Tolstoi nos apresenta a complexidade de seus personagens, suas relações e seus destinos. Milan Kundera (2000), em uma de suas publicações, afirmou que a literatura tem o privilégio de entrar em zonas do ser humano que, pela sua complexidade, nunca serão parte da ciência. E eu sinto que o desafio da Teoria da Subjetividade é dizer a Milan Kundera que fazemos uma ciência que gera formas de inteligibilidade sobre esses processos tão complexos que a literatura nos apresenta.

A pesquisa é um verdadeiro cenário de novas relações, de desdobramentos e de um tecido social extraordinariamente complexo. Infelizmente, isso foi muito simplificado pela ideia de

“amostra” e aplicação estandardizada, a partir de instrumentos “assépticos”, que nos impôs a versão mais empirista da pesquisa. Esse modelo de ciência se expressa, nos processos formativos, em uma espécie de domesticação do estudante a uma lógica instrumental como condição de saber científico, desestimulando a sua imaginação e fantasia, processos inseparáveis da criação científica.

**JFP:** No processo de entrar no trabalho de campo, às vezes surgem, nos jovens, alguns temores, ou, às vezes, há uma certa rigidez por essa visão instrumental que você nos descreve da ciência. Aparece a ideia de que o instrumento já está pré-fabricado, pelo qual somente deve ser feita uma “aplicação”. Mas você nos provoca, nos exorta para que essa visão instrumental seja superada por uma visão diferente; parece como se, de todas as formas, o pesquisador, na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, tem que desenvolver configurações subjetivas na ação científica que superem essa forma de instrumentalismo, o qual tem dominado a ciência, especialmente a ciência positivista.

**FGR:** Isso que você está dizendo é central. Acredito que o pesquisador é, antes de tudo, um iconoclasta; uma pessoa apaixonada que vai gostar do que faz. E precisamente essa figura do pesquisador apaixonado foi excluída da história da ciência por meio do princípio de neutralidade. A neutralidade leva um pesquisador tímido, amarrado ao procedimento por um roteiro preparado, para estudar uma realidade que nunca se submete a roteiros. Trata-se de uma realidade caótica. E quando chega o pesquisador, supostamente neutro, para pesquisar um grupo de jovens, a primeira coisa que recebe é uma zombaria, então, o que fazer diante disso? O pesquisador tem que ter um recurso para conquistar os participantes, entrar em sua própria zombaria, provocá-los, gerar interesse neles, conquistar os participantes de forma genuína. Essa criação ativa do pesquisador é fundamental para fazer ciência; o pesquisador, de fato, gera um novo espaço social ao se relacionar com o grupo ou as pessoas que estuda. Sempre são gerados os instrumentos quando pensamos nosso problema de pesquisa, mas os instrumentos não são uma abstração, são recursos para estimular e aprofundar o diálogo com o pesquisador por diferentes vias. O mais importante em uma pesquisa, pensada como via de desenvolvimento de modelos de pensamento, de novas formas de inteligibilidade teórica sobre um problema, é a produção do grupo social no qual serão desenvolvidas as ações dessa pesquisa. O instrumento é apenas uma via para provocar a expressão do outro que deve se desdobrar em outros instrumentos que garantam a expressão ampla e emocionalmente comprometida dos participantes da pesquisa.

Então, o que eu diria aos pesquisadores jovens é que pesquisar é uma aventura criativa, é um prazer; não se pode pesquisar com roteiros rígidos, como uma camisa de força. Tem-se que pesquisar na processualidade; o que significa que, na medida em que você transita no campo, as informações que vão aparecendo não são resultados em si, mas fragmentos sobre os quais devemos exercer a nossa reflexão, para garantir construções que encontrem novas expressões em informações que procedem de outras fontes. São produções construídas a partir das ideias do pesquisador e inseparáveis delas. Não há nada a ser demonstrado que esteja fora do sistema de pensamento do pesquisador; é o recurso através do qual temos acesso a novas formas de inteligibilidade sobre isso que se define como empírico e que, quando ganha visibilidade empírica, se torna uma produção teórica.

**JFP:** Outro tema significativo, para a vida dos recém-formados na pesquisa, tem a ver com o projeto de vida. Alguns estão considerando se dedicar à ciência como trabalho e forma de vida. Outros continuarão nos seus campos profissionais tradicionais, mas alimentarão seu pensamento

com a formação investigativa que estão desenvolvendo. O que você poderia dizer a eles, levando em consideração que você tem dedicado boa parte da sua vida justamente à produção de conhecimento científico?

**FGR:** Gostaria de lembrar que a Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 1997; 2007), as Estruturas Dissipativas de Prigogine (1983), a Teoria das Catástrofes de René Thom (1994), todos esses sistemas, que hoje representam a complexidade, nos ensinam que profissão e ciência não são incompatíveis. Isso, acima de tudo, foi nos mostrado por Freud, que sempre foi um clínico e desenvolveu essa monstruosa obra que é a psicanálise, no curso da sua prática. Freud, apesar de sustentar uma representação mecanicista do aparato psíquico que, entre outras coisas, representava o modelo de pensamento mecânico dominante da época, gerou ideias subversivas e revolucionárias sobre as representações de homem e seu funcionamento psicológico. Para Freud, o campo clínico profissional e a ciência eram uma unidade constitutiva.

Por isso, o fato de que eu seja um profissional da escola, ou de que eu seja um clínico em uma instituição ou em um contexto comunitário, não implica que eu não seja um pesquisador. Eu sou um pesquisador na medida em que sou capaz de produzir, através de minhas práticas, um saber que as transcende.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad y holocausto**. Madrid: Sequitur. 2010.
- BOZHOVICH, Lidia Il'inichna. **La personalidad y su formación en la edad infantil**. La Habana: Pueblo y Educación. 1981.
- BOZHOVICH, Lidia Il'inichna. The Social Situation of Child Development. **Journal of Russian and East European Psychology** 47 (4): 59-86. 2009.
- BRUNO, Giordano. **De la causa, principio y uno**. Buenos Aires: Editorial Losada. 2011 [1584].
- BUDILOVA, Elena Aleksandrovna. **Sotcialno- psikjologicheskie problemy v Ruskoj nayke**. Moscú: Nauta. 1983.
- DAVYDOV, Vasily Vasilovich. Genezis i razvitie lischnosti v detskom vozraste. **Voprocy Psykologii** (1-2): 22-33. 1992.
- DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu. En la que se trata de fundamentar el estudio de la sociedad y de la historia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1949.
- FOUCAULT, Michel. **Yo, Pierre Rivière, habiendo degollado a mi madre, mi hermana y mi hermano**. Barcelona: Tusquets Editores. 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva. A virada hermenêutica**. Petrópolis: Vozes. 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Algunas cuestiones del desarrollo moral de la personalidad.** La Habana: Pueblo y Educación. 1982.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Motivación moral en adolescentes y jóvenes.** La Habana: Editorial Científica-Técnica. 1983.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Epistemología Cualitativa y subjetividad.** La Habana: Pueblo y Educación. 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos.** México: Paraninfo. 2000.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeto y subjetividad. Una aproximación histórico-cultural.** México: Thomson. 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Investigación cualitativa y subjetividad. Los procesos de construcción del conocimiento.** México: McGraw-Hill. 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando. “Subjetividad, cultura e investigación cualitativa en psicología: la ciencia como producción culturalmente situada”. **Revista Liminales** 1 (4): 13-36. 2013a.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O pensamento de Vigotsky. Contradições, desdobramentos e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec. 2013b.

GONZÁLEZ REY, Fernando. “Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa”. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; NEUBERN, Mauricio; MORI DEUSDARÁ, Valéria. **Subjetividade contemporânea.** Discussões epistemológicas e metodológicas, editado por Albertina Mitjás, Maurício Neubern y Valéria Mori, 13-34. Campinas: Alínea. 2014.

HEISENBERG, Werner. **Física y filosofía.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1995.

HEIDEGGER, Martin. **Ser y Tiempo.** Santiago de Chile: Editorial Universitaria. 1997.

KUNDERA, Milan. **El Arte de la novela.** México: Vuelta. 2000.

PRIGOGINE, Ilya. **¿Tan solo una ilusión?** Barcelona: Tusquets Editores. 1983.

THOM, René. **Structural Stability and Morphogenesis.** Berkeley: Westview Press. 1994.

VYGOTSKY, Lev Semiónovich. Thinking and Speech. IN: RIEBER, R.; CARTON, A. **The Collected Works of L.S. Vygotsky,** 43-287. Nueva York: Plenum Press. 1987.

VYGOTSKY, Lev Semiónovich. **Psicologia da arte.** São Paulo: Martins Fontes Editora. 1999.

# SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

*Luzia Viera da Silva Bernardes*

*Carlos Mendes Rosa*

## INTRODUÇÃO

O contexto atual das universidades públicas no Brasil está marcado por mudanças significativas, que afetam diretamente a saúde e a permanência dos estudantes na universidade. Dentre elas, destaca-se a precarização da educação superior pública e das políticas públicas de assistências aos estudantes, como situação que mostra um cenário crítico, contrário ao que foi construído ao longo da última década. Tal situação desconfigura as esperanças do futuro profissional almejado pelos jovens universitários e ameaça a existência das próprias universidades.

Percebendo a universidade como um ambiente múltiplo e complexo, que não se restringe aos espaços físicos do câmpus, mas atravessa muros e se desdobra em tantos outros espaços sociais, das relações e dos afetos (GOULART, 2019), nos deparamos com a necessidade e a urgência de dar voz àqueles que protagonizam a vida universitária e têm sido constantemente silenciados: os estudantes (PATINO TORRES, 2012). Sobre esses, há cada vez mais cobranças com relação a alto rendimento, compromisso e responsabilidade, ao mesmo tempo em que são desvalorizados, fragmentados de suas subjetividades e singularidades e objetificados pela lógica da reprodução, que coloniza os espaços acadêmicos (PATINO, 2019).

A nova ordem, não só no âmbito da universidade, mas na sociedade como um todo, é silenciar. Em todo o contexto social, pelos modos de vida hegemônicos que nos capturam, seja no campo do trabalho, da política, da família, das relações com os outros, a subjetividade vai sendo colocada à margem, relegada ao esquecimento. Nesse sentido, a perspectiva teórica da subjetividade, proposta por González Rey, que articula aspectos históricos, culturais e sociais para compreender as produções subjetivas singulares e coletivas de pessoas e grupos, confirma a emergência do sujeito e se mostra como alternativa promissora para o avanço e consolidação dos diálogos sobre saúde mental na universidade (GONZÁLEZ REY; PATINO TORRES, 2017).

Assim, visando refletir sobre as implicações do cenário atual no campo da subjetividade e seus desdobramentos na saúde mental, principalmente dos jovens universitários é que propomos este estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que busca articular temas con-

temporâneos sob uma perspectiva crítica, e suscita o seguinte questionamento: como o contexto atual das universidades tem causado implicações na saúde mental e na subjetividade dos jovens universitários?

Para responder este questionamento, partimos para uma análise reflexiva do ambiente acadêmico tal como se apresenta desde a ampliação do acesso ao ensino superior, a partir de políticas públicas e as mudanças ocorridas desse movimento, bem como seu reflexo na política de assistência estudantil, passando pelas vulnerabilidades socioeconômicas e os desdobramentos deste cenário na saúde mental dos estudantes, o qual é caracterizado pelo aumento significativo de situações de adoecimento, tentativas de suicídio e mortes por suicídio.

A partir da pesquisa em *sites* oficiais de universidades federais, foram elencadas três universidades federais para busca e análise de ações promovidas em saúde mental. Além disso, houve pesquisa de documentos, textos, artigos, livros e matérias jornalísticas que embasam a temática. Os resultados apontam para um movimento de iniciativas e práticas adotadas pelas instituições para promoção de saúde mental no ambiente acadêmico. No entanto, deve-se atentar para o processo de institucionalização de tais ações no âmbito de cada uma das intuições pesquisadas.

## **A UNIVERSIDADE HOJE: NOVAS CONFIGURAÇÕES, NOVOS DESAFIOS**

A diversidade, enfim, ocupa os espaços acadêmicos, pela primeira vez. Estudantes auto-declarados pretos e pardos são maioria nas universidades públicas (MENDONÇA; IBGE, 2019) e a multiplicidade de realidades culturais, sociais, econômicas e políticas, que agora compõe a trama complexa da academia, causa um impacto significativo nas relações e nos processos produzidos nesse ambiente. Esse, por sua vez, caracteriza-se como um espaço competitivo, que desafia e exige resultados a todo o momento, porém nem sempre oferece recursos e possibilidade aos estudantes para lidar com tais demandas, intensificando os conflitos e as fragilidades subjetivas (GOULART, 2019).

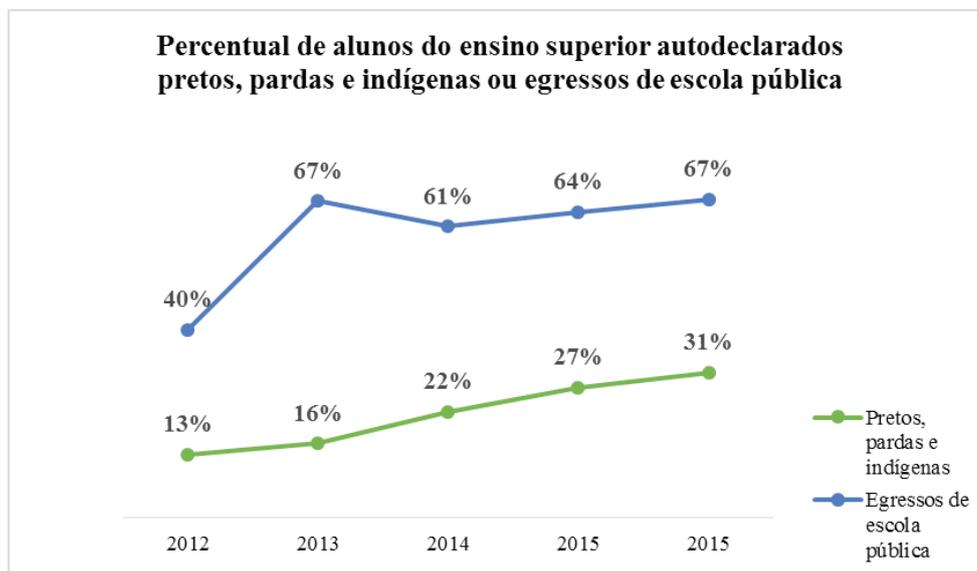
Percebe-se que, por um lado, a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil, por meio da política pública de cotas e ações afirmativas expressa na lei nº 12.711 de 2012 (LEAL *et al*, 2019), permitiu a chegada de populações que nunca haviam chegado antes à universidade; e os aportes financeiros custeados pelo Governo Federal, por meio de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2005, possibilitaram a manutenção, a reorganização e a expansão das universidades públicas (BRASIL, 2005).

De outro ponto, esse movimento de acesso criou também uma demanda de permanência do estudante na universidade, com desdobramentos significativos na saúde e bem-estar desse público que agora, ocupando os espaços acadêmicos, traz consigo não só suas expectativas de aprendizado e formação, mas também suas vulnerabilidades.

Com uma população diversa em crescimento, novos desafios emergiram para o ensino público em matéria de assistência estudantil.

A tabela abaixo mostra o crescimento de matrículas no ensino superior público brasileiro em um período recente de cinco anos.

**Figura 1 - Crescimento de matrículas em função da política de cotas**



FONTE: LEAL *et al* (2019).

Buscando atender esse novo grande público, uma proposta de assistência aos alunos universitários foi criada, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), delimitado em 2007 e formalizado em 2010, por meio do decreto nº 7.234. Esse plano surgiu para apoiar a permanência dos alunos de baixa renda nos cursos de graduação e, assim, assegurar que os concluíssem, uma vez que o programa oferece, em suas diversas linhas, assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A realização das ações é de responsabilidade das próprias instituições de ensino, que devem acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, assim como os critérios e métodos de seleção dos alunos beneficiados (BRASIL, 2010).

A trajetória do “acolhimento estudantil”, especificamente aos estudantes em situações de vulnerabilidade, a partir da gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, é ainda muito recente (ACCORSI, 2015) e suas ações estão em processo de criação. Embora o “programa de assistência” seja mais antigo e disponha de recursos próprios para sua manutenção, os benefícios oferecidos não atendem todos os alunos que precisam de algum tipo de auxílio. Considerando aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais (OLIVEIRA; ROSA; NASCIMENTO, 2019), alguns estudos indicam que 25% dos possíveis alunos do ensino superior são carentes e não conseguem, sequer, ingressar na universidade, mesmo sendo ela pública (SANTOS BAGGI; LOPES, 2011).

Entretanto, os aspectos econômicos não são os únicos a causar impactos na vida e na saúde mental dos estudantes, em sua trajetória acadêmica. Fenômenos como a desterritorialização, a mudança de sua cidade de origem para o local onde irá cursar a graduação, passam a figurar entre as principais formas de produção de sofrimento e adoecimento, pois ao se deslocarem para estudar, por vezes esses estudantes encontram desafios muito maiores do que se manter

materialmente. Distantes da família e de tudo que lhes é comum, precisam se adaptar a um novo lugar, a novas pessoas, relações e compromissos (ACCORSI, 2015; PATINO TORRES, 2019).

Constituem-se assim, diversas situações de vulnerabilidade, que se tornam fatores de risco para o adoecimento e o sofrimento dos alunos, desde a sua chegada à universidade. Accorsi (2015, p. 16) aponta que:

Existem fatores de risco para o bem-estar psíquico que são inerentes à vivência universitária, por exemplo: aspecto migratório (o estudante sai de sua cidade de origem e de perto de sua rede de apoio para frequentar a Universidade); adaptação e progresso do estudante; demandas crescentes de responsabilidade e demandas pedagógicas. Muitas vezes os fatores de risco estão associados a limitações econômicas, sociais e psicológicas; questionamentos sobre a carreira e curso escolhidos; processo de formatura e enfrentamento do mercado de trabalho; medo de fracassar, consumo de álcool e outras drogas, entre outros.

Percebe-se que, os fatores que contribuem para o sofrimento e adoecimento dos estudantes são de diversas ordens (econômica, pedagógica e afetiva), tornando complexo o trabalho de identificação e atendimento por parte das instituições. Somam-se, ainda, a dificuldade nas relações interpessoais, denotando a fragilidade dos vínculos sociais e a liquidez das relações (BAUMAN, 2004); a administração do tempo, pelo estudante, de suas atividades acadêmicas e pessoais; a relação professor-aluno, ainda muito semelhante à relação opressor e oprimido, refletida na falta de confiança e respeito mútuos, dificultando o avanço e a consolidação de uma educação democrática (FREIRE, 2011); a demanda das redes sociais; a necessidade e a cobrança em “dar conta de entregar várias coisas” durante o processo de formação.

Embora as políticas públicas da educação tenham avançado, sobretudo na educação superior, “as formas enrijecidas de lidar com a diferença ainda parecem prevalecer, expressando representações ainda normatizadas sobre o ser humano” (GOULART; ALCANTARA, 2016, p. 07), e se manifestam nas relações de poder, onde a ausência de diálogo e a instrumentalização das relações marcam as experiências no ambiente acadêmico.

Além desses fatores, a chegada à vida acadêmica ainda é marcada pelos rituais de acolhimento, os populares “trotés”. Esses se tornaram prática comum nas universidades e, a depender da forma como são realizados, podem se constituir em uma força de destruição da subjetividade dos indivíduos, tanto na forma, como na intenção com que são realizados. Contudo, ao contrário da liberação para realização de certas práticas, por serem comuns, a universidade vem passando por um processo de moralização e ampliação da normatização dos processos e da conduta de sua comunidade, no qual festas e eventos passam a ser considerados como perturbação, meios para o consumo de drogas lícitas e ilícitas e excessos no âmbito dos espaços acadêmicos (GOULART, 2019). Tal estratégia de moralização torna-se clara quando o Governo Federal resolve atribuir os cortes no orçamento das universidades federais usando como justificativa a “balbúrdia”, que seria própria às instituições (AGOSTINI, 2019).

Todo esse contexto mostra que modelos hegemônicos, como o da produção e reprodução, bem como a normatização, ainda se expressam permanentemente, passam quase despercebidos, todavia estão presentes, arraigados no modo instrumental de tratar pessoas e conduzir processos, insistindo em silenciar, tornando-se efetivos em oprimir e reprimir relações, sujeitos, sentidos e subjetividades. Para Goulart (2019), a universidade enquanto instituição tornou-se uma máquina

de produção sem vida, tecnicista e higienista, burocratizando seus processos e instrumentalizando as relações para reproduzir apenas, o que, ao invés de criar envolvimento e afeto, cria sofrimento, dor e morte.

Percebe-se que a universidade adotou a clássica representação capitalista e neoliberalista do *self made man*, na qual os alunos são postos como empreendedores de si mesmos, devendo alcançar a máxima eficiência e eficácia em seu “trabalho acadêmico”, otimizando seus recursos para potencializar lucros/resultados. Conforme Laval (2019), esse movimento é denominado neoliberalismo escolar, segundo o qual as instituições de ensino são pressionadas a atender as necessidades do capitalismo contemporâneo. A competição se instaura como pressuposto de igualdade, alunos e escolas competem entre si. Assim, produtos como testes e provas padronizadas e sistemáticas e os *slogans* de capital humano, competências e habilidades se constituem como estratégias para atender aos interesses do mercado, subvertendo os ideais de formação e emancipação dos estudantes, pilares da educação.

As consequências desse movimento aparecem nos números alarmantes de sofrimento psíquico, adoecimento, tentativas e concretude de suicídios entre jovens universitários. Santos *et al* (2017) aponta que o suicídio já representa a segunda maior causa de óbito entre estudantes universitários, “o que é bastante preocupante, devido a toda potencialidade destes jovens e da perspectiva de anos a serem vividos” (SILVA; GHIZONI, 2019, p. 164).

No Brasil, o número de mortes por suicídio cresce a cada dia. Foram em torno de 11 mil mortes em 2016, sendo a 4ª maior causa de morte registrada entre pessoas de 15 a 29 anos, segundo o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), o que é grave, tendo em vista que as mortes por suicídio são consideradas evitáveis (BRASIL, 2017). O contexto da universidade tem apresentado números que corroboram com esta realidade. Dados mais recentes sobre a saúde mental dos estudantes mostram que o número de mortes, por suicídio, entre os jovens universitários cresceu significativamente nos últimos anos, em várias regiões do país. Como relata Dutra (2012), aumentam as notícias sobre suicídios de estudantes que circulam na *internet*, por meio das mídias sociais.

Corroborando com esse cenário, dados de relatórios da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES, 2014), revelam uma situação crítica no que se refere a aspectos de vulnerabilidade e dificuldades enfrentadas pelos estudantes no contexto acadêmico. No que tange a fatores socioeconômicos, a pesquisa mostra que 42,21% dos universitários passam por dificuldades financeiras, sendo que 18,33% possuem dificuldades de acesso a materiais e meios de estudos e 51,73% dependem da rede pública de saúde para atendimentos. Dos participantes, 21,85% encontram dificuldades na adaptação a novas situações, como a separação da família, a mudança de cidade, a nova moradia. Dificuldades de ordem pedagógica também apresentaram altos índices, como carga excessiva de trabalhos estudantis, com 31,14%, e dificuldades de aprendizado, com 16,22%. Quanto a relacionamentos interpessoais, 17,66% possuem dificuldade e 19,8% refere-se à relação professor-aluno.

A pesquisa também mostra números significativos com relação a dificuldades emocionais presentes na vida acadêmica, sendo a ansiedade com o maior índice, 58,36%; Ainda, relataram insônia ou alterações no sono (32,57%); apresentaram sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,55%); apresentaram desânimo/falta de vontade de fazer as coisas (44,72%) e sentimento de solidão (21,29%). Embora com números relativamente menores, dois resultados merecem atenção: 59.969 (6,38%) do total de pesquisados apresentaram ideia de morte e 38.838 (4,13%), pensamento suicida.

Percebe-se que os estudantes universitários enfrentam uma dura realidade, marcada por dificuldades de toda ordem, e precisam buscar meios para resistir às adversidades. Accorsi (2013) aponta que, em face do crescente número de casos de adoecimento que chegam a culminar em suicídio, a população universitária tem buscado suporte para atender suas dificuldades, porém muitas vezes não encontra locais apropriados dentro da instituição, pois nem todas as universidades possuem programas ou serviços de atenção em saúde mental.

## **DIÁLOGOS SOBRE SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE: BUSCANDO INICIATIVAS DE CUIDADO A PARTIR DA PERSPECTIVA TEÓRICA DA SUBJETIVIDADE**

Devido à intensificação dos processos de adoecimento, tentativas de suicídio e suicídio, as universidades perceberam a necessidade de atender essa nova demanda, visto que a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que regulamenta as ações institucionais, tem se demonstrado insuficiente. É preciso criar alternativas práticas não apenas para minimizar a situação, mas que busquem prevenir o sofrimento e o adoecimento, promovendo saúde por meio de espaços de escuta e de fala, de encontros e da construção de relações que permitam o desenvolvimento de processos de subjetivação e significação das experiências dos alunos. Tendo em vista a emergência do sujeito, a Teoria da Subjetividade, proposta por González Rey (1997), se mostra como uma alternativa fértil a ser cultivada no âmbito das relações na universidade, buscando valorizar as experiências de cada pessoa em suas mais diversas formas, considerando suas singularidades e vivências como potencialidades para produções subjetivas, tanto individuais, quanto coletivas.

Ao fundar a Teoria da subjetividade em conceitos como o sujeito, os sentidos subjetivos, as configurações subjetivas, a subjetividade individual e subjetividade social, o autor avança nos campos de investigação da psicologia, da história, da cultura e da sociedade, permitindo a leitura e compreensão da complexa trama de fatores que formam os indivíduos enquanto sujeitos singulares e coletivos (SOUSA; PATINO, 2019).

A subjetividade é, portanto, um sistema simbólico emocional que permite articular as produções culturais, sociais e históricas com as emoções, a forma como cada indivíduo e cada grupo sente e vivencia a realidade que se lhes apresenta. Pode ser entendida como um conjunto de tudo aquilo que forma os sujeitos através de suas experiências de vida e a qualidade desses processos simbólicos, sua capacidade de produzir significado, ou seja, registros simbólicos a partir dessas experiências, suas produções subjetivas (GOULART; GONZÁLEZ REY; PATINO TORRES, 2019).

A subjetividade “emerge quando a emoção passa a ser sensível aos registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não apenas a sua adaptação a ele” (GONZÁLEZ REY; PATINO TORRES, 2017, p. 123). E, justamente por considerar a emoção como categoria preterida pelo pensamento racionalista moderno, a perspectiva teórica da subjetividade se mostra como via, possível e adequada, para articular a investigação e a proposição de práticas de cuidado em saúde mental (GOULART; GONZÁLEZ REY; PATINO TORRES, 2019), visto que a história, a sociedade e a cultura, subjetivamente vivenciadas, aliadas às experiências pessoais e coletivas, são as matrizes nas quais se geram ou se obstaculi-

zam os processos de saúde mental e seus desdobramentos, na forma de patologias, sofrimento, e suicídios (GOULART; GONZÁLEZ REY e PATINO, 2019).

Para sustentar as reflexões acerca da importância do diálogo em saúde mental na universidade, nos apoiamos no conceito de sujeito de González Rey (2017), o qual aponta que sujeito é aquele que abre novas vias e possibilidades de subjetivação, novas alternativas à normatização excessiva que vem acontecendo nos mais diversos contextos (GOULART, 2019).

Acreditando nas possibilidades educativas das relações dialógicas para o desenvolvimento subjetivo do estudante no contexto universitário, frente aos desafios dos quadros que se configuram na vida acadêmica, na medida em que desencadeiam uma série de processos de adoecimento e sofrimento psíquico dos estudantes universitários (GOULART; GONZÁLES REY; PATINO TORRES, 2019), é que propomos a seguir uma breve caracterização de ações institucionais universitárias em prol da saúde mental.

Nesse aspecto, Oliveira, Rosa e Nascimento (2019, p. 148) ressaltam sobre “a escassez de dispositivos institucionais que permitam a prevenção do sofrimento psíquico, principalmente com um caráter que possibilite as múltiplas manifestações da singularidade humana”.

Algumas estratégias de cuidado são muito interessantes para esse contexto, como é o caso dos grupos terapêuticos, que podem ser realizados nas próprias universidades e necessitam de pouca infraestrutura (OLIVEIRA; ROSA; NASCIMENTO, 2019). Para os mesmos autores:

Os grupos terapêuticos mostram-se como estratégias viáveis para o trabalho de prevenção ao sofrimento psíquico e promoção da saúde aos discentes, somados aos dispositivos artísticos e lúdicos, buscando métodos que considerem as singularidades locais e que possam tornar o ambiente acadêmico um espaço mais humanizado (OLIVEIRA; ROSA; NASCIMENTO, 2019, p. 149).

Outras estratégias são inovadoras, como a disciplina Tópicos Especiais em Engenharias: Felicidade, criada pela Universidade de Brasília (UNB), inspirada em experiências similares das universidades norte-americanas de Harvard e Yale. Ofertada no segundo semestre de 2018, no Câmpus Gama, onde se concentram os cursos da área das engenharias, a disciplina foi a primeira deste tipo a ser realizada por uma instituição pública, dando início a uma nova “abordagem acadêmica”, que objetiva proporcionar aos estudantes um espaço para vivências favoráveis a uma boa qualidade de vida no ambiente acadêmico, bem como condições para lidar com os eventos estressores da vida acadêmica e pessoal, tendo como foco o autoconhecimento, o afeto, o cuidado, a solidariedade e o respeito às diferenças (PIMENTA, 2018).

Adotando a mesma estratégia, a Universidade de São Paulo (USP) criou, no primeiro semestre de 2019, a disciplina Do Estresse à Boa Saúde Mental na Universidade. Além de não possuir pré-requisito para a matrícula, a disciplina não foi “vinculada a nenhuma unidade de ensino específica, mas a Universidade como um todo” (USP, 2019), podendo ser cursada por alunos de todos os cursos de graduação.

Na mesma linha, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) ofereceu aos alunos de graduação, a disciplina Prazer e Sofrimento na Universidade, ofertada no primeiro semestre de 2019 para as graduações de administração e jornalismo do Câmpus de Palmas-TO e, no segundo semestre deste ano, estendida às graduações de medicina e engenharias, do mesmo câmpus. A disciplina traz como objetivo levantar um perfil dos estudantes de graduação que participaram

desta experiência, buscando elencar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes e quais as possíveis fontes de prazer e de sofrimento na vida acadêmica, propondo intervenções dentro e fora da universidade. Para fundamentar a iniciativa da disciplina, Silva e Ghizoni (2019) partem do pressuposto de que a atividade acadêmica e o estudar, tanto para os alunos de graduação, quanto de pós-graduação, caracteriza-se como um trabalho.

Em estudo publicado recentemente, Leão, Ianni e Goto (2019) apontam que disciplinas que tratam do tema sofrimento e suicídio na universidade podem se constituir como espaços para o conhecimento e o debate sobre esses fenômenos, permitindo a ampliação do diálogo e o combate ao estigma, construindo assim espaços onde os estudantes possam se organizar coletivamente “em torno das demandas que associam com o sofrimento. Não apenas para demandar e consumir políticas universitárias, mas para atuar com protagonismo na elaboração, planejamento, execução e fiscalização destas políticas” (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019, p. 140).

Observa-se que a criação de novos setores de atendimento, programas e atividades voltadas ao atendimento dos alunos estão entre as iniciativas de algumas instituições e foram, em sua maioria, efetivadas a partir de 2018, após o aumento significativo dos casos de tentativas e suicídios entre estudantes e o crescimento da demanda por atendimento a situações de sofrimento e adoecimentos. Dentre elas, a USP criou o Escritório de Saúde Mental (ESM); a UNB criou a Diretoria de Atenção à Saúde (DASU) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), criou o Programa Mais Vida (UFT, 2019).

Analisando a experiência da USP, verifica-se que o ESM foi criado em um momento em que as notícias sobre comportamento suicida e adoecimento mental entre os estudantes universitários vieram à tona, ao serem veiculadas, a nível nacional, por jornais como o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019). Como resposta institucional, criou-se um projeto de acolhimento aos estudantes, a partir da união de esforços dos Institutos de Psicologia e Psiquiatria, com o objetivo de prevenir o sofrimento, acolher e orientar os estudantes (USP, 2018).

De acordo com o site oficial do programa, o ESM está vinculado a Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo e trabalha na prevenção de sofrimentos, oferecendo orientação e acolhimento aos estudantes de graduação e pós-graduação de toda a universidade (USP, 2018), sendo que os serviços se estendem aos alunos intercambistas vinculados à instituição. O ESM possui espaço próprio, porém provisório, sendo localizado na Superintendência de Assistência Social (SAS), no câmpus Cidade Universitária, no bairro Butantã, da capital São Paulo.

O site oficial do ESM informa, ainda, que não encaminha alunos para atendimento psicoterápico no momento, mas oferece a participação em pesquisas clínicas, bem como atividades em grupo, como é o caso do acolhimento, que possui agenda pré-definida com datas, local e horário de realização, sendo uma atividade coordenada por dois psicólogos colaboradores. Estão disponíveis na página, orientações para que os alunos possam solicitar os serviços por meio de formulários eletrônicos, além dos endereços para contato com o programa e outros serviços como o Centro de Valorização da Vida (CVV), que presta atendimentos gratuitos de informação e orientação através do número 188.

No mesmo contexto acontece a criação da DASU, no âmbito da UNB, universidade que enfrenta um dos contextos mais críticos no que tange à saúde dos estudantes e registrou, nos últimos anos, vários casos de suicídio entre alunos. Criada em abril de 2019, a DASU está

vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), sendo a mais nova das diretorias que compõem o decanato, num total de cinco diretorias e uma coordenação. De acordo com o site oficial do DAC - UNB, a DASU se propõe a coordenar políticas e estratégias de cuidado e atenção à saúde e à qualidade de vida da comunidade acadêmica. Entre suas atividades estão a prevenção e a promoção de saúde e atenção psicossocial. Sua atuação é intersetorial, tendo em vista propor conjuntamente boas práticas, construir redes de apoio e implementar os princípios de uma “Universidade Promotora de Saúde (UPS)”.

Dentre as ações realizadas pela DASU, desde sua criação, destacam-se os eventos da campanha nacional do movimento Setembro Amarelo, voltada à prevenção do suicídio, com palestras, rodas de conversa e atividades artísticas e culturais durante o mês de setembro e a participação em outros eventos como a Semana Universitária com dia temático “O Bem-viver” e o “Dia da Saúde Mental e do Bem-estar”. Em matéria sobre atividades de extensão, o portal UNB Notícias informa que a diretoria está realizando um mapeamento de boas práticas de acolhimento em saúde mental no ambiente acadêmico, a fim de dar-lhes maior visibilidade, promover a integração entre a universidade e a rede de cuidado do Distrito Federal, bem como a conscientização da comunidade para o cuidado da saúde mental.

Partindo para a UFT, tem-se uma situação similar às duas instituições citadas anteriormente: a criação de iniciativas mostrou ser necessária a partir do aumento significativo da demanda de estudantes buscando atendimento em saúde mental. Neste contexto, surge o Programa de Promoção à Vida e à Saúde Mental (Programa Mais Vida), visando promover ações de prevenção ao sofrimento e promoção da saúde no âmbito da universidade, constituído de uma comissão permanente para a organização do programa, composta por membros gestores e uma equipe de apoio, com representantes de cada um dos sete câmpus da universidade. Buscando uma integração multicâmpus, o programa propõe ações que articulem a universidade como um todo, considerando as singularidades de cada câmpus, promovendo o diálogo em saúde mental, a partir de demandas gerais e específicas.

De acordo com sua página oficial, o programa tem como objetivo oferecer estratégias de prevenção e promoção de saúde mental aos estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados que atuam na universidade, realizando ações de valorização da vida. Para isso, as ações do programa estão estruturadas nos eixos de (i) prevenção universal; (ii) prevenção seletiva; (iii) prevenção indicada e (iv) intervenção preventiva.

Em seu primeiro ano de atuação, 2018, o programa conseguiu realizar atividades importantes, dando os primeiros passos para estabelecer uma cultura de diálogo sobre saúde mental na universidade, com destaque para a primeira edição do evento “Diálogos sobre saúde mental na universidade”, ocorrido em setembro de 2019, marcando as atividades do movimento Setembro Amarelo, mês de conscientização e prevenção ao suicídio. Outras ações realizadas, como rodas de conversa, palestras nacionais e internacionais, ressaltaram a necessidade de falar sobre o assunto e se constituíram como espaços possíveis para a fala e a escuta. Diferente dos outros projetos citados, o Programa Mais Vida não conta com espaço próprio para estruturar-se fisicamente, o que limita sua operação. O programa realiza reuniões mensais na universidade para organização e delimitação das ações, dependendo do apoio da reitoria e pró-reitorias para sua consecução.

Vale ressaltar que, nas instituições citadas, as movimentações no mês de setembro de 2019 foram intensas, em virtude do Setembro Amarelo. Promovendo o diálogo sobre saúde mental

no atual contexto em que vivemos, foram realizados eventos com palestras, mesas redondas, momentos de socialização de experiências e compartilhamento de atividades, além de espaços de fala, debate e atividades culturais. Firmando parcerias e disseminando conhecimento acerca das questões complexas que envolvem o tema, foi possível o intercâmbio entre pesquisadores, professores e profissionais que se dedicam à saúde mental e à comunidade acadêmica.

Observa-se que cada uma dessas iniciativas e programas propõe a institucionalização de ações que assegurem o cuidado e a atenção para com a saúde e bem-estar dos estudantes, tornando-as políticas das universidades, articulando práticas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão (SILVA; GHIZONI, 2019).

Percebe-se, também, que a realidade é desafiadora e as universidades estão se movimentando a partir dela, mas será que estão realmente comprometidas com a saúde mental ou estão apenas terceirizando a responsabilidade de suas ações para comissões específicas, sem transformar a sua dinâmica institucional que é parte constitutiva do problema de sofrimento? Tendo em vista que as instituições apresentadas vivenciaram casos recentes de tentativas de suicídio e suicídio de estudantes, as iniciativas propostas visam despertar a comunidade não só para o diálogo e a reflexão sobre saúde mental, mas para ações que possam, de fato, se materializar em atenção e cuidados com a vida e a promoção de saúde nos espaços acadêmicos, a partir de um movimento que seja capaz de despertar também questionamentos e modificações em toda a instituição.

Ressalta-se a importância da concreta institucionalização dos programas de atenção à saúde nas universidades, como forma de torná-los políticas próprias dessas instituições, compondo os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI's) e Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI's) garantindo, assim, que sejam destinados recursos, condições físicas e pessoal para que as iniciativas de cuidado sejam realizadas e mantidas e possam atingir, então, sua finalidade principal, qual seja: a de promover saúde e prevenir sofrimento e mortes no ambiente acadêmico.

Entretanto, ainda há resistência, tabu e mitos que envolvem e prejudicam o diálogo, o avanço e a efetividade de ações em saúde mental, principalmente em relação ao suicídio, para o senso comum, não se pode falar sobre o assunto, pois isso faria com que ocorressem mais casos. No entanto, é essencial que se fale sobre suicídio para que se desmistifiquem seus conceitos e possíveis causas (CARRASCO, 2019). Outra ideia é que a maioria dos casos de suicídio ocorre porque a pessoa se encontra num quadro de depressão; “todavia o suicídio é um evento multifatorial ou multidimensional, e até mesmo existencial” (SILVA; GHIZONI, 2019, p. 164), pois há inúmeros fatores na vida de uma pessoa que podem levá-la a tentativas e à conclusão desse ato.

Podemos dizer que essa resistência ao diálogo sobre saúde mental ocorre pela via da individualização do sofrimento psíquico pela sociedade de modo geral. Essa responsabiliza aqueles que sofrem pelo próprio sofrimento, desconsiderando que fatores como o contexto social, político e institucional também se constituem como formas de produção de sofrimento (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019). Os autores indicam ainda, que:

O sofrimento é percebido exclusivamente em sua dimensão individual, é assim externalizado e demanda cuidado também individualizante. Mas não podemos perder de vista que, junto com a dimensão estritamente individual do sofrimento, ele pode estar ligado também a fatores supra-individuais coletivos, institucionais e socioestruturais. Mais do que reconhecer isto é preciso, coerentemen-

te, pensar o fenômeno e as estratégias para lidar (com) ele, de forma a atingir também estas dimensões [...], considerando a complexidade da experiência de sofrimento e o necessário protagonismo dos estudantes (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019, p. 149).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto, percebemos a necessidade e a urgência em dar voz a quem vive a universidade e tem sido constantemente silenciado. Infelizmente é uma constatação, a que, enquanto pessoas, não só os jovens universitários, mas todos, e não só no âmbito da universidade, mas na sociedade, estamos sendo silenciados a largos passos, por toda conjuntura social que nos envolve. Seja no campo do trabalho, da política, da família, das relações com o outro, nossa subjetividade vai sendo colocada à margem, relegada ao esquecimento, o que implica desdobramentos significados na construção e na qualidade dos processos de subjetivação e de significação de nossas experiências, sobretudo no que se refere à saúde mental.

Nesse sentido, é também urgente repensar a finalidade da Universidade, a qual não é apenas entregar profissionais técnicos, padronizados, performáticos para a sociedade; não é destruir vidas, mas sim, construir vidas, futuros e possibilidades através dos processos de educação em seu sentido mais amplo. A universidade deve ser capaz de formar para pensarmos em mundos possíveis e novos meios de vida, pelas quais sejam livres as diferenças, os talentos, as habilidades, as singularidades e também os coletivos. Deve ser espaço de resistência, não só de forma reativa ao atual contexto social, mas criativa, capaz de provocar aquilo que se tem e que se sabe fazer de bom, quer seja conversar, escrever, dançar, cantar, organizar algo. Por que não promover tudo isso na universidade por quem e para quem vive a universidade?

Assim, para Goulart (2019), a universidade não pode ser vista como um lugar isolado, mas ao contrário, deve estar aberta para a sociedade, pois os processos e problemas da sociedade chegam até o ambiente acadêmico e implicam processos. Desse modo, é necessário ocupar os espaços da universidade principalmente por aqueles que não tiveram acesso a eles ou que já estiveram, mas que por alguma condição de saúde mental foram extraídos dali.

Percebendo a universidade como um ambiente múltiplo e complexo, rico em produções subjetivas, torna-se fundamental reunir esforços para discutir e considerar a subjetividade como uma proposta efetiva de valorização da vida, do indivíduo e dos grupos, das histórias de vida e das inúmeras formas como afetamos e somos afetados, através dos nossos processos individuais e coletivos. Isso porque, na perspectiva da subjetividade, “a educação ultrapassa a formalidade de processos institucionalizados [...] e volta-se para o favorecimento de novas possibilidades de vida [...]. Assim, encontra-se dissociada dos processos de desenvolvimento humano e de construção da cidadania” (GOULART; ALCANTARA, 2016, p. 07)

Para isso é preciso criar novas formas de resistência aos modelos hegemônicos que estão postos, pensar novas possibilidades de encontros e gerar processos que construam sentidos e (re) significados às nossas vivências e experiências.

Ressalta-se que, diante da intensificação assustadora do sofrimento, adoecimento e suicídio entre os jovens universitários, as universidades reagem, ainda que timidamente, avançando em

estratégias de cuidado, buscando novas formas de atender os alunos que demandam cuidados em saúde mental e práticas que possibilitem repensar a vida acadêmica, criando formas de sentir prazer apesar das dificuldades do caminho.

Contudo, como apontam Oliveira, Rosa e Nascimento (2019), para que sejam efetivas, as estratégias de cuidado nas universidades não podem ser impostas ou verticalizadas, mas sim, caracterizarem-se por ações conjuntas entre a instituição, os estudantes e a comunidade, constituindo-se em espaços onde possam emergir a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ACCORSI, M. P. **Atenção psicossocial no ambiente universitário**: um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158800>. Acesso em: 30 nov. 2018.

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por “balburdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **Estadão**. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/general,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. ANDIFES. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. 4. Uberlândia, jul. 2016. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf). Acesso em: 05 dez. 2019.

SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida dos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 dez. 2019.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília-DF, jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 10 nov. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI - Restruturação e expansão das universidades federais**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Setembro Amarelo. **Ministério da Saúde atualiza dados sobre suicídio**. 2017. Slides. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/20/Coletiva-suic--dio.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

CARRASCO, Leny. Suicídio: Palestra de sensibilização e técnicas de manejo sobre suicídio e automutilação para técnicos e docentes. 11 de jun. 2019. Palestra proferida na Universidade Federal do Tocantins.

DUTRA, Elza. Suicídio de Universitários: O Vazio Existencial de Jovens na Contemporaneidade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 12, nº.3, 2012, p. 924-937.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando; PATINO TORRES, José Fernando. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación con Fernando González Rey. **Revista de Estudios Sociales**, 60, 120- 128. DOI: <https://doi.org/10.7440/res60.2017.10>, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/736>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GOULART, Daniel Magalhães. **A perspectiva da subjetividade em saúde mental: estratégias, avanços e desafios**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. Diálogos sobre saúde mental na universidade. 2019, Palmas. Palestra.

GOULART, Daniel Magalhães; ALCANTARA, Raquel. de. **Educação escolar e subjetividade: desafios contemporâneos**. Ed. GlobalSouth, 1ª Edição. 2016.

GOULART, Daniel Magalhães; GONZÁLEZ REY, Fernando; PATINO TORRES, José Fernando. El estudio de la subjetividad de profesionales de la salud mental: una experiencia en brasil. **Athenea Digital**. Revista de pensamiento e investigación social, [S.l.], v. 19, n. 3, p. e-2548, nov. 2019. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v19-3-goulart-gonzalez-pati%C3%B1o>. Acesso em: 01 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n.41**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 01 dez. 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Ed. Boitempo. São Paulo, 2019.

LAVAL, Christian. Escola não é empresa! O ataque do neoliberalismo à educação. Publicado pelo canal **TV Boitempo**. 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PbKVCOKdjWg>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. Tradução: Mariana Echalar. Jornal **GGN**, [S.l.], out. 2019. Disponível em: <https://jornalggcn.com.br/artigos/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao-por-christian-laval-2/> Acesso em 05 dez. 2019.

LEAL, Kamila Soares *et. al.* Desafios enfrentados na Universidade pública e a saúde Mental dos estudantes. **Rev. Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 8, p. 59-69, jun. 2019. Disponível

em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1149>. Acesso em: 05 dez. 2019.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zöllner; GOTO, Carine Sayuri. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Rev. Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 9, p. 131-143, jun. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1250>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MENDONÇA, Heloísa. Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. **El País**, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039\\_261472.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html). Acesso em: 14 nov. 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Monteiro de; ROSA, Carlos Mendes; NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto do. 2019. Os grupos psicoterapêuticos como ferramenta para a redução do sofrimento psíquico nas universidades. **Rev. Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 9, p. 144-156, vol. 2, jun. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1237>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPAS. (Brasil). **Folha informativa: Saúde mental dos adolescentes**. set. 2018. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes&Itemid=839). Acesso em: 04 dez. 2019

PATINO TORRES. José Fernando. **Os desafios da saúde mental no contexto universitário**. 19 out. 2019. Palestra proferida no Centro Universitário Luterano de Palmas.

PATINO TORRES. José Fernando. **Jóvenes universitarios contemporâneos - contradicciones e y desafios**. Ed. Bonaventuriana, Cali, 2012.

SANTOS, Hugo Gedeon Barros dos *et al* . Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 25, e2878, 2017 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692017000100332&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100332&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 dez. 2019.

SILVA, Janaína Vilares da; GHIZONI, Liliam Deisy. Dificuldades, sofrimento e prazer na vida acadêmica: um estudo com estudantes de administração e jornalismo. In: Jornada Interdisciplinar PPGCOM/UFT, 4., 2019, Palmas, TO. **Anais [...]**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1482/1/IV%20Jornada%20Interdisciplinar%20do%20Programa%20de%20P%3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Felicidade se estuda na faculdade. **UnB Notícias**, Brasília, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/67-ensino/2392-felicidade-se-estuda-na-faculdade>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. **Unidades de acolhimento e atendimento psicológico UnB**. Disponível em: [http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/09072018\\_AcolhimentoPsicologicoUnB.pdf](http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/09072018_AcolhimentoPsicologicoUnB.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Saúde mental é ponto de atenção na Semana Universitária. **UnB Notícias**, Brasília, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/3240-saude-mental-e-ponto-de-atencao-na-semana-universitaria>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Desafios do cuidado com a saúde mental e a qualidade de vida na Universidade de Brasília. **UnB Notícias**, Brasília, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/artigos-main/2365-desafios-do-cuidado-com-a-saude-mental-e-a-qualidade-de-vida-na-universidade-de-brasilia>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. **Edital nº 01/2019** - Mapeamento de espaços de cuidado. Brasília, 26 ago. 2019. Disponível em: [http://dac.unb.br/images/EDITAIS/DASU/2019/Edital\\_012019\\_Mapeamento\\_de\\_espaos\\_de\\_cuidado.pdf](http://dac.unb.br/images/EDITAIS/DASU/2019/Edital_012019_Mapeamento_de_espaos_de_cuidado.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. Escritório de Saúde Mental da USP atende alunos em sofrimento. **Jornal da USP**, São Paulo, 22 ago. 2018-a. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/escritorio-de-saude-mental-da-usp-atende-alunos-em-sofrimento/> Acesso em: 01 dez. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Pró-Reitoria de Graduação lança oito novas disciplinas este ano. **Jornal da USP**, São Paulo, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/pro-reitoria-de-graduacao-lanca-oito-novas-disciplinas-este-ano/>. Acesso em 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Escritório de Saúde Mental: **Prevenção e Orientação**, 2018. Página inicial. Disponível em: <https://sites.usp.br/esm/prevencao/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. **Programa Mais Vida** – Programa de Promoção a vida e a saúde mental. Página inicial. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/programa-mais-vida>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. **Programa Mais Vida – Programa de Promoção a vida e a saúde mental**. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/4dbMwkeKTEmvlsn26O0iyg/content/Programa%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20-%20Mais%20Vida.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. **Programa Mais Vida – Programa de Promoção a vida e a saúde mental**. Diagnóstico Institucional, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. Portaria nº 559, de 11 de abril de 2018. **Institui no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, a comissão gestora do programa de promoção à vida e à saúde mental.** Palmas, TO, 2018. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/C0oMph3cR9uinBXiqGe7Hw/content/Boletim%20Interno%20n%C2%BA%2045%20-%2011%20de%20abril%20de%202018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. Disciplina optativa desenvolve atividades envolvendo a comunidade universitária. **Últimas notícias.** Palmas, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26610-disciplina-optativa-desenvolve-atividades-envolvendo-a-comunidade-universitaria-2>. Acesso em: 05 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. Programa mais vida realiza oficina de clínica do trabalho e cuidado em saúde mental. **Últimas notícias.** Palmas, 30 out. 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26422-programa-mais-vida-realiza-a-oficina-de-clinica-do-trabalho-e-cuidado-em-saude-mental>. Acesso em 10 nov. 2019.

# ESCOLA ITINERANTE – UM ESPAÇO DE SUBJETIVAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

*Rute Andrade dos Santos*

*Ana Flávia Campeiz*

Pensar os espaços de trabalho como possíveis ambientes de promoção à saúde mental é um campo para aproximação das práticas institucionalizadas. Essas são capazes de mobilizar os trabalhadores, por meio do diálogo, para se tornarem sujeitos protagonistas de seu dia a dia, a partir de suas experiências vividas e de suas subjetividades.

Esse estudo foi desenvolvido com base na perspectiva teórica de González Rey (2016), buscando aprofundar sobre o fenômeno da subjetividade humana, tendo como norteador o princípio do diálogo como caminho fundamental para o desenvolvimento subjetivo. Além disso, conversando com Dejours (2007), traz a psicodinâmica do trabalho como aporte teórico, possibilitando a compreensão de como o trabalhador desenvolve estratégias subjetivas para construir e transformar a sua realidade no trabalho, tendo por fundamento que a relação do trabalho afeta a saúde mental dos trabalhadores.

Assim, apropriando-se dos postulados dos autores citados, buscou-se compreender como essas 2 (duas) categorias - subjetividade e saúde mental, se configuram em um ambiente de trabalho, aproximando-o de um espaço de subjetivação, capaz de promover a saúde mental no trabalhador por meio da expressão do diálogo.

Para a compreensão do desenvolvimento da subjetividade, González Rey chama a atenção para a importância desse termo em áreas como a psicologia, educação e afins. A subjetividade é revelada quando a emoção e o simbólico se unem, passam a gerar sentidos e configuram uma subjetividade para o indivíduo (SOUZA; PATINO TORRES, 2019). Como efeito, um mesmo fenômeno se configura por processos sociais e individuais, de acordo com as qualidades das relações sociais produzidas nos espaços sociais vivenciados pelos indivíduos.

Dessa forma, a proposta deste escrito surge a partir da articulação dessa concepção de González Rey (2016) com a teoria da psicodinâmica do trabalho de Dejours (2007), a qual relaciona as duas categorias mencionadas, com a prática do trabalho dos servidores do Sistema Socioeducativo. Assim, esse estudo visa compreender como o projeto Escola Itinerante, da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, possibilita aos servidores do Sistema Socioeducativo vivenciar esse projeto como espaço de configuração e reconfiguração de suas subjetividades, bem como promotor de saúde mental em seus servidores.

O projeto Escola Itinerante tem por objetivo ir ao encontro dos profissionais das Unidades Socioeducativas oferecendo formação e discussão sobre a temática da política de Socioeducação e, conseqüentemente, o fortalecimento dessa. Busca-se, dessa forma, compreender como

a subjetividade desses servidores se configura por meio desse projeto de educação, que é ao mesmo tempo espaço de saúde mental, uma vez que utiliza do recurso da fala e da escuta para organização do trabalho.

Uma explicação sobre o espaço da Socioeducação no Brasil é importante para melhor compreensão do projeto Escola Itinerante. O resgate histórico da legislação infanto-juvenil no Brasil possibilita descrever esse espaço de atuação profissional dos servidores citados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei de nº 8069, de 13 de julho de 1990, é o norteador da Doutrina de Proteção Integral, a qual vai promover a criança e o adolescente como sujeito de direitos (SINASE, 2006).

Em 2006, para avançar na promoção da cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, é instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o qual se torna a Lei nº 12.594 de 2012, lei norteadora, trazendo os parâmetros e diretrizes para execução das medidas socioeducativas e práticas pedagógicas. Conforme orientação do Sinase, o Estado deve ser responsável pela execução da medida socioeducativa em meio fechado: Medida de Internação e Semiliberdade e o município responsável pela medida socioeducativa em meio aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Continuado (PSC).

No Estado do Tocantins, as atividades de trabalho para execução da medida em meio fechado não eram exercidas por servidores efetivos, mas por servidores contratados, os quais eram responsáveis por operarem na execução da medida socioeducativa. Somente em meados de 2017, esse cenário mudou, quando foram empossados cerca de 500 (quinhentos) servidores aprovados no concurso de 2014 (TOCANTINS, 2017), para atuarem nas 9 (nove) unidades socioeducativas do Estado do Tocantins, lotados na Secretaria da Cidadania de Justiça.

Em março de 2019, foi criada a Gerência da Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional (ESFQP) (TOCANTINS, 2019). Essa é uma das gerências que compõem o Sistema Socioeducativo do Tocantins, responsável pela criação e execução do projeto Escola Itinerante, o qual está sendo apresentado nesse estudo.

Sendo o tema da Socioeducação algo que envolve rompimento de paradigmas, tais como correção e punição do “menor”, conforme preconizava o Código de Menores de 1927 e 1979 (RIZZINI; PILOTTI, 2009), e, inclusive, a necessidade de pensar sobre a saúde mental dos servidores, buscou-se a construção de um projeto que pudesse envolver os servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins numa reflexão, (des)construção de novos caminhos de trabalho, que pudessem dar voz aos participantes, bem como construir alternativas para lidarem com o seu cotidiano em busca de melhorias nas condições e execuções do trabalho, resultando na promoção da sua saúde mental e na melhoria da relação pedagógica e interpessoal com o adolescente que cumpre medida socioeducativa.

Assim, o projeto Escola Itinerante foi criado com o objetivo de possibilitar aos servidores novas possibilidades de executarem suas atividades, sendo protagonistas no seu cotidiano, e podendo experienciar a suas subjetividades, produzidas no próprio ambiente de trabalho. O diálogo é o caminho para a aproximação e compreensão da subjetividade humana, como discute González Rey (2016). Mendes, Merlo e Moraes (2014) afirmam que o falar é uma potência ético-política, na qual pode emergir o sujeito. Com base nesses postulados, pensou-se em aproximar e compreender um espaço de subjetivação que promova o diálogo e a saúde mental no trabalhador, quando se escolheu o projeto mencionado.

A partir dos encontros realizados, a metodologia utilizada foi a observação participante, a qual ocorreu nos meses de maio a setembro de 2019, nas unidades socioeducativas de Palmas-TO. Como resultado, pode-se compreender que os espaços de diálogos institucionalizados, que dão vozes aos servidores, são capazes de promover a saúde mental nos trabalhadores, potencializando a capacidade de se tornarem sujeitos capazes de transformar a realidade de trabalho vivenciada.

## CAMPOS DE DIÁLOGO: SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

A trajetória histórica das ciências humanas e sociais por muito tempo considerou a subjetividade apenas como um epifenômeno. A antropologia surgiu com uma visão positivista, desconhecendo a singularidade do indivíduo, sendo essa vista como expressão total das ordens sociais e culturais (CUCHE, 1999). A Psicologia Marxista também influenciou essa concepção atribuindo unicamente sua produção às ordens sociais ou culturais, ou seja, negando os fenômenos internos e relacionais na composição da subjetividade (GOULART; GONZÁLEZ REY, 2016).

Para Vygotsky, a consciência é proveniente de uma ação social (GOULART; GONZÁLEZ REY, 2016). Esse é o contraponto em relação aos preceitos da Psicologia Marxista. A discussão da subjetividade, sendo algo produzido unicamente por um fenômeno externo, faz Vygotsky trazer a gênese da subjetividade não apenas como um epifenômeno, mas como algo produzido por meio das emoções do indivíduo, proveniente do entrelaçamento do fenômeno externo com a sua singularidade.

Autores como González Rey (2016), Goulart e González Rey (2016), Cuche (1999) e Elias (1990) propõem alguns caminhos para avançar na discussão da cultura, sociedade e subjetividade, a partir da compreensão desses *campos*, possibilitando uma aproximação do abismo existente entre a cultura e a subjetividade. Ao referir-se ao termo *campo*, remete-se ao conceito do teórico Pierre Bourdieu (2004) para definir um microcosmo social configurado por certa autonomia, regras e leis específicas, se relacionando com um mundo social mais amplo.

Pode-se perceber uma dicotomia entre cultura e indivíduo desde os estudos do século XVII, que enxergavam a subjetividade externa ao indivíduo. Para além desse hiato, a partir de 1970, estudiosos trabalham em uma perspectiva cultural-histórica produtora de subjetividades, sendo necessário compreendê-lo a partir de uma perspectiva interdisciplinar: histórico-social, econômico, cultural e individual.

Pensar na sociedade e no indivíduo é problematizar o abismo entre esses e como várias pessoas juntas se constituem em algo distinto, único. Elias (1990) corrobora com essa problematização e pontua que o indivíduo faz parte de um todo, de algo maior e anterior a ele, a cultura e o social, sendo que cada pessoa tem uma posição única dentro do tecido de relacionamentos grupais. Os indivíduos se entrelaçam por constituírem relações interdependentes. As estruturas humanas, históricas e sociais não podem ser vistas como separáveis; elas dependem umas das outras, influenciam e sofrem influências. São fenômenos que se complementam, gerando uma relação de interdependência, já que os seres humanos são da ordem social e biológica.

Essa configuração também se entrelaça no *campo* do trabalho e, por mais que existam forças coercitivas dentro de uma sociedade unindo e entrelaçando os indivíduos, nunca há um purismo social ou cultural. Ou seja, mesmo fazendo parte de um mesmo ambiente de trabalho, inserido em uma *ordem social*<sup>2</sup> orientadora, por exemplo, sempre haverá uma singularidade que designa que aquele indivíduo é diferente de outrem. É a subjetividade aparecendo, por meio do singular e ao mesmo tempo pelo cruzamento do encontro com demais subjetividades dos indivíduos. E é essa subjetividade que não permite que o indivíduo seja um mero expectador em um espaço grupal, como pontua Elias (1990). Essa subjetividade é desenhada por configuração social e ou cultural a qual apresenta um entrelaçamento das trajetórias dos integrantes de um mesmo grupo, sendo capaz de provocar rompimentos, ressignificação, construção de novos caminhos e novas possibilidades pelos indivíduos.

Vygotsky vem corroborar com a questão da relação entre o fenômeno interno e o externo. Destarte, a subjetividade passa a ser vista a partir da articulação do mundo externo com o interno e a qualidade dessa relação, evidenciando as emoções surgidas nesse processo, como essencial para produção do simbólico (GONZÁLEZ REY, 2016). A maneira com que as relações se configuram está na dinâmica da comunicação e do diálogo entre os indivíduos; e nesse encontro se revelam conteúdos singulares, tais como emoções vivenciadas de forma singular, marcando a subjetividade de pessoas e coletivos.

Como efeito, a compreensão de como ocorrem os fenômenos interacionais entre o indivíduo e o meio que ele vivencia revela que não é possível reduzir as relações grupais, unicamente, a processos psicológicos ou processos culturais e socioeconômicos. Assim, para se compreender o fenômeno subjetivo no trabalho deve-se considerar o trabalhador em sua totalidade inserido em diversos *campos* sociais, capaz de configurar relações interdisciplinares que perpassam todos esses *campos*, ou seja, é preciso fazer uma análise sistêmica dessas relações, sem abandonar ou reduzir qualquer *campo*.

A subjetividade, então, pode ser localizada no encontro consigo mesmo e com os outros, seja no trabalho ou em outro espaço social. Ainda, pode ser compreendida como a maneira com que o indivíduo se percebe no mundo, ora sendo capaz de ser sujeito, ora sendo capaz de apenas ser agente. Pode-se afirmar que os *campos* sociais, culturais, individuais e econômicos influenciam o indivíduo, mas ao mesmo tempo, esse vivencia experiências singulares que dependerão da sua trajetória singular, construindo sua subjetividade, se localizando no entrelaçamento dos fenômenos.

Da mesma forma que se constrói a subjetividade individual, a subjetividade social é reconhecida no encontro das subjetividades, construída a partir do entrelaçamento das trajetórias singulares dos indivíduos pertencente a um grupo. González Rey (2016) afirma que tanto a subjetividade individual quanto a subjetividade social se mantêm presentes nos espaços sociais.

Pode-se compreender que a subjetividade individual (SOUZA; TORRES, 2019) é resultado de configurações subjetivas que foram geradas na história, no percurso de vida do indivíduo de maneira singular, diferenciada e de sentido subjetivo único. Já a subjetividade social é a integração das produções de subjetividades dos indivíduos que ocupam um mesmo espaço social, um espaço social compartilhado.

2 Apropria-se do conceito trazido por Boltanski e Chiapello (2009), que definem ordem social como a configuração dos fenômenos sociais a partir de um princípio de grandeza que vai além de um contrato restrito de trabalho para efetivação de acordos no ambiente de trabalho, por exemplo.

Assim, González Rey e Martínez (2016) afirmam que o sentido de uma ação humana ocorre pela configuração das relações sociais, culturais e históricas e as emoções específicas e singulares produzidas nos indivíduos e nos grupos.

No campo do trabalho, essa subjetividade também é construída e potencializada quando o indivíduo se reconhece na sua tarefa e no seu coletivo ao estar possibilitado de reconstruir sua atividade, sendo capaz de influenciar e ser influenciado, conforme subjetividade e ação.

É essa configuração dita aqui, que se faz recorrer também ao aporte teórico da psicodinâmica do trabalho para se pensar a saúde mental do trabalhador dentro de uma ordem social instituída, como é o trabalho. Dejours (2007) explica que trabalhar implica lidar com o real do trabalho, o qual é um percurso entre o trabalho que é prescrito e o real, ou seja, vai muito além dos procedimentos, padrões e ordens a serem seguidos. Esses se traduzem em uma experiência afetiva que lida com o imprevisto, o não dito, o simbólico e o latente. É esse real que provoca o indivíduo a cada momento, tendo esse que se reinventar ou descobrir um caminho a ser percorrido. É a subjetividade se revelando, se construindo e se transformando no espaço de trabalho.

Assim, enquanto muitos estudiosos debruçaram-se nas teorias sobre patologias mentais provocadas pelo trabalho, a partir da década de 1980, surgem novas teorias, como a psicodinâmica do trabalho, voltadas à abordagem sobre como o trabalho pode trazer sofrimento psíquico ao trabalhador, mas também como pode gerar *prazer*, dependendo da sua divisão e organização social, bem como a divisão de responsabilidade, hierarquia e controle do trabalho. O que se pode afirmar é que o trabalho nunca é neutro e afeta diretamente a saúde mental do trabalhador (AREOSA, 2014). Dessa forma, apropriando-se da categoria de saúde mental no trabalho, a partir do teórico Christophe Dejours, pai da psicodinâmica do trabalho, busca-se compreender como o trabalho influencia na saúde mental das pessoas.

Para uma abordagem sobre saúde mental no trabalho, entende-se trabalho sobre a seguinte ótica: “trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (DEJOURS, 2004, p. 30).

Conforme Mendes e Vieira (2014), o conceito de trabalho também é compreendido como promotor da saúde mental e ocupa posição essencial na formação da subjetividade do indivíduo. Conhecer como se configura a subjetividade dos trabalhadores nas instituições é importante para identificar como essas instituições organizam as suas formas de trabalho e de que maneira se configuram as emoções dos trabalhadores e os seus relacionamentos.

Segundo Dejours (2007), os trabalhadores buscam estratégias individuais e ou coletivas, para conseguirem enfrentar o trabalho de maneira a preservarem sua saúde mental; é o trabalho vivo, ou seja, a capacidade de transformar-se - termo usado como propulsor da saúde mental do indivíduo, já que é possível sentir, pensar, criar e recriar. Dessa forma, o trabalho pode ser visto como algo em constante movimento, já que o trabalhador sempre recria e reorganiza para além do trabalho pré-estabelecido, ou seja, o trabalho é sempre vivo.

Essa reconstrução do trabalho não se limita às regras técnicas, mas também às regras sociais, à convivência, à cooperação, no sentido de convivência. Pensando nessas afirmações teóricas, buscou-se compreender como se configura a subjetividade e a saúde mental dos servidores do Sistema Socioeducativo do Tocantins, a partir da prática do projeto Escola Itinerante desenvolvido nessas unidades.

Para Dejours (2007), as experiências em grupo podem gerar cooperação e tornarem-se espaço para promoção de saúde mental quando há partilha e discussões voltadas para o enfrentamento do real do trabalho, visto que a subjetividade é revelada nesses espaços públicos.

Assim, o diálogo permite construir e desconstruir sistemas culturais construídos pelos indivíduos, desde sua trajetória de vida, a partir das relações configuradas com sua família, comunidade. A singularidade entrelaça-se com as ordens sócio histórico, cultural e econômica, sofrendo influência e também influenciando; é o indivíduo podendo ser construtor da sua história, deixando de ser mero expectador; é o movimento da dialética se apresentando, ora construindo novas trajetórias, ora conservando caminhos.

Com efeito, a partir da dissertação dessas bases teóricas, pode-se afirmar que a teoria da subjetividade de González Rey (2016) e a saúde mental, pautada na psicodinâmica do trabalho de Dejours (2007) podem conversar entre si, visto que ambas as abordagens assertam que o diálogo é um componente essencial para o desenvolvimento subjetivo e para a promoção da saúde mental no trabalho, sendo que a subjetividade é o elemento fundamental para a compreensão do dinamismo de uma cultura institucional do trabalho.

## **CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO ESTUDADO E METODOLOGIA DESENVOLVIDA**

A Escola Itinerante é um projeto da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, promovido pela Gerência da Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional (ESFQP).

O objetivo do projeto é ir ao encontro dos profissionais das unidades socioeducativas para uma formação não tradicional, ou seja, diferente daquela em que o professor é a figura central dentro de uma sala de aula e os alunos só recebem o conhecimento. A proposta dessa formação é ir além das salas de aulas, ir além-muros e formar os servidores no local de trabalho por meio do diálogo, promovendo a discussão e o fortalecimento da política de Socioeducação.

Esse projeto teve seu lançamento no mês de abril de 2019, sendo apresentado para todas as unidades Socioeducativas do estado do Tocantins, trazendo para leitura e como disparador das discussões no ambiente de trabalho o livro “Desafios da Socioeducação”.

A partir do mês de maio de 2019, as discussões começaram nas unidades de todo o estado, dentro do horário de trabalho. Os encontros foram realizados de maio a novembro de 2019, sendo um encontro por unidade, com duração média de 1h30 de discussão. Os participantes foram identificados como P1, P2, P3 e assim sucessivamente. Ao final de cada encontro, a equipe da Gerência da ESFQP se reunia e discutia sobre os processos de aprendizagem observados nos grupos e organizava os próximos passos.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a observação participante, realizada em todos os encontros acompanhados. A observação participante consiste em uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador está inserido no grupo a ser estudado. Essa metodologia possibilita ao pesquisador entender como é viver naquela situação, de maneira a conseguir interagir com os demais membros do grupo, partilhando o seu cotidiano com os demais, ou seja, a interação

social é o princípio norteador dessa metodologia. Essa interação possibilita identificar conflitos e novas possibilidades de caminhos juntos com o próprio grupo estudado, sem abandonar a objetividade da coleta dos dados. Assim, a observação participante pode ser definida como método em que o “observador e observado parte de uma relação face a face, processo de coleta de dado se dá no próprio ambiente na vida natural dos observados, passam a ser vistos não como objetos da pesquisa, mas como sujeitos que interagem com os dados da pesquisa” (SERVA; JÚNIOR, 1995, p. 965).

Por meio dos encontros realizados, anotações, falas e busca de sentido da atividade foram registradas para uma posterior compreensão e qualificação do material coletado. Além dos discursos registrados, um documento foi construído e assinado por representantes de cada unidade com informações necessárias para o desdobramento e encaminhado ao Secretário da Cidadania e Justiça. Esse documento e sua construção também foram analisados nesse estudo.

## RESULTADOS

O projeto Escola Itinerante teve início no mês de maio de 2019 nas unidades socioeducativas de Palmas, de Araguaína e Santa Fé do Araguaia. Nessas últimas, foi conduzido por servidores das próprias unidades, sem os servidores da ESFQP. Contudo, as unidades socioeducativas do interior não permaneceram com as discussões por falta de aderência, ou interesse pela temática e ou pela ausência física dos facilitadores da ESFQP. Somente as 4 (quatro) unidades de Palmas continuaram os encontros nos meses subsequentes até o mês de novembro de 2019.

O formato desse projeto possibilitou que os servidores se preparassem para as reuniões com a leitura prévia dos capítulos indicados, tendo acesso ao tema a ser discutido e associando-o ao cotidiano do trabalho. As reuniões eram efetuadas mensalmente nas unidades socioeducativas, ou seja, no próprio ambiente de trabalho, para discussão da temática da Socioeducação. O encontro era realizado com a participação de servidores de diversas funções, tais como chefes de unidades, agentes especialistas, de segurança, motoristas e professores, possibilitando uma maior aproximação e abertura entre os cargos, provocadas pelo diálogo e discussão de um cotidiano vivido por todos esses, focadas na política socioeducativa.

O espaço físico de discussão, baseado em uma formação não tradicional, era configurado na horizontalidade e todos tinham o direito à fala. As reuniões eram realizadas ou com cadeiras móveis em formato de círculo ou em mesas com cadeiras e bancos de madeiras em seu redor, provocando sempre a proximidade entre os presentes. Os representantes da Escola (ESFQP) conduziam as reuniões como facilitadores do projeto. Com a descrição desse cenário, foi possível verificar que a proposta de desenvolver uma formação não tradicional pôde ser observada na organização, condução e nos locais que ocorriam as reuniões.

Mesmo com a adesão das unidades de Palmas à proposta, em muitos encontros, a participação dos servidores era baixa e sem leitura prévia pelos profissionais do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e do Centro de Internação Provisória (CEIP). Em contrapartida nas unidades de Semiliberdade (USL) Masculina e Feminina, houve a quase totalidade dos servidores que estavam no local de trabalho, no dia dos encontros, com presença nas discussões e 100% com leitura prévia dos capítulos a serem discutidos. Nas Unidades de Semiliberdade, o tema era sorteado para algum servidor apresentá-lo, com base no método Cumbuca, método de gestão

utilizado em treinamento de equipes definido por Falconi (2009). Dessa forma, essas unidades eram as que mais se aproximaram do método apresentado no início do projeto. Em média, a participação era de 12 (doze) servidores por unidade e por encontro, não sendo necessariamente os mesmos nos meses seguintes, devido à escala de plantão do dia da reunião.

A leitura prévia dos capítulos e a participação nas reuniões mensais se tornaram uma constante nas unidades socioeducativas de Palmas. Isso permitiu que uma tomada de consciência pela experiência vivida por meio do projeto Escola Itinerante fosse experimentada, surgindo novos caminhos e configurando novas subjetividades. Para Dejours (2007), o espaço público de discussão, com a participação dos trabalhadores, viabiliza a cooperação e a partilha entre esses, fomentando o enfrentamento do seu cotidiano, sendo capaz de promover saúde mental no ambiente de trabalho. Apropriando-se desse aporte, foi possível verificar que a proposta de formação não tradicional, a partir de uma organização do espaço horizontal, bem como a condução das reuniões, possibilitou oportunidades de falas aos servidores, promovendo a saúde mental a partir de tal prática.

Os relatos abaixo demonstram a apropriação do sentido subjetivo em relação à Escola Itinerante expressado pelos participantes, no decorrer das reuniões desenvolvidas.

Eu não dava nada para essa Escola. Quando o coordenador passava o texto, eu achava que não daria em nada. Aí começamos a ler, começaram os encontros e mudou completamente. Tenho medo de não continuar (P6).

Esse projeto olha mais pra gente que a associação dos servidores. Eles estão preocupados com os nossos ganhos lá pra fora e vocês com nossa realidade, nossas condições aqui de trabalho (P5).

Para uma compreensão mais didática, o fenômeno estudado será dividido em 3 (três) momentos, sendo organizado por representações de falas que identifiquem cada momento. O momento 1 foi identificado como momento de queixas; o momento 2, pela tomada de consciência e, por fim, o momento 3, identificado como momento de aprendizado, com novas configurações subjetivas. Assim, descreve-se cada momento:

Momento 1 - as primeiras reuniões foram iniciadas com queixas dos servidores, indo ao encontro de várias falas queixosas, em um espaço social que se permitiu falar e compartilhar. As queixas fazem parte do desenvolvimento subjetivo do grupo. O grupo não é capaz de ver alternativa e nem tão pouco novos caminhos de desenvolvimento do trabalho executado.

As falas abaixo demonstram a expressão do 1º momento:

Aqui tudo é um parto (P1).

Tudo é difícil (P2).

Estamos tão presos quanto eles (P1).

A gente, discute, discute e discute, mas esbarra nas mesmas questões, não sai do lugar (P3).

A gente caminha em todos os textos e volta sempre no 1º, na Violência Institucional que emperra todo nosso trabalho (P7).

O momento 1, o momento da queixa, é indicador de saúde mental quando se observa um movimento subjetivo para o momento 2, ou seja, para uma tomada de consciência, com rupturas e construção de novos caminhos, conforme preconiza a psicodinâmica do trabalho, bem como a teoria da subjetividade de González Rey (2016). Esse movimento subjetivo será observado a seguir.

Momento 2 - Nesse 2º momento, a queixa passa a ser refletida como provocação para busca de novos caminhos, como observado nas falas:

Essas falas têm que ser levadas pra frente, pro Secretário, pro governador, pra onde precisar for (P7).

Temos que registrar isso e virar documento (P9).

É nesse momento que aparece a necessidade de ruptura e a busca de construção de novos caminhos. É uma inquietação que provocará mais um passo para a ressignificação e configuração de novas subjetividades como apresentado no momento 3.

Momento 3- O momento 3 é o momento em que posicionamentos em relação ao trabalho diário, ao papel de cada um, à necessidade de um novo caminho, começam a ser reconstruídos. É quando a subjetividade passa a ser construída e reconstruída enquanto subjetividade social. As falas a seguir exemplificam essa situação:

Após esses cursos aqui, esses treinamentos, eu realmente sei qual é o meu papel aqui. O que realmente eu tenho que fazer (P5).

Essas conversas aqui, nos amadurece, faz a gente ver outras coisas, abre a cabeça (P7).

Vocês fazem um trabalho igual ao livro *Trocando as Lentes*. Assim, como diz o autor: *A lente através da qual enxergamos determina o modo como configuraremos o problema e a solução*. Ou seja, vocês estão aqui vendo por nossas lentes (P8).

Os sentidos se operam no decorrer do processo da experiência vivida, sendo capaz de romper com o determinismo social e/ou a cultura institucional local, por meio do movimento da Escola Itinerante. “A su vez, la creatividad y la imaginación promueven nuevas formas de entender y elaborar procesos culturales, cosa que modifica y transforma los recursos, prácticas y formas simbólicas que conforman la cultura institucionalizada” (GONZÁLEZ; MARTÍNEZ, 2017, p. 2)

De maio a outubro foram discutidas 8 (oito) temáticas sobre a Socioeducação, relacionando-as à realidade do estado do Tocantins, as quais retrataram a evolução dos 3 (três) momentos. Foi no momento 3, especificamente, no mês de setembro, que além das discussões dos textos nas unidades, houve mais 2 (dois) encontros com no mínimo 1(um) representante de cada unidade para a criação de um documento para consolidação das informações discutidas durante os meses em que ocorreram os encontros.

A construção do documento foi endereçada ao Secretário, agente responsável pela pasta, apresentando a realidade vivida pelos servidores, bem como a execução dos trabalhos de maneira a afetar a medida socioeducativa vivida pelo adolescente em conflito com a lei. O

desenho da construção do documento, com no mínimo um representante de cada unidade, possibilitou trazer à tona as questões macro das unidades do Sistema Socioeducativo do Tocantins. Assim, cada um trazia e validava o que foi discutido nos grupos maiores. Essa configuração trouxe voz aos servidores, com a construção de novos caminhos e de novas possibilidades para fazer um trabalho diferenciado. O protagonismo do grupo foi revelado nesse contexto e um representante foi nomeado pelo grupo para representá-lo em um espaço maior de discussão.

O relatório construído foi a materialização das discussões e a busca pela *visibilidade* do Sistema Socioeducativo do Tocantins, visto que, em todas as discussões pontuadas, a causa maior dos obstáculos, evidenciada pelos servidores para executarem o seu trabalho, foi a *invisibilidade* do Sistema em questão. Com base em Dejours (2007), entende-se que essa ação possibilitou o enfrentamento do real do trabalho, ao trazer à tona as dificuldades de execução do trabalho no dia a dia e a busca das causas do problema e possíveis soluções.

González Rey e Martínez (2017) afirmam que os processos racionais também são geradores de subjetividade em um grupo, dando sentido a uma experiência concreta, conforme revelado pela construção e endereçamento do relatório citado. O desenvolvimento da construção do relatório, bem como o endereçamento às questões desdobradas, revela a subjetividade do grupo participante em movimento, em ação. Cabe relatar que o relatório foi apresentado ao Secretário da Secretaria de Cidadania e Justiça pela representante da Gerência da ESFQP, em espaço de reunião oportuno, sendo apresentado em formato de convite à reflexão sobre a realidade das unidades Socioeducativas relatada pelos próprios servidores.

No mês de novembro, além da discussão do tema previsto para a reunião, um retorno sobre a apresentação do relatório ao Secretário foi apresentado aos demais servidores, demonstrando a efetivação do endereçamento do documento produzido, com possibilidade de futuro acompanhamento de perto por esses mesmos servidores. Ao final dos encontros realizados no ano de 2019, cerca de 200 (duzentos) servidores participaram desse projeto de formação.

Alguns desdobramentos da apresentação já foram iniciados, mas esse é um tema para um próximo estudo que fica como sugestão.

## CONCLUSÃO

O estudo dessa experiência, proporcionada pelo projeto Escola Itinerante, realizado nas unidades socioeducativas do Estado do Tocantins, em uma instituição pública, que atua diretamente na política de Socioeducação, contribuiu significativamente para compreender caminhos possíveis que favorecem a subjetividade dos indivíduos, em diversos campos sociais, inclusive no campo do trabalho.

Assim, é possível articular a temática da subjetividade com a da saúde mental no trabalho como *campos* que não devem ser estudados ou utilizados como estratégia de gestão de saúde mental de maneira isolada.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de um indivíduo ou de um grupo ocorre nos espaços sociais que permitem que os indivíduos sejam capazes de se sentirem pertencentes, de configurar novas ideias, novos relacionamentos, sempre expressados pela interdependência das subjetividades presentes.

Com efeito, o diálogo sempre será uma fonte riquíssima para a busca de novos recursos subjetivos, capazes de promoverem novos caminhos, que levarão à promoção da saúde mental no trabalho. O recurso da fala, como afirmam Mendes, Merlo e Moraes (2014), é um grande potencial gerador de saúde mental e instituições de trabalho devem pensar em estratégias organizadas para a utilização de espaço de falas, as quais promovam sentido e novos caminhos para os trabalhadores.

A partir dos encontros vivenciados, por meio dos discursos e do relatório construído, foi possível identificar fenômenos de subjetivação, expressados pelos participantes. Esses fenômenos contribuíram para o fortalecimento do desenvolvimento da subjetividade social dos trabalhadores do Sistema Socioeducativo.

Como efeito, a partir deste estudo, ressalta-se que espaços de diálogos institucionalizados dão vozes aos trabalhadores, promovendo sua saúde mental e potencializando formas de se tornarem sujeitos capazes de enfrentar e transformar a realidade de trabalho vivida.

## REFERÊNCIAS

AREOSA, João. Os efeitos do trabalho na saúde mental: uma análise a partir da psicodinâmica do trabalho. In: MANUAL SOBRE RISCOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO. **Civeri Publisher**, ago. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29937>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A formação do habitus econômico. **Sociologia**, Porto, Portugal, v. 14, p. 9-34, 2004. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2458>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura Nas Ciências Sociais**. São Paulo: Edusc, 1999.

DEJOURS, Christophe. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, Ana Magnólia; CRUZ, Suzana Canez da; FACAS, Emílio Perez (orgs.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 27-034, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.prod.org.br/article/doi/10.1590/S0103-65132004000300004>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ELIAS, Norbert. **La sociedad de los individuos**. Ensayos. Barcelona: Península, 1990.

FALCONI, Vicente. **O verdadeiro poder: práticas de gestão que conduzem a resultados revolucionários**. Nova Limas, INDG, 2009.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Advancing the topics of social reality, culture, and subjectivity from a cultural–historical standpoint: Moments, paths, and contradictions. **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 36(3), aug. 2016, p. 175-189. Disponível em: <https://>

[www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Psicologia\\_historico\\_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf](http://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Psicologia_historico_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

GONZALEZ-REY, Fernando; MITJANS MARTINEZ, Albertina. Una epistemología para el estudio de la subjetividad: Sus implicaciones metodológicas. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 15, n. 1, p. 5-16, jan. 2016. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242016000100002&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242016000100002&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 14 out. 2019.

GONZALEZ-REY, Fernando; MITJANS MARTINEZ, Albertina. El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico. **Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano**, [S.l.], v 13, n 2, p. 3-20, jun. 2017. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/teoria\\_da\\_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/teoria_da_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

GOULART, Daniel Magalhães; GONZALEZ-REY, Fernando. Cultura, educación y salud: una propuesta de articulación teórica desde la perspectiva de la subjetividad. **Revista Epistemología, Psicología y Ciencias Sociales**, Arequipa, 1 (1), p. 17-32, 2016. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Saude\\_e\\_Subjetividad/Artigo\\_Daniel\\_FGR\\_2016.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Saude_e_Subjetividad/Artigo_Daniel_FGR_2016.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MORAES, Rosângela Dutra de. **Trabalho e Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

MENDES, Ana Magnólia; VIEIRA, Fernando de Oliveira. Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e os estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 161-213, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2608>. Acesso em: 13 out. 2019.

MINAS GERAIS. Ministério Público. Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais / Organizador: **Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: CEAf, 2015.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

SERVA, Maurício; JAIME JUNIOR, Pedro. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 64-79, jun. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2019.

SINASE, Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - **SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos** – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 03/11/2019.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia,

MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 20 nov. 2019.

TOCANTINS (Estado). Governo do Estado do Tocantins. Ato nº 1.070 – NM. **Diário Oficial [do] Estado do Tocantins**: Atos do chefe do poder executivo, Palmas, TO, ano 29, p. 1-5, 20 jul. 2017.

Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=4914>. Acesso em: 08 nov. 2019.

TOCANTINS (Estado). Governo do Estado do Tocantins. Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019. Dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Tocantins**: Atos do chefe do poder executivo, Palmas, TO, ano 31, p. 1-29, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5314>. Acesso em: 08 nov. 2019.

# O PRINCÍPIO CAPITALISTA E BUROCRÁTICO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E A SUBJETIVAÇÃO DO SERVIDOR

*Romário Rocha do Nascimento*

## INTRODUÇÃO

As organizações modernas, moldadas por princípios capitalistas e burocráticos, mostram que existe um problema evidente com relação ao funcionário e seu trabalho. Ao tentar considerar uma conexão existente entre esses princípios e a subjetividade de um servidor público, nota-se um atrito de inferências e uma articulação social do campo organizacional, os quais condicionam muitos servidores a “sofrerem” por compactuarem com um vínculo desencontrado de sua motivação, desejo e reflexividade.

Sob as perspectivas de Karl Marx e Max Weber, neste artigo, o trabalho do homem é analisado como uma atividade com várias significações, uma vez que “o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão” (NEVES *et al*, 2018, p. 319).

Aborda-se o trabalho com esta característica: aquele de predominância capitalista, regida por teor sistêmico, ainda muito influenciado pelos modelos de trabalho da era gerencial/empresarial, reconhecido pela disciplina, organização e hierarquia, eficiência e desempenho, consequentemente estendido ao funcionalismo público. No Brasil, por exemplo, a publicação do Plano Diretor da Reforma no Estado por meio da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, trouxe inúmeras mudanças estruturais relacionadas ao funcionamento das organizações do Estado.

Ribeiro e Mancebo (2013) pontuam que a reforma, a qual previa a mudança do modelo burocrático da gestão pública para um modelo gerencial, denota divergências, uma vez que a substituição da administração burocrática pela gerencial apresenta uma incompatibilidade entre a lógica do gerencial e o interesse público atrelado. Assim, a lógica de um sistema capitalista de produção, como é caracterizada as empresas capitalistas, tendem a influenciar a organização do funcionalismo público, cujos objetivos são diferentes. Ou seja, tais mudanças, inevitavelmente, trouxeram outras visões e expectativas sobre as organizações, assim como para o sujeito servidor.

Ao tentar considerar a compreensão de subjetividade humana de Karl Marx (1984) é possível interpretar que ela está associada à consciência do homem, a qual está inserida no que ele chama de “consciência social”. Contudo, objetivamente, na obra “O capital”, Marx não

apresenta um conceito real sobre subjetividade, pelo contrário, faz referência ao homem como um ser de comportamentos e reações dentro do campo do trabalho, da produção e do mundo capitalista.

Essas reações e comportamentos do homem dentro do campo de produção só passaram a ter um significado real nos estudos sobre subjetividade no trabalho e, conseqüentemente, nas organizações, depois da segunda metade do século XX. Nesse período, embora tenha surgido no contexto filosófico como uma característica negativa, tendo em vista o fato de desassociar o sujeito do processo objetivo, somente no final do século XX, a subjetividade ganha destaque nos estudos da psicologia contemporânea, alcançando relevância como uma categoria válida (PADRO FILHO; MARTINS, 2007). Por essa expectativa, observa-se que o sujeito<sup>3</sup> ganha destaque, não sendo considerado um simples componente mecânico das estruturas sociais, como nos princípios do mundo capitalista e das organizações, como afirmou Marx.

No livro “O capital” de 1984, Marx enfoca o capitalismo sobre a “luta de classes” e a “força de trabalho” dentro de um sistema regulado e associado a uma mercadoria de valor. As frações provenientes do pensamento marxista sobre o capitalismo, permitem buscar a interpretação e correspondência teórica que se almeja neste ensaio, sendo possível evidenciar a condição do servidor trabalhador dentro de um âmbito organizacional de força, luta e valor.

Sobre o aspecto burocrático é elementar que se destaque o pensamento weberiano, o qual acentua que as organizações são um sistema e a hierarquia, a disciplina, a tarefa e a especialização são consensuais entre elas e o trabalhador. Marx (1984) muito se aproxima dessa concepção weberiana, pois, em seu pensamento, sugere que as organizações também são vistas como sistemas organizados, onde há indivíduos especializados, moldados e disciplinados dentro de um determinado cargo à mercê de regras, procedimentos, normas e principalmente do poder econômico, como a remuneração. Essas provocações teóricas podem ser ampliadas às organizações públicas ou privadas, contudo, é importante refletir que as Organizações Públicas são de controle regimental, dirigidas pela Administração Pública e estabelecem uma relação com o Governo. Apesar de essas apresentarem um grande peso burocrático, esse modelo de organização também apresenta outra perspectiva previamente associada ao poder econômico, uma vez que em algum momento na história, tomou parte dos modelos econômicos dominantes.

Mas será que os princípios da estrutura social, aqui apresentados, são totalmente fundadores de um domínio sobre o servidor, ou ele é capaz de criar ressignificações e práticas para tornar as condições de trabalho uma experiência condicionalmente aceita? Por essas e outras aceções é que o objetivo desse ensaio deseja confrontar duas categorias: a primeira, da estrutura social imposta, tendo como base os princípios capitalistas e burocráticos nas organizações públicas e; a segunda, do sujeito e sua configuração subjetiva. Hipoteticamente, assume-se que o fundamento lógico do princípio burocrático e capitalista é ajustar o homem como sujeito ativo, por meio de um sistema disciplinado e com objetivos econômicos, porém a subjetivação do sujeito dentro desses conjuntos sociais pode, por meio das experiências sociais vividas, ter a condição de explicar uma flexibilidade e resistência.

3 “El sujeto es un elemento esencial de toda producción social, pues su acción es generadora de nuevos momentos de subjetivación social, de los que pueden emerger verdaderas alternativas de funcionamiento social” (GONZÁLEZ REY, 2013, p. 39).

## UMA BREVE VISÃO DO PRINCÍPIO CAPITALISTA E BUROCRÁTICO NAS ORGANIZAÇÕES

Em primeiro lugar, quando se reflete sobre a ótica capitalista nas organizações é comum a extração de um sentido técnico, sistêmico e econômico, no qual as mesmas são creditadas como “máquinas” que trabalham a favor da produção. O desenvolvimento dos modos de produção capitalista e os princípios que regimentaram esses “modos” nas organizações modificaram os modelos de trabalho e, conseqüentemente, causam problemas físicos e mentais ao trabalhador. O excesso do trabalho, o tempo, a repetição, a fadiga à tarefa e processos rotineiros fazem parte desse sistema disciplinado, que evoluiu juntamente com o desenvolvimento das indústrias e organizações: o trabalhador labora, enquanto o capitalista analisa o trabalho, a coerência, o modo de produção e a matéria prima (MARX, 1984).

As organizações são controladas pela força concorrente, instaurada sobre seus processos, através da dinâmica do mundo capitalista. Em resposta, essas organizações ampliam suas forças de produção e a expansão dessas forças leva a crises irreversíveis (MASLOW, 1970). Muitas hipóteses - econômicas, estruturais, ambientais, etc., - poderiam ser atreladas a essa concepção de Maslow, mas propõe-se aqui, como foco, as crises inerentes às forças do trabalho humano.

Observa-se que o trabalho é um padrão de medida, na qual se mede o tempo e a produtividade (MARX, 1984). Mas, se a perspectiva capitalista amplia suas forças de produção, há um problema eminente dentro do contexto humano nas organizações, pois só reforça que o trabalho do indivíduo já foi evidentemente extrapolado.

Quando se reflete sobre a ótica burocrática é mais comum frisar sobre aspectos de dominação e disciplina dentro de um sistema organizado. A direção organizacional é formada por procedimentos que envolvem protocolos, regras e normas, que nada mais servem para organizar um sistema, com objetivos de suprir necessidades do capitalismo eminente.

A busca pela dominação sobre os trabalhadores dentro do princípio burocrático, normalmente, acontece por meio da hierarquia e da disciplina. Assim, nesse contexto Guattari e Rolnik (1993, p. 16) escrevem que as organizações “produzem, exatamente, indivíduos normalizados, articulados uns aos outros, seguindo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão”. De modo estratégico, neste trabalho, a visão desses autores contribui como um ponto de avaliação, uma vez que se tenta confrontar com reflexões sobre a condição do sujeito dentro dessas estruturas e princípios, buscando entender se ele é de fato dominado e submisso, sem ressalvas, a esses, como tratam as estruturas sociais em análise.

## ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: BUROCRACIA, CAPITALISMO E IMPOSIÇÃO

A profissionalização do serviço público foi promulgada em 1938, com a criação do Conselho Federal do Serviço Público e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (FERRAZ, 2012). Foi um período em que os serviços prestados com a mão do Estado começaram a se expandir no cenário nacional. Ainda, de acordo com a autora, entre 1930 e 1950, o serviço público era prestado pelos funcionários estatutários e pela administração direta e, somente entre 1960 e 1980, pela administração indireta e por profissionais selecionados.

Na década de 90, a partir da Lei nº 8.987/95 - Plano Diretor da Reforma do Estado, a administração pública passou por um “processo de implantação da administração pública gerencial” (RIBEIRO; MANCEBO, 2013, p. 196). Desde a publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado, foram elaborados inúmeros documentos oficiais, memorandos, leis, regimentos e decretos, que ampliaram a sistematização da administração pública para um funcionamento das organizações públicas, pautado pela eficiência dos modelos de gestão gerencial. Entre as atribuições dos servidores públicos, foi definido que suas atividades e reponsabilidades garantissem “a manutenção do Estado” e viabilizassem as ações e a “implementação das políticas de gestão do governo e que, em geral, atuam diretamente ou indiretamente para os cidadãos” (GOMES, 2008, p. 01).

Para Ribeiro e Mancebo (2013), o novo modelo da administração pública ganha contrapontos, indo de encontro aos modelos burocráticos e hierarquizados, os quais previam uma melhor flexibilidade e eficiência, tanto do trabalho quanto dos serviços prestados por entidades públicas. Para as autoras, as transformações dos modelos exigiam modelos organizacionais que ressignificassem a relação entre “trabalho e capital”, demandando um novo perfil de trabalhador, ligado à eficiência do modelo gerencial.

No tocante, os servidores se deparam com três movimentos: as desvalorizações salariais em troca da redução de custos; o enxugamento de funções prestadas pelo Estado, que notadamente condiciona os processamentos de multitarefas ao funcionário; e a agilidade e eficiência gerencial do funcionalismo. Dentro das organizações públicas ou privadas funciona a prerrogativa do funcionalismo eminente que, de acordo com Weber (1991), acontece em três princípios específicos de competência oficial, mediada por regras, leis e regulamentos administrativos:

- 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais;
- 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras;
- 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral (WEBER, 1991, p. 202).

Observa-se que esses princípios são parte integradora do sistema burocrático do funcionalismo. Esses, na maioria das vezes, materializam-se em regulamentos administrativos, qualificação, hierarquia e disciplina. O funcionário trabalha em uma posição de dever e suas relações são determinadas de forma jurídica; possui uma hierarquia de ocupação e recebe de acordo com essa hierarquia e não na condição de trabalho produzido (WEBER, 1982).

Para Veneu (1990, p. 05), o funcionário público é “o trabalhador empregado pelo Estado nos níveis federal, estadual e municipal, seja na administração direta, seja nas autarquias e empresas de economia mista”. O servidor público pode ser caracterizado dessa forma, pois executa o trabalho em troca de valor e, segundo Maslow (1970), o valor do trabalho que o funcionário exerce em geral é mercadoria do próprio capitalismo. Por isso entende-se o funcionário público como um servidor de um sistema de organização burocrático, com objetivos de finalidade capitalista.

A implicação acontece não apenas pelas indagações teóricas sobre o capitalismo, nas quais pautou Marx sobre o Estado e o sistema jurídico em o Manifesto Comunista (1848/2009), mas, também, sobre os modelos gerenciais que as organizações públicas passaram a tomar na contemporaneidade do capitalismo moderno.

Nessa organização, o funcionário passa por procedimentos, nos quais a estima social é muito revelada, especialmente a do dominador para com seus pares (WEBER, 1991). Nesse sentido, o funcionário público se estabelece socialmente dentro de duas posições socioeconômicas: o nível hierárquico e o salário. Enquanto um associa-se ao *status* e à posição social; o outro está voltado para a ótica econômica, como a remuneração e o suprimento de necessidades básicas. Weber (1982) escreve que o funcionário público, em perspectiva de carreira, almeja se não os dois, pelo menos um desses objetivos. O que necessariamente decorre do fragmento é que essa concepção capitalista provém da noção ampliada sobre o materialismo (MARX, 1984), provindo da necessidade de máxima produção com o objetivo de ascendência social. Dessa forma, a procedência teórica permite observar que o capitalismo está associado tanto à organização quando ao próprio sujeito.

Assim como nas empresas privadas, as Organizações Públicas são reguladas por procedimentos, normativas, regras e funções. Muitos setores e funções são regimentados por normas governamentais, ligadas às normativas da administração pública, com uma estrutura hierárquica não muito diferente das empresas privadas. Weber (1982, p. 230) escreve que “o princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas: no Estado e nas organizações eclesiásticas, bem como nas grandes organizações partidárias e empresas privadas”.

O modelo burocrático do Estado brasileiro é regulamentado na Constituição de 1988 com forte presença do formalismo, regras e divisão de poder. Ainda que haja evidências fortes do gerencialismo, como amplamente centrado pelo Plano Diretor da Reforma no Estado, a predominância burocrática é a que se faz presente, especialmente na estrutura. Dentro do sistema hierarquizado e da divisão administrativa das Organizações públicas, os servidores, na maioria das vezes, são moldados por essas mesmas regras, formalismo e divisão de poder. Os estatutos e regimentos definem os rumos da administração pública, logo, as competências e reponsabilidades são delimitadas por documentos, divisão de tarefas e funções, que conseqüentemente aumentam a guerra hierárquica por meio da qualificação.

Além disso, existe uma divergência eminente de papéis dentro do campo administrativo dessas organizações. Nesse sistema, há aqueles que se resguardam do desvio de funções, onde não lhes cabem competência; ou, aqueles que convencionalmente exercem papéis não pertencentes a sua posição por um valor de trabalho inferior; ou, compactuam com remanejamento inapropriado nos setores. Weber (1991) já refletiu sobre a divergência com relação à adaptação de tarefas, na qual a experiência administrativa de dirigentes é altamente afetada pelo excesso de compromissos, tornando curto o tempo de trabalho profissional e pondo em jogo a diferenciação social, transformando-os nos chamados “*honoratiores*”<sup>4</sup>.

Weber (1982, p. 265) aponta que “os governados, por sua vez, não podem dispensar ou substituir o aparato burocrático da autoridade quando este começa a existir, pois essa burocracia se baseia no treinamento especializado”. O autor acrescenta ainda que a dominação está

4 Por causa do seu *status social*, uma reputação especial para aproveitar-se dos cidadãos. Dicionário Alemão. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-de/honoratior>. Acesso: 27 nov., 2019.

associada à administração e essa precisa de alguma forma da dominação, ou seja, “o poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o ‘servidor’ dos dominados e sentindo-se também como tal” (WEBER, 1991, p. 197). De um lado as organizações com valores burocráticos e capitalistas; do outro, o servidor, o trabalho e a subjetividade.

Por essa imposição de inferências culturais e econômicas dos conjuntos sociais, as organizações muitas vezes preconizam a instabilidade das estruturas gerenciais. Na administração pública, acontecem mudanças constantes, sejam diretamente voltadas para os servidores ou para os processos. Em muitos casos, as mudanças, relacionadas a questões econômicas, desvio de posição (o dominado e o dominador) e perspectiva de valor do sistema de responsabilidades, são as que mais afetam o servidor no trabalho.

Em qualquer campo, seja político, cultural, militar, privado ou de organizações públicas, existe o poder dominante burocrático que torna as pessoas obedientes e à disposição do trabalho (WEBER, 1991). Logo, a disciplina é o fator que eleva o princípio pré-determinado nas organizações.

Para Weber (1982, p. 292) “o conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada”. Esse fragmento é importante, sendo visto como ponto chave das reflexões aqui levantadas. Veja que, tratando pelo modo literal desses princípios burocráticos e capitalistas, a busca pela submissão dos trabalhadores tende a ser um evento progressivo, que visa à concessão de condições impostas por meio de um sistema de dominação. Por isso, os fragmentos desse pensamento fundamentam o presente ensaio, não estando limitado a uma conceituação infundada, uma vez que a própria psicologia marxista muito se aproxima da concepção do sujeito mercantilizado, materialista e capitalizado, a qual predomina até os dias de hoje.

González Rey (2016) explica que esse termo da “psicologia materialista” é sinônimo da psicologia marxista e tem como fundamento a objetividade. Todavia, nos dias atuais, o homem é trabalhado em um novo sentido: o do sujeito que não está mais associado a uma separação do que é externo e interno, uma vez que o processo de configuração torna o social como uma experiência singular do trabalhador enquanto sujeito subjetivo. Para melhor compreensão González Rey (2016, p. 181) escreve que “the understanding of subjectivity as a new quality of human processes configured within the symbolical human existence that have historically been located within sociocultural systems breaks down the representation of social reality as an external given environment”<sup>5</sup>. Apesar da abordagem de Marx ser um tanto distante dessa nova abordagem, González Rey (2016) atribui a ele a razão para o entendimento de que a essência humana é conceituada em uma organização social e histórica, fundamentada especialmente nas abordagens dos estudos soviéticos.

5 “A compreensão da subjetividade como uma nova qualidade dos processos humanos configurados dentro da existência humana simbólica que historicamente foram localizados nos sistemas socioculturais quebra a representação da realidade social como um ambiente externo dado” (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 181, tradução nossa).

## SUJEITO: SUBJETIVIDADE, TRABALHO E REFLEXIBILIDADE

As concepções teóricas, relacionadas ao servidor apenas os aspectos advindos do pensamento marxista, entram em contraponto com os estudos de González Rey (2012). Esse explica que, ainda na primeira metade do século XX, a subjetividade e o social não tinham espaço, sendo tratados em domínios diferentes, como o externo ao sujeito e o interno a ele. Nessa perspectiva, advinda dos estudos soviéticos, prevalece a junção do interno e do externo, condicionando que o externo pode explanar novas experiências sobre a condição interna, construindo outras percepções culturais e históricas. Ou seja, “os sentidos subjetivos de uma determinada experiência não estão restritos a essa experiência. Eles estão amalgamados com os sentidos subjetivos de outras vivências as quais ganham novos contornos subjetivos no curso da experiência atual” (SOUZA; PATINO TORRES, 2019, p. 38).

González Rey (2016) abraça a perspectiva cultural-histórica dos estudos soviéticos, uma vez que, ainda na década de 70, esses focaram nessa perspectiva para “effort to advance the understanding of the social reality as a complex scenario within which human activity and subjects emerge”<sup>6</sup>. (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 178)

No início da produção científica, apesar do enfoque sobre a subjetividade na filosofia não ter sido tratada como categoria válida, considera-se que, a partir da concepção cultural-histórica, as condições subjetivas importam, uma vez que, para Padro Filho e Martins (2007, p. 16), a subjetividade deve ser considerada “por não se opor necessariamente ao critério de objetividade”, ou seja, em nenhuma medida a subjetividade retira o consenso de objetividade do sujeito. Para isso, González Rey pontua dentro desse novo sentido, sobre como acontece o desenvolvimento da subjetividade:

La subjetividad se desarrolla en las prácticas culturales sobre las que se organiza la vida social, pero es irreducible a las representaciones y creencias del hombre. Por otra parte, la noción de subjetividad también se opone al reduccionismo cultural que se representa al hombre como un mero epifenómeno de sus prácticas discursivas<sup>7</sup> (GONZÁLEZ REY, 2013, p. 34).

As práticas culturais, que são advindas do sujeito ao logo da história, são pontos relevantes sobre a configuração da subjetividade, como explana González Rey. Por esse motivo, busca-se compreender o ser por uma perspectiva cultural-histórica, dentro dos princípios capitalistas e burocráticos, como construção histórica e cultural.

Veja que as mudanças organizacionais, a divisão de tarefas, a autoridade e a disciplina do funcionalismo público expressam significados sobre o contexto cultural e histórico do indivíduo. González Rey (2013, p. 33) escreve que “a cultura é apresentada como uma produção humana de natureza simbólica relacionada a uma identidade e a um sistema de práticas específicas de um grupo humano”. A interação de subjetividade vai ao encontro do cultural e desses preceitos

6 “Esforço para avançar na compreensão da realidade social como um cenário complexo no qual emergem a atividade e os sujeitos humanos” (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 178, tradução nossa).

7 “A subjetividade se desenvolve nas práticas culturais em que a vida social é organizada, mas é irredutível às representações e crenças do homem. Por outro lado, a noção de subjetividade também se opõe ao reduccionismo cultural que representa o homem como um mero epifenômeno de suas práticas discursivas” (GONZÁLEZ REY, 2013, p. 34, tradução nossa).

sociais historicamente construídos na sociedade capitalista e na organização do trabalho. Por esse motivo González Rey defende que a subjetividade é inseparável da cultura, pois dela se desenvolvem símbolos emocionais historicamente construídos pelo humano único (GONZÁLEZ REY, 2013; GONZÁLEZ REY; MITJANS MARTÍNEZ, 2017).

Ao adentrar sobre a organização do trabalho no âmbito público, é possível perceber que nele emergiu novos modelos de administração, voltados especialmente para a qualidade e o alto desempenho. O paradigma em si impõe uma condição de controle sobre os trabalhadores, a qual pode ser vista dentro da força de trabalho como também dos sentimentos.

Esses modelos estão cada vez mais direcionados à ênfase do sistema privado (WEBER, 1982), onde as exigências (do privado e do público) se igualam, partindo de um pressuposto acelerado e sistêmico, como acontece com as máquinas. Contudo, o trabalho dentro destes moldes também faz com que o sujeito subjetivo tenha capacidade de transformar seus sentimentos por um processo de ações sensíveis e da criatividade, algo muito difundido na psicodinâmica do trabalho.

Um ponto de vista importante é que o trabalho é “uma das formas do homem inserir-se na sociedade e de se constituir como sujeito com consciência de si e do outro” (GOMES, 2008, p. 03), ou seja, o trabalho efetua uma função muito importante na vida do indivíduo, seja no caráter de subjetividade, sendo uma categoria fundante para o homem, como o provimento de renda, sustento, além de estabelecer metas e objetivos (NEVES, *et al*, 2018). Contudo, é pertinente refletir sobre o adoecimento que o trabalho e os princípios aqui tratados exercem sobre o indivíduo, pois, muitas vezes, a ampliação da força de trabalho, com finalidade econômica, ou a responsabilidade em outras tarefas e funções, bem como a hierarquia e a disciplina, fazem com que a atividade de trabalho se torne impossível. Vendo por essa perspectiva, a “sobrecarga”, seja do lado físico ou sentimental, causa o cansaço mental e físico e conseqüentemente o sofrimento.

A humanidade e suas necessidades, bem como a forma como elas mudam com o passar do tempo, fazem com que o sujeito assuma responsabilidades, as quais contribuem para a formação do seu subjetivo. Logo, o trabalho exercido por ele - seja para fins econômicos ou sociais, torna-se um fator primordial para o suprimento dessas necessidades. Por esse motivo, “o desenvolvimento da atividade humana em si, de seus motivos e meios, transforma as necessidades humanas e faz surgirem novas necessidades, de tal maneira que a hierarquia de necessidades muda” (LEONTIEV, 1983, p. 07).

A condição econômica da sociedade capitalista também está inserida na sociedade, por meio de seus sentidos subjetivos, criados ao longo de sua história, ou seja, existe uma flexibilidade do sujeito, pois nessa condição “o sofrimento como parte da condição humana opera como um mobilizador dos investimentos para transformação da realidade” (MENDES, 2007, p. 31). Eis o ponto: a crítica pessoal se faz presente, mesmo existindo um conflito de sentimentos entre trabalho e servidor, diferente do que trata Weber (1982), ao explicar que, dentro da disciplina, a crítica pessoal é incondicionalmente limitada.

Para Mendes (2007, p. 140), as pessoas criam estratégias de defesas para o enfrentamento de pressões e sofrimento psíquico no trabalho. Para a autora, essas defesas posteriormente são incorporadas, tanto no seu trabalho como na sua vida privada, família. Dessa forma, os sujeitos usam da negação ou racionalização do sofrimento como formas de defesa, trabalhando sua subjetividade com o intuito de criar mecanismos de defesa, seus desejos e prazeres históricos, indi-

vidual e culturalmente construídos. Caso contrário é apenas uma função, cujo objetivo é suprir necessidades, mesmo que lhe ocasione sofrimento e adoecimento.

Conforme Mendes (2007, p. 37), “o sofrimento surge quando não é mais possível a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização do trabalho”. Essa condição, na qual afirma a autora (sofrimento), é uma condição superável quando inferida ao sujeito trabalhador. A patologia, contudo, é o problema, pois, segundo a autora, implica em falhas no enfrentamento do sofrimento. Esse é por fim, uma condição na qual se instala a incapacidade de flexibilidade do trabalhador.

A partir da abordagem realizada sobre a burocracia e a ordem capitalista imposta, dentro do trabalho também ocorre o sofrimento, nomeado por Dejours (1994, p. 153) de “espaço de luta que ocorre o campo situado entre, de um lado, o bem-estar, e, de outro, a doença mental ou a loucura”. Todavia, esse tipo de explanação relacionada ao sofrimento é uma característica um tanto contraditória, como afirma Mendes (2007, p. 31), uma vez o sofrimento “pode ao mesmo tempo assumir a função de mobilizador da saúde e de instrumento para obtenção de produtividade”. Assim, para a autora, o sofrimento deve ser posto em evidência pela “fala e escuta”, que necessariamente levam o trabalhador a “se mobilizar, pensar, agir e criar estratégias para transformar a organização do trabalho” (MENDES, 2007, p. 31).

Nesses pontos, pode-se argumentar que, mesmo considerando as acepções dada sobre os fatores sociais, como as condições de trabalho, a disciplina, o capitalismo e a burocracia, o sujeito tende a ser reflexivo e agir conforme essa flexibilidade, a partir da configuração de suas experiências.

A experiência em si não se representa apenas como um fragmento que complementa a subjetividade. Como escreve González Rey (2013), a experiência e a subjetividade são inseparáveis e, por sua vez, inerentes da configuração da personalidade. Isso significa dizer também que cada ser humano possui suas relações sociais, sendo elas resultados da essência para uma existência prática (AITA; FACCI, 2011). Essa concepção faz parte da condição do sujeito ativo e, por essa perspectiva, se confunde um sujeito com características resistentes.

A subjetivação do sujeito, uma vez fazendo parte dos sociais, está associada às condições de necessidades de forças econômicas, como a ascensão social, o salário, o *status*, fortemente destacados por Marx. A subjetividade circula nos conjuntos sociais: “ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 29).

Dessa forma, o econômico como parte do conjunto social, seja da organização ou do próprio sujeito, torna subjetivo e singular um sujeito por meio de um processo de configuração. González Rey (2013, p. 37) define essas configurações subjetivas como “producciones de un sujeto en acción que está situado en múltiples tramas sociales simultáneas que aparecen como objetividades recreadas por su imaginación”<sup>8</sup>. Ainda, segundo o autor, essas configurações subjetivas são o que ligam o simbólico do emocional e dependem da relação linear entre os elementos.

O simbólico e emocional são construídos na unidade básica da subjetividade, chamados de sentidos subjetivos (SOUZA; TORRES, 2019). Para González Rey (2012), esses sentidos

8 “Produções de um sujeito em ação localizado em várias parcelas sociais simultâneas que aparecem como objetividades recriadas por sua imaginação” (GONZÁLEZ REY, 2013, p. 37, tradução nossa)

são associados a todas as produções de experiências vividas por uma pessoa. Ou seja, as experiências vividas são subjetivadas pelo trabalhador, a partir das configurações sociais da vida humana. Para essa prerrogativa, González Rey (2016, p. 186) defende que “human experiences are subjectivized through a complex plot of subjective senses within subjective configurations that whether individual or social, embody the plurality that unfolds through the sociocultural constructions on which human life occurs”<sup>9</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela lógica social e econômica é difícil discutir sobre o funcionalismo público sem sucumbir às influências que o campo privado tem sobre essas organizações. Apesar de sempre estarem funcionalizadas em um modelo burocrático tradicional, atualmente o funcionalismo público tem migrado para um modelo burocrático mais gerencial, evidenciando uma perspectiva mais capitalista, seja da organização quanto do próprio sujeito.

A partir dessa perspectiva, buscou-se aprofundar sobre a estrutura social imposta, tendo como base os princípios capitalistas e burocráticos nas organizações públicas em confronto com o sujeito e sua configuração subjetiva. Em primeiro lugar é possível elucidar que, no funcionalismo público, a burocracia está mais voltada à estrutura, aos regimentos, às leis e ao funcionamento, enquanto que o capitalismo está mais condensado à versão funcional do servidor como a dominação, a hierarquia, o alto desempenho, bem como a inserção de novos desejos e necessidades (sociais e econômicos) que o trabalho pode proporcionar.

A necessidade de realização no trabalho, em organizações públicas com resquícios de domínio capitalista e burocrático, traz questões sociais estruturais, entendidas sobre a perspectiva da dominação, da resistência e da realidade social do sujeito. Isso porque nem tudo se relaciona com a virtude da situação econômica e do prestígio social, destinando o servidor a uma dominação, como afirmou (WEBER, 1991), ou mais precisamente, que não há uma “crítica pessoal incondicionalmente eliminada”.

Em síntese, o trabalho demonstra que as organizações públicas, em um novo modelo gerencial/burocrático, são disciplinadas por regras, métodos, princípios e objetivos quantitativos, socialmente construídos. Esses contribuem para a subjetivação do sujeito, por meio de sua perspectiva histórico-cultural, fazendo com que ele assimile, em seus sentidos subjetivos, as organizações e a sua cultura, explanada em experiências que se configuram em subjetividade.

É possível perceber também que a organização sugere um sistema de imposição, porém os servidores têm a capacidade de criar mecanismos de crítica pessoal. Essa ocorre pela relação de passado e futuro, por meio do processo histórico-cultural estruturante das subjetividades. Tal relação aguça as condições de reflexibilidade desses servidores sobre a estrutura social em que estão inseridos.

É sabido, pelos princípios abordados, que a reflexibilidade dos sujeitos, enquanto servidores, muitas vezes compactua com a cultura e com os próprios princípios, condicionando o sofri-

<sup>9</sup> “As experiências humanas são subjetivadas por meio de uma trama complexa de sentidos subjetivos, dentro de configurações subjetivas que, sejam elas individuais ou sociais, incorporam a pluralidade que se desdobra através das construções socioculturais nas quais a vida humana ocorre ” (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 186, tradução nossa).

mento e, em muitos casos, o adoecimento. Contudo, como explica Mendes (2007), o sofrimento quando não chega ao nível de adoecimento ainda pode ser reflexionado, o que consiste nas resistências ou no enfrentamento desse sofrimento. Nesse caso, a pesquisa mostra que o sujeito tem uma posição de saída, de flexibilidade e contestação, seja ela positiva ou negativa, sobre os princípios burocráticos e capitalistas dentro das organizações públicas.

A pessoa enquanto sujeito ativo é uma parte vulnerável da estrutura organizacional, inclusive do próprio sujeito, na medida em que reflete sobre a cultura e a história da sociedade dentro da estrutura social abordada. Todavia, o sujeito é mais dinâmico e reflexivo dentro da sua própria subjetividade. É possível sublinhar também que a cultura, o clima organizacional, as relações, as atividades, a tarefa, a função, o desejo, o prazer, o sofrimento e a decepção sejam previamente influenciados, em algum momento, pelos princípios tratados. Entretanto, em cenários de conflito, os indivíduos reagem de formas diferentes sobre as situações de trabalho, onde, de um lado, existe a tentativa de encontrar o prazer; e do outro, encontra-se automatizado e adaptado a um modelo determinado (MENDES, 1995).

Nessas condições, verifica-se que raramente existem procedimentos institucionalizados nas organizações voltadas para lidar com a subjetividade do servidor, uma vez que a ótica é bem mais mecanicista, mas o sujeito pode sim aderir a procedimentos de defesa sobre as organizações.

## REFERÊNCIAS

AITA, Elis Bertozzi; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=isov](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=isov). Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 abr. 2020.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCAMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. **Christophe Dejours da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro, 1993.

FERRAZ, Viviane Narducci. **As mudanças na cultura organizacional de uma Instituição Pública Federal sob um olhar estético**. Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa: FGV, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10213/F%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20completa%2009-10-2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GONZALEZ-REY, Fernando; MITJANS MARTINEZ, Albertina. El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico. **Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano**, [S.l.], v 13, n 2, p. 3-20, jun. 2017. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/teoria\\_da\\_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/teoria_da_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Advancing the topics of social reality, culture, and subjectivity from a cultural–historical standpoint: Moments, paths, and contradictions. **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 36(3), p. 175-189, aug. 2016. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Psicologia\\_historico\\_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Psicologia_historico_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **La subjetividad en una perspectiva culturalhistórica**: avanzando sobre un legado inconcluso. Cali, Colombia, CS, n. 11, p. 19-42. 2013.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo – sociedade numa perspectiva cultural–histórica. **ECOS**, [S.l.], v. 2, n. 2. p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GOMES, Nanci Fonseca. A subjetividade do servidor público constituída na relação com o estado e a sociedade. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 15, dez. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000400002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2020.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Actividade, conciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Porto Alegre: L&PM, 1848/2009.

MASLOW, Abraham Harold. **Motivation and personality**. English Edition: 1970.

MENDES, Ana Magnólia. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 15, n. (1-2-3), p. 34-38. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931995000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2020.

NEVES, Diana Rebello et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 318-330, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci\_arttext&pid=S1679-39512018000200318&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2020.

VENEU, Marcos Guedes. Representações do funcionário público. **Rev. Adm. Públ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 5-16. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/9059/8191>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-1822007000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1822007000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 20 nov. 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MANCEBO, Deise. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicol. cienc. prof., Brasília**, v. 33, n. 1, p. 192-207, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932013000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2020.

# JORNALISMO, PÓS-VERDADE E SUBJETIVIDADE – FATOS VERSUS EMOÇÕES

*Rogéria Martins Costa*

## INTRODUÇÃO

A cada dia o jornalismo tende a se adaptar aos novos ecossistemas da profissão, tendo em vista as novidades tecnológicas que surgem, bem como a emergência de um leitor mais favorável à utilização dessas inovações.

A revolução digital produz novos elementos cotidianamente. Dentre esses, a desinformação, a qual sempre esteve presente na prática jornalística, acabou ganhando força e disseminando-se com facilidade, tornando-se uma prática comum não apenas no campo da política, mas também no âmbito da publicidade e no campo empresarial. Desse modo, a prática da profissão não se encontra mais restrita a transmitir informações, mas também, em desarmar mentiras, rumores e falsidades.

Conforme Deuze (2006), o jornalismo líquido se apropria, cada dia mais, das facilidades que a tecnologia traz para a eficácia de assimilação das notícias, aliada à necessidade de expressar de forma digital sobre os mais variados assuntos. Assim, com o novo ecossistema jornalístico, ocasionado pelas mudanças tecnológicas, surgem novos desafios para o jornalismo, como: a propagação da desinformação e a relativização dos fatos, em função de crenças e emoções pessoais, definidos unicamente como pós-verdade.

Diante do que foi exposto, o objetivo desta pesquisa é fazer reflexões teóricas acerca do jornalismo na era da pós-verdade, relacionando-o com a perspectiva cultural-histórica da subjetividade que nos permite entender a pessoa enquanto consumidora da desinformação. Para tanto, a problemática dessa pesquisa surge sobre a seguinte questão: teria a cultura da sociedade moderna condicionado os fatos objetivos do jornalismo, na era da pós-verdade, secundários à perspectiva do indivíduo? Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivos discorrer sobre a evolução e transformação do jornalismo; dissertar sobre os conceitos de modernidade líquida e explorar os conceitos de pós-verdade, relacionando-os com o jornalismo e a subjetividade na era da desinformação.

Este trabalho classifica-se como teórico-descritivo e bibliográfico, estando fundamentado em literaturas que tratam sobre o tema, com vistas a aprimorar a ideia sobre o jornalismo líquido e a desinformação, temas que ganharam força na atualidade por meio da *internet*. Como principal referência teórica, utilizou-se a literatura proveniente dos estudos de Bauman, que cunhou a metáfora da “sociedade líquida” para compreender as transformações da contemporaneidade, bem como dos estudos provenientes das pesquisas de González Rey sobre a perspectiva cultural-histórica da subjetividade.

## GÊNESE DO MODERNO

Entabula-se este estudo com uma prefação do conceito de modernidade e de paradigmas criados na contemporaneidade na busca da compreensão da sociedade atual. Antônimo de *antiquus*, a palavra *Modernus* é derivada de “recentemente”, “há pouco”. Surge depois o termo *modernitas*, “tempos modernos”, e *moderni* (“homens de nosso tempo”), terminações muito usadas, principalmente depois do século X (KUMAR, 2006). Para alguns autores, o conceito de modernidade surge com a ascensão da burguesia, a partir do século XVII, e a ampliação do capitalismo moderno. Este período é marcado, no pensamento ocidental, pela denominada Guerra da Libertação da Razão, pelo triunfo do individualismo e com criações de grandes invenções tecnológicas, alcançando seu apogeu no século XVIII (GIDDENS, 1991; HAUSER, 2003; KUMAR, 2006).

No desenvolvimento do período moderno, surge um novo modelo de produção com a organização do trabalho, sendo fundamentado em métodos mecânicos, com a produção voltada para o consumo de massa. A produção em massa é um desdobramento do período moderno, especificamente, reconhecida como resultado da ampliação do capitalismo na Europa e na América. Além disso, a sociedade passa a ser marcada por um forte espírito competitivo, sobre o qual a ideia de sucesso, lucro e liberdade é ideologicamente associada à força do trabalho. Nesse período, é definido o princípio da oportunidade a todos, todavia, desde que se esforcem (GIDDENS, 1991; HAUSER, 2003; KUMAR, 2006).

A razão é considerada a principal característica do período moderno; a sociedade busca o avanço por meio da cientificidade e da racionalidade objetiva. Para Bauman (2007), a modernidade começa a declinar na metade século XX, após tragédias como o Holocausto e a guerra nuclear, além das contradições do regime capitalista e socialista.

Para a compreensão desse novo momento, gestado pela modernidade, alguns termos são cunhados como, por exemplo, pós-modernidade. Conforme explica Harvey (2007, p. 49), a sociedade pós-moderna adota a irracionalidade e abandona a racionalidade que marcou a modernidade. É um tempo de contradição, de “aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”.

Bauman (1999) cunha os conceitos de modernidade-sólida e modernidade-líquida para entender a sociedade, pois não considera a utilização do termo pós-modernidade adequado, ainda que o utilize com frequência para apresentar suas ideias. Para ele, a modernidade era sólida (peso, fixidez, solidez) e torna-se líquida (fluidez, leveza), mas não pós-moderna. Ele explica que a revolução moderna terminou em parricídio e que a modernidade estava, desde o princípio, gestando seu filho: *Aufhebung*.

Na “modernidade-líquida” ou “sociedade líquido-moderna”, a condição sociocultural do homem é considerada frágil, marcada pela liquidez, indurabilidade de sentimentos e relações e pela a incerteza da vida. É um período onde tudo muda e se transforma em um tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação das formas de agir em hábitos e rotinas. A vida na sociedade líquida, “não passa de uma sucessão de presentes, uma coleção de instantes experimentados com intensidade variados” (BAUMAN, 2007, p. 46).

Na sociedade pós-moderna, ou líquida, como denominada por Bauman (1999), a expansão do capitalismo é ainda maior, a sociedade passa a ser global e a economia, consequentemente,

também se torna globalizada. Os Estados perdem, aos poucos, espaço nas ações econômicas, e as forças de mercado passam a comandar a economia e as ações em torno dela.

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” — e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMAN, 1999, p. 05).

Logo, modernidade líquida apresenta um comportamento ligado diretamente com o capitalismo e com os órgãos internacionais, tendo uma influência de mercado em diversos países, que se apresentam cada vez mais abertos. Desse modo, a sociedade ocidental vivencia a era pós-industrial com o capitalismo multinacional e uma sociedade da mídia. Há também o abandono do estado de bem-estar social, que foi adotado na Europa após a guerra, com o objetivo de reabilitar os inaptos e impulsionar os aptos, ou seja, a comunidade se responsabilizava em oferecer condições mínimas para que os desempregados pudessem ter meios de se reempregarem (BAUMAN, 1999).

Outro ponto da modernidade líquida é o consumo. Esse se torna uma necessidade urgente do mundo líquido, com as pessoas sendo não apenas consumidoras, mas também mercadorias. Com o avanço da informação, principalmente, com a *internet*, as próprias relações se dinamizaram, tornando-se fluidas, instantâneas e superficiais. Na sociedade líquida, as relações são permeadas por conexões. Além disso, as pessoas precisam compartilhar, nas redes sociais, informações sobre suas vidas, com vida social transformando-se em vida eletrônica ou cibervida, conforme aponta Bauman (2008).

Segundo Bauman (2007), não dá para apontar se as pessoas da sociedade líquido-moderna são mais felizes que as da sólido-moderna. No entanto, segundo ele, a sociedade do consumo pode ter sido a única a prometer a felicidade no agora sucessivamente. Diferente de outros períodos, que prometiam a felicidade celeste por meio da salvação divina, na sociedade de consumidores, a felicidade é na vida terrena, é aqui e agora. A sociedade contemporânea convive com a ideia da possibilidade de um *Big Bang*, logo, as oportunidades não devem ser perdidas. Sendo assim, tudo tem que ser mostrado e experimentado em grau máximo de amplitude.

A oportunidade que cada ponto pode conter vai segui-lo até o túmulo; para aquela oportunidade única não haverá “segunda chance”. Cada ponto pode ter sido vivido como um começo total e verdadeiramente novo, mas se não houve um rápido e determinado estímulo à ação instantânea, a cortina pode ter caído logo após o começo do ato, com pouca coisa acontecendo no intervalo. A demora é o *serial killer* das oportunidades (BAUMAN, 2007, p. 50).

A *internet* transformou as relações, tornando-as fluidas, instantâneas, dinâmicas. As redes sociais permitiram que as pessoas se conectassem e desenvolvessem relações com pessoas do mundo todo, compartilhando informações sobre suas vidas. A rede social deixa de ser apenas uma opção de entretenimento e relacionamento e transforma a vida das pessoas em uma

“cibervida”, uma vida eletrônica com o usuário permanentemente *on-line*, compartilhando por vontade própria toda a sua vida pessoal e detalhes íntimos de si mesmo. (BAUMAN, 2008)

O acesso à informação, possibilitado pela *internet*, tornou-se uma particularidade da sociedade pós-modernidade e a novidade é o objeto ardorosamente desejado. Esse período de inúmeros discursos e metanarrativas, mediado pelas tecnologias, é uma característica social que, também, afeta o jornalismo (QUADRADO, 2006). Com isso, a comunicação sofre transformações na sociedade líquida, com o próprio conceito de esquerda e direita perdendo seu valor e/ou se modificando, a depender da situação de dissimulação comunicativa.

## JORNALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Desde o seu surgimento, o jornalismo moderno passou por diversas transformações. Durante a modernidade, ele assume o papel de mediador dos eventos sociais para os ideais Iluministas e passa a desenvolver um importante papel durante a Revolução Francesa. Nesse período, torna-se uma ferramenta de informação fundamental para a opinião pública.

Já durante o século XIX, a imprensa participa das transformações industriais e começa a introduzir-se no molde mais contemporâneo. É neste período que a publicidade torna-se presente dentro do espaço jornalístico. A imprensa passa a fazer parte da lógica preponderante da empresa capitalista, com o objetivo do lucro. Com isso, o jornalismo sofre uma ruptura e a notícia, além de ser uma informação, torna-se um produto (SOUZA, 2008; RUBLESCK, 2009).

A partir do século XX, grandes transformações sociais acontecem com os avanços em termos científicos e tecnológicos, afetando também as condições de vida. Esse foi ainda um século de ascensão e queda de regimes totalitários em diversas partes do globo. Além disso, o mundo torna-se multipolar, globalizado e mediatizado. Durante esse período, o jornalismo se desenvolve; surgem novos formatos de mídia, como o rádio, a televisão e a própria revista se modifica e consolida-se também nesse século (SOUZA, 2008; RUBLESCK, 2009).

Com o grande avanço da tecnologia surge a *internet - World Wide Web* – durante a década de 70, que resulta na união de computadores e das telecomunicações, possibilitando diversas transformações para a comunicação. É um período também de grande poder da imprensa, principalmente no campo político (BRIGGS; BURKE, 2006)

A concentração de poder na mídia no século XX tornou-se uma fonte cada vez maior de preocupação pública entre 1961 e 1981. Ela embaçou não apenas a maioria das possíveis linhas divisórias entre informação e entretenimento (com um pouco de educação no meio), mas também a linha que separa os partidos políticos entre esquerda e direita e, por fim, as diferenças entre as mídias (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 211).

Segundo Bauman (1999), a rede mundial de informática possibilita uma quebra das barreiras locais. Sem interferências, o processo de comunicação muda, se tornando imediato, além de não ter interferência e restrições de outra pessoa. Logo, a *internet* passa a ser o principal recurso para o processo de comunicação, refletindo no cotidiano das pessoas, as quais passam a sair do papel de expectador para tornarem-se participantes do processo de comunicação, criando, sugerindo, opinando e compartilhando as informações.

A pesquisadora Rublescki (2012) utiliza o termo *jornalismo líquido*, criado por Mark Deuze (2006), para explicar o declínio do jornalismo como instituição mediadora, como também para referir-se aos fluxos noticiosos que surgem em *sites* e se inserem no circuito noticioso.

Outro termo criado para entender as transformações do jornalismo é o chamado Jornalismo pós-industrial, cunhado, em 2001, pelo norte-americano DocSearls. Essa palavra foi encontrada em um documento criado pelos pesquisadores W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky, editado pelo *Tow Center para Jornalismo Digital*, da Universidade Columbia dos Estados Unidos. Os conteúdos informativos chegam a grandes volumes; além disso, há o imediatismo como principal definição da notícia na era da digitalização. No entanto, há ainda uma tentativa de entender como essas mudanças interagem e/ou modificam a ação da notícia.

O principal efeito da mídia digital é que não há nenhum efeito principal. As mudanças trazidas pela internet e pelo celular, e por aplicativos erguidos sobre cada plataforma dessas, são diversas e disseminadas o bastante para frustrar qualquer tentativa de pensar a atual transição como uma força ou um fator único. Para entender a situação como uma mudança no ecossistema, é útil ter uma noção de onde as mudanças estão aparecendo, e de como interagem (ANDERSON *et al*, 2013, p. 70).

Com o avanço da internet, a absorção de consumidores é ainda maior. Tornamo-nos também mercadorias, seguindo a tendência do consumo. O mundo virtual é o que compõe a realidade atual.

No século XX, a sociedade experimentou a narratividade da liberdade. No entanto, a narrativa que define a contemporaneidade é a narratividade da tecnologia, que surge ainda mais forte do que a primeira (NEGRI, 2012).

## SUBJETIVIDADE, JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO

A criação de notícias falsas ou/e verdades alternativas não é incomum na história do jornalismo, acompanhando-o, principalmente no campo político, desde sua solidificação, ocorrida no século XVII.

Como referência, citam-se os “pasquins”. Esses eram utilizados como meio para difundir notícias desagradáveis sobre figuras públicas, as quais, em sua maioria, eram falsas. Há ainda os formatos que satirizam a própria imprensa, em que a construção da mentira é o principal recurso criado com o objetivo de ironizar situações cotidianas. Um exemplo disso, no Brasil, é o *site* Sensacionalista, dentre outros, que utilizam o humor, a ironia e a ficção para a criação do denominado falso noticiário.

No entanto, com as redes sociais, a disseminação da desinformação ganha outra força e outro alcance. A partir da revolução na comunicação, a qual acelera a desinformação, e com a circulação de mentiras maliciosas e a ineficácia da verificação de fatos, consagra-se o termo *post-truth*, “pós-verdade”, como palavra internacional do ano de 2016, fruto da filosofia da contemporaneidade. O termo foi destacado pelo Dicionário Oxford, editado pela Universidade Britânica, que anualmente assinala a palavra de mais destaque na língua inglesa. O dicionário define a palavra *post-truth* como um adjetivo “relativo à ou que denota circunstâncias nas quais

fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (OXFORD DICTIONARIES, 2016).

Segundo artigo da Oxford, o registro de utilização do termo pela primeira vez é de 1992, pelo dramaturgo Steve Tesich, na revista *The Nation*. O texto cita também o escritor norte-americano Ralph Keyes, que em 2004, utilizou o termo no título do seu livro *The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life* (OXFORD DICTIONARIES, 2016). O termo também foi utilizado pela *The Economist*, que, em reportagem, criticou a pós-verdade na política. Essa, segundo a revista, é o principal espaço sobre o qual ocorrem inverdades, sendo empregador de boatos compartilhados na rede. No entanto, conforme ressaltado na reportagem, a era da pós-verdade é mais grave e mostra um novo entendimento social a respeito da verdade: “a verdade não é contestada ou falsificada, mas de importância secundária”. Logo, os sentimentos sobre determinado tema, e não os fatos, são tomados como importantes. O artigo ainda ressalta que os pais da política da pós-verdade são muitos e alguns, afirma a revista, são nobres (THE ECONOMIST, 2016).

Mas o que faz com que as pessoas tenham essa tendência a aceitar desinformações? A resposta pode ser a subjetividade, que de acordo com González Rey (2013, p. 324) “é um processo próprio do funcionamento do mundo cultural e social, gerado pelas suas tradições culturais”. Para a melhor compreensão, Souza e Patino Torres (2019) explanam sobre essa característica.

[...] as experiências não se sobrepõem ou anulam-se umas às outras no curso de novos fatos vividos. Elas são subjetivamente transformadas por novas produções de sentidos subjetivos as quais rompem com a ideia de que os fatos concretos, na origem das experiências, formatam seus desenvolvimentos. O processo de subjetivação subjacente às nossas vivências caminha por vias imprevisíveis à conscientização. Mesmo que exista consciência de determinado ato ou momento vivido, esta já é uma produção de sentidos subjetivos posto que, emergente de múltiplas vias de sentidos subjetivos e não diretamente oriunda daquele momento ou ato concreto (SOUZA, PATINO TORRES, 2019, p. 42)

A discussão sobre a subjetividade foi desconsiderada pelas escolas de pensamento pós-estruturalista e neopragmática. A psicologia cultural-histórica, que apresenta novos estudos para a compreensão da psicologia humana e, portanto, da subjetividade, aparece associada à obra do soviético Vygotsky, entre o ano de 1928 e 1931, sobre a qual muito se baseia o autor González Rey. A psicologia marxista apresentada por Vygotsky foi pensada de modo semelhante às ciências naturais. O autor desenvolveu importantes conceitos integrando afeto e cognição e apresentando noções de sentido e vivência (GONZÁLEZ REY, 2013).

É o próprio González Rey que avança na construção dos estudos sobre subjetividade, com as contribuições apresentadas pelos estudos da psicologia soviética. González apresentou a subjetividade a partir de uma perspectiva cultural-histórica, oferecendo uma nova definição antológica para os estudos dos processos humanos (GOULART; GONZÁLEZ REY, 2016).

Desde mi punto de vista, que ha orientado todo mi trabajo sobre el tema de la subjetividad desde esta perspectiva, la cuestión reside en comprender que los procesos psíquicos humanos constituyen una producción simbólico-emocional sobre la experiencia vivida, y que esa producción no es exclusiva de las

personas, sino de todos los procesos institucionales y de las relaciones implicadas en la actividad humana<sup>10</sup> (GONZÁLEZ REY, 2013, p. 34)

González Rey (2017) desenvolveu uma epistemologia qualitativa para o estudo da subjetividade. Essa possibilita resultados diferentes da comumente pesquisa quantitativa, geralmente, mais usual nas ciências naturais, encontrando outras respostas para o que já estava arraigado pela psicologia e mesmo pelos investigadores. Com isso, o pesquisador integra as novas unidades qualitativas, emergidas com a integração do simbólico com o emocional, especificando as experiências humanas (GONZÁLEZ REY, MARTÍNEZ, 2017).

Conforme González Rey (2013), a subjetividade acontece nas práticas culturais, sobre as quais se organiza a vida social, e não pode ser reduzida às representações e crenças do homem que tem dificuldade de encarar a diversidade das culturas como um fenômeno natural, resultante das relações diretas e indiretas entre as sociedades. Por esse motivo, aceitar a desinformação pode estar condicionada à prática social advinda da cultura, que preconiza sentidos subjetivos em cada pessoa, individualmente.

Para González Rey (2016), ainda, há dificuldades para entender o conceito de subjetividade. Assim o autor cria caminhos de pensamento. Esses possibilitam a superação da tradicional fragmentação atribuída aos processos humanos, explicando que a configuração objetiva da ação é inseparável da configuração subjetiva da personalidade.

Os sentidos subjetivos de uma determinada experiência não estão restritos a essa experiência. Eles estão amalgamados com os sentidos subjetivos de outras vivências as quais ganham novos contornos subjetivos no curso da experiência atual. Nessa direção, os sentidos subjetivos destacam a singularidade e complexidade de uma vivência que, teoricamente, rompe com a padronização e universalização na compreensão dominante dos fenômenos psicológicos (SOUZA; TORRES, p. 42, 2019)

Na visão de Hannah Arendt (2002), exposta no ensaio Verdade e Política, as mentiras sempre foram adotadas no campo político e consideradas instrumentos do processo de atuação na aérea. Para a autora, há duas formas de verdade: racional e factual. A racional está mais associada ao conhecimento científico, a dados e fatos; já a verdade factual é mais frágil e relaciona-se com a interpretação dada aos fatos pelas pessoas. Ela explica ainda que o antagonismo presente entre a opinião e a verdade segue um longo percurso, sendo debatida por Platão em sua obra Górgias.

É esta fragilidade que torna o embuste tão fácil até certo ponto, e tão tentador. Ele não entra em conflito com a razão, pois as coisas poderiam perfeitamente ser como o mentiroso diz que são. Mentiras são frequentemente muito mais plausíveis, mais clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir. Ele prepara sua história com muito cuidado para consumo público, de modo a torná-la crível, já que a realidade tem o desconcertante hábito de nos

10 Do meu ponto de vista, que orientou todo o meu trabalho sobre o assunto da subjetividade a partir dessa perspectiva, a questão reside em entender que os processos psíquicos humanos constituem uma produção simbólico-emocional da experiência vivida e que essa produção não é exclusiva de pessoas, mas de todos os processos e relacionamentos institucionais envolvidos na atividade humana (tradução nossa).

defrontar com o inesperado para o qual não estamos preparados (ARENDDT, 2004, p. 16)

Segundo Alcântara (2019), a desinformação não deixa de ser uma informação e está cada vez mais incorporada à sociedade, ou seja, toda vez que alguém compartilha, comenta e curte a notícia falsa, mais força ela ganha e mais se legitima perante as pessoas. Tais ações são uma condição cultural da modernidade, criada na sociedade como forma de vida social das pessoas. Assim, González Ray (2013, p. 33) cria em seus estudos a “base para definição do homem”. Para tanto, ele vai além do “racionalismo individualista”, que era o pensamento moderno vigente, e passa a identificar a cultura como um “sistema simbólico de práticas humanas que caracterizam as diferentes formas de organização e institucionalização das atividades sociais”.

A cultura e a história andam juntas com a subjetividade, pois aquelas contribuem para essa. A subjetividade acontece por meio da “configuração”, que é o fator gerador que cria os “sentidos subjetivos” no indivíduo. Ou seja, a experiência social da pessoa, assim como a estrutura social (cultura, história, economia, informação, notícia, jornalismo) influencia o homem. Dessa forma, o homem acredita em desinformação porque o histórico cultural dele, da sociedade moderna, da era da desinformação propõe isso na sua experiência (GOULART; GONZÁLEZ REY, 2016; SOUZA; PATINO TORRES, 2019).

O pesquisador Silva (2017), em artigo para a Revista de Jornalismo ESPM, assevera que o papel do jornalismo é justamente ajudar a sociedade a separar o que é fato do que é desinformação. Buscando atender essa demanda, foram criados alguns mecanismos de checagem pelos principais *sites* e espaços virtuais, contribuindo para uma crescente aferição das notícias que circulam na *internet*. Sites de busca, como o *Google* e redes sociais, a exemplo do *Facebook*, criaram uma estrutura para garantir a confiabilidade dos conteúdos compartilhados por eles, além de fazerem parceria com entidades que atuam como checadores de informações. No Brasil, a Agência Pública, Lupa e Aos Fatos fazem essa checagem. A Lupa foi a primeira agência de notícias no país que atua nesse tipo de checagem.

As noções tradicionais do que é ser informação estão sendo desconstruídas e mesmo a relação com o que é verdade também passa por transformações. Nesse sentido, expõe-se a transição da sociedade e de suas criações da modernidade sólida para a modernidade líquida. Bauman (1999) explica que a sociedade e suas instituições, as relações e, mesmo a informação, tornaram-se liquefeitas e perderam a solidez, relacionando-se, rapidamente, com a verdade e apresentando uma espécie de esquizofrenia social, semelhante à explicação de González Rey (2013) para a cultural social, correlacionando com a desinformação, destaca-se a polaridade entre os fatos, na qual as oposições não são aceitas facilmente. Sendo assim, o fato deixa de ser visto como fato e passa a ser considerado paradoxal, e mesmo provisório, com relação ao que se “acredita como verdade”. Como escreve T. Eagleton (2000, pág. 14), “a palavra “cultura” já implica em uma tensão entre realizar e ser realizado, entre racionalidade e espontaneidade que censura o intelecto [...], tanto como desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo”.

Para González Rey, (2013, pág. 39), “o homem não perde o relacionamento com a realidade natural, porque, embora essa relação seja mediada por produções culturais que deles se escondem, ela sempre reivindica seu lugar a partir de reações imprevisíveis que não domina”. Bauman (2007) assinala que um ambiente líquido-moderno é inóspito para qualquer investimento, planejamento ou armazenagem para o futuro, em longo prazo. Na sociedade líquida,

apressada e agorista, até mesmo o tempo ganha ressignificação, e o marco é a instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades; onde a estabilidade já não se ajusta à sociedade liquefeita.

Assim, conforme explica González Rey (2012), na imposição da vida atual, o indivíduo está inserido nela e dela e de suas experiências nela ele cria os sentidos subjetivos, ou seja, os sentidos subjetivos podem ser explicados pela associação “às produções da pessoa no curso de uma experiência vivida. As experiências vividas não podem se definir nos tecidos verbais intencionais e de ação explícita que caracterizam as experiências humanas” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 180). Ou seja, a fragilidade da verdade e a força da desinformação fazem parte da sociedade líquida e é espelhado para a comunicação. A sociedade líquida é a negação da racionalidade e adoção do irracionalismo, “a aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico” (HARVEY, 2007, p. 49).

Segundo Quadrado (2006), na sociedade líquida ou pós-moderna, o próprio conceito de esquerda e direita pode perder seu valor no campo da política, passando por modificações de acordo com a situação de dissimulação política. Assim, a desinformação torna-se signo dessa sociedade que adota inúmeros discursos e metanarrativas mediada pelas tecnologias. E, conforme discorre Bauman (1999), as incertezas da sociedade líquido são concentradas na identidade individual. Ele torna-se um selecionador que busca especialistas da identidade e não mais a religião para direcionar o caminho:

Os homens e mulheres pós-modernos realmente precisam do alquimista que possa transformar a incerteza da base em preciosa autosssegurança, e a autoridade da aprovação (em nome do conhecimento superior ou do acesso à sabedoria fechado aos outros) é a pedra filosofal que os alquimistas se gabam de possuir. A pós – modernidade é a era do especialista em “identificar problemas”, dos restaurantes das personalidades, dos guias de casamento, dos autores dos livros de “autoafirmação”: é a era do “surto de aconselhamento”. Os homens e mulheres pós-modernos, quer por preferência, quer por necessidade, são *selecionadores*. E a arte de selecionar é principalmente em torno de evitar um perigo o de *perder uma oportunidade* – por não vê-la bastante claramente, ou por não persegui-la bastante incisivamente, ou por ser agente de demasiada inexperiência para captura-la. Para evitar o perigo, os homens e mulheres pós-modernos precisam de aconselhamento. A incerteza de estilo pós-moderno não gera a procura da religião: ela concebe, em vez disso, a procura sempre crescente de especialistas da identidade. Homens e mulheres assombrados pela incerteza de estilo pós-modernos não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam da reafirmação de que *podem fazê-lo* – de um resumo a respeito de *como fazê-lo* (BAUMAN, 1999, p.221).

Esse ponto elucidada o conceito apresentado de pós-verdade. A informação torna-se frágil, marcada por uma infinidade de possibilidades de interpretação e ressignificações. A notícia é marcada pela liquidez, indurabilidade e dependente das relações e sentimentos do leitor com ela, sendo marcada pela incerteza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio destas reflexões teóricas foi possível perceber que a subjetividade é muito influenciada pela construção cultural da vida social, a qual preconiza a perspectiva cultural-histórica da sociedade moderna líquida, levando cada pessoa a uma subjetividade única e particular, que condiciona a crença pessoal e muitas vezes a aceitação da desinformação.

Percebe-se ainda que, ao longo da existência do campo jornalístico, a desinformação esteve presente de diferentes formas. Na contemporaneidade, ela se consolida por meio da *internet* e das redes sociais, alcançando grande poder de disseminação, apresentando-se como um desafio para os profissionais da área.

A pós-verdade, a subjetividade e a desinformação possibilitam estudos diversos, não apenas para entender o conceito, mas também para compreender suas implicações sociais, inclusive para o campo profissional, uma vez que, enquanto campo de estudo, a influência das emoções, sobre a percepção e recepção dos fatos, será cada vez mais mutável e metamórfica, em especial devido às transformações diárias que a tecnologia e a inovação trazem e impõem à sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Juliana. Acredite em mim, eu sou jornalista: Uma abordagem luhmanniana sobre desinformação. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 28, p. 189-199, 2019. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/488>. Acesso em: 20 out. 2019.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 5. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Verdade e política.** Entre o passado e o futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa de Oliveira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BAUMAN, Zigmund. **Amor líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zigmund. **Modernidade e o Holocausto.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zigmund. **Mal-estar na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- DEUZE, Mark. **Liquid journalism.** International Communication Association & American Political Science Association. Chicago: University of Illinois-Chicago, v. 16, n. 1, 2006.
- DICTIONARIES, Oxford. **Post-truth.** Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 20 out. 2019.
- ECONOMIST, The. **Post-truth politics Art of the lie.** Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21706525-politicians-have-always-lied-does-it-matter-if-they-leave-truth-behind-entirely-art>. Acesso em: 12 out. 2019.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo, Brazil: Editora UNESP, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **La subjetividad en una perspectiva cultural histórica: avanzando sobre un legado inconcluso**. CS n. 11, 19–42, enero–junio 2013. Cali, Colombia.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo – sociedade numa perspectiva cultural–histórica. **ECOS**, [S.l.], v. 2, n. 2. p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico. **Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano**, [S.l.], v 13, n 2, p. 3-20, jun. 2017. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/teoria\\_da\\_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/teoria_da_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

GOULART, Daniel Magalhães; GONZALEZ-REY, Fernando. Cultura, educación y salud: una propuesta de articulación teórica desde la perspectiva de la subjetividad. **Revista Epistemología, Psicología y Ciencias Sociales**, Arequipa, 1 (1), p. 17-32, 2016. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Saude\\_e\\_Subjetividad/Artigo\\_Daniel\\_FGR\\_2016.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Saude_e_Subjetividad/Artigo_Daniel_FGR_2016.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KUMAR, Krishan, **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

QUADRADO, Adriano Davanço. Pós Modernidade: que tempos são estes?. **Caligrama** (São Paulo. Online), 2(3), 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64693/67314>. Acesso em: 08 ago. 2014.

REVISTA DE JORNALISMO ESPM 5. **O Jornalismo pós-industrial: Adaptação aos novos tempos**. 2ª Edição 2013, p. 30-89.

REVISTA DE JORNALISMO ESPM 5. **Da febre da pós-verdade ao risco da pós-imprensa**. 1ª Edição 2013, p. 12-76.

RUBLESCCK, Anelise. **Jornalismo líquido: tendências de ampliação do campo**. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/375/36>. Acesso em: 05 de jul. de 2019.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobre trabalho**. 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/4723/2996>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SOUZA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUZA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia** – perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade. Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/souza-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 20 nov. 2019.

# A SUBJETIVIDADE DIGITAL NA ERA DA PÓS-VERDADE: O CASO CAMBRIDGE ANALYTICA E O FACEBOOK

*Felipe Silva Leite*

## INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos vemos que as relações humanas, o comportamento social e a convivência dos grupos de indivíduos se alteram, conforme mudanças sofridas na esfera social. Como afirma Levy (2003), uma nova tecnologia pode impactar uma sociedade, partindo do pressuposto de que são produtos de uma sociedade e de uma cultura.

Percebe-se que o desenvolvimento tecnológico sempre resultou em impacto na vida social humana, como foi o caso das primeiras ferramentas, das primitivas formas de registro de escrita e comunicação. Todavia, principalmente nas últimas décadas, a ligação das pessoas com os aparatos tecnológicos digitais tem se fortalecido. O impacto das tecnologias tem sido maior, principalmente após o surgimento e a popularização do computador pessoal (PC), da *internet*, dos *smartphones* e redes móveis de conexão sem fio.

Com as redes sociais não foi diferente. Segundo Lemos (2002), uma nova fase da sociedade da informação aconteceu após o desenvolvimento tecnológico da computação persuasiva e ubíqua e da popularização da *internet*, dos telefones celulares e das redes sem fio. Ao mesmo tempo, surgiram novas empresas que, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico, se tornaram detentoras de monopólios na *internet*, dentre as quais estão a Google, Microsoft, Apple, Twitter e o Facebook. Esta última se tornou um gigante que conta com 2.5 bilhões de usuários ativos. Seu tráfego gera muita informação, pois a plataforma possibilita aos usuários conectarem entre si através da troca de informações, mensagens, compartilhamento de fotos, prestação de serviços, participação em grupos de vendas, grupos de discussão, de relacionamento, entre outras atividades *on-line*.

Diante disso, esta pesquisa se propõe a observar um cenário em que o emprego da psicologia tem se tornado peça fundamental nas novas estratégias de cunho político, militar e econômico na *internet*. O levantamento bibliográfico traz apontamentos sobre subjetividade, buscando analisar os desdobramentos que surgem como fruto de uma intensa digitalização da vida cotidiana, capaz de construir uma subjetividade digital, que transformaria os indivíduos em objetos de consumo, utilizando da emoção e do simbólico como unidade geradora de sentidos e configurações subjetivas.

Numa primeira etapa, o estudo versa sobre democracia na Era da Informação e sobre o uso da tecnologia que vem alterando questões rotineiras e relevantes e oportunizando o acesso à informação aos indivíduos. Em um segundo momento, analisa, sob a ótica dos conceitos da psicologia, mais precisamente da subjetividade, o uso de *fake news* e de informações desencontradas para influenciar o comportamento e a opinião pública nas redes sociais, com destaque para o Facebook. O foco está nas ações direcionadas e planejadas a partir da captura de dados de seus usuários e do uso dessas informações.

Dessa forma, o estudo propõe um estudo de caso que investiga o caso Cambridge Analytica e a violação dos direitos fundamentais, com estratégias que envolvem *fake news*, anúncios direcionados e controle comportamental. Entre os critérios utilizados para a escolha desta temática estão a relevância, a acessibilidade de literatura e a atualidade do assunto.

## A ERA DA INFORMAÇÃO

Vivemos a transição para o contexto digital. Uma situação em que se produz uma quantidade enorme de dados: tudo que antes era guardado em arquivos físicos, passa a ser digital (WEINBERGER, 2012).

Levy (2003) nos apresenta o digital como aquilo que foi traduzido em dígitos (números), seja uma informação na forma de texto, imagem ou som. Esses números são expressos em linguagem binária, sob a forma de 0 e 1.

Hoje em dia, a internet tornou-se algo essencial para a busca de informações e relações sociais cotidianas, porém os estudos têm apontado para um excesso informativo, diante do desenvolvimento tecnológico. De acordo com Albagli (1999), o atual momento é caracterizado como uma era em que se busca constantemente a produção, e o uso de informações e conhecimento definem os roteiros políticos e sociais-econômicos, a “Era da Informação”:

Entende-se por Era da Informação e do Conhecimento a configuração de um padrão sócio-técnico-econômico, hoje emergente, em que as atividades humanas estão centralmente baseadas e organizadas em torno das atividades de geração, recuperação e uso de informações e conhecimentos. Embora a emergência de um tal padrão esteja mais diretamente associada a um conjunto de transformações na base técnico-científica, efetuadas a partir das três últimas décadas do século XX (ALBAGLI, 1999, p. 291).

Conforme Weinberger (2012), o atual cenário causa preocupação trazendo à tona a discussão sobre uma espécie de “sobrecarga de conhecimento”. À medida que a produção de informação cresce, numa velocidade exponencial, fica muito mais difícil lidar com isto. As informações podem estar disponíveis de maneira totalmente dispersas e desencontradas, gerando uma dificuldade em se analisar e se distinguir o que seria uma boa ou má informação.

O enorme volume de dados reforça a necessidade de separação do que é útil em meio ao bolo de informação disponível em *sites*, páginas pessoais em redes e mídias sociais. Os meios de comunicação, as empresas, os governos tiram proveito dos dados disponíveis na rede e, a cada colaboração dos usuários, os dados tornam-se mais localizáveis e compreensíveis (WEINBERGER, 2012).

Conforme Lévy (1999, p.07), “o surgimento do ciberespaço acompanha, traduz e promove a geral evolução da civilização. A tecnologia é produzida em uma cultura e a sociedade é condicionada pelas tecnologias”. No atual cenário, após a popularização da *internet*, das redes móveis sem fio, há uma evolução e popularização dos dispositivos móveis. É necessário dar especial atenção a este fato, pois há uma relação em que a disseminação do uso de dispositivos móveis resulta numa interação com a informação ainda mais constante no dia a dia das pessoas (SATUF, 2015).

A *internet*, através de *sites* e blogs para publicações *on-line*, redes sociais e mecanismos de buscas, contribui para a redução nos custos de produção, distribuição e descoberta de artigos de notícias. Quanto mais a *internet* se torna acessível, fica mais fácil ao usuário informar-se sobre os acontecimentos e manifestar opiniões em relação a questões colocadas na pauta de opinião pública.

Os indivíduos buscam informações de acordo com seus interesses, e as redes sociais oportunizou espaço de interação e comunhão desses interesses. Para Recuero (2009), é num ambiente de rede social que se observam os padrões de conexão de um grupo social. As conexões estabelecidas entre os atores são a maior característica a ser observada em uma rede social, visto que “não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões” (RECUERO, 2009, p.24).

O surgimento de novas tecnologias de comunicação está ligado à evolução econômica e ao capital financeiro. Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico permitiu que cada indivíduo se expressasse e distribuisse informações acerca de qualquer assunto, sem nenhum tipo de barreira. Dessa forma, a tecnologia passa a ter um grande peso em decisões estratégicas na gestão econômica e na política.

Cabe aqui ressaltar o pensamento de Wu (2012) sobre uma Indústria Cultural e da Informação, uma indústria que determina de antemão o que será dito e quem será ouvido. O autor considera que desde as primeiras invenções, como a prensa de Gutenberg até a mais recente *internet* das coisas, cada descoberta revolucionária serviu como um passo para a construção de espaços de hegemonia, impactando a vida social, mas não a natureza do ser humano:

Em sua época, cada uma dessas invenções – que deveriam ser o ápice de todas as demais - passou por uma fase de novidade revolucionária e utopismo juvenil: todas iriam mudar nossas vidas, sem dúvidas, mas não a natureza de nossa existência. Seja qual for a transformação social que qualquer uma delas possa ter causado, no fim, todas ocuparam seu devido lugar na manutenção da estrutura social em que vivemos, desde a Revolução Industrial (WU, 2012, p. 207).

No atual contexto mundial, a informação é um bem de valor tangível. Com isso, as estratégias mercadológicas e políticas passam a ser bastante agressivas. As gigantes da *internet*, como Facebook e Google, dominam boa parte dos dados de bilhões de cidadãos ao redor do mundo, oferecendo serviços gratuitos que, através de uma permuta, recolhem dados importantes de comportamento *on-line* dos usuários (SIMÕES GOMES, 2018).

Segundo Martins e Takeoki (2019), a produção de *fake news* tem por objetivo persuadir ou polarizar questões sociais relevantes para beneficiar alguém politicamente, ou economicamente. Essa produção é caracterizada pela maximização e massificação do envio de mensagens que geram inúmeros acessos a outros *sites*, cuja autoria das informações nem sempre é posta às claras. Pela popularidade e facilidade de acesso, as plataformas de redes sociais são as preferidas para a disseminação de *links* deste tipo de notícias e informações, ou seja, que não foram verificadas e têm origem desconhecida, mas circulam como verdadeiras.

## A SUBJETIVIDADE E A PÓS-VERDADE

As discussões acerca da disseminação de *fake news* mostram que esse foi um tipo de estratégia utilizada em dois acontecimentos recentes, os quais tiveram ampla repercussão mundial: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o veredito do Brexit que selou a saída da Inglaterra do bloco da União Europeia.

Ambos os casos envolvem a empresa de consultoria Cambridge Analytica, que fez uso de dados de usuários do Facebook para direcionar notícias e anúncios sobre as campanhas para as quais prestava consultoria. Aqui já caberia uma discussão sobre ética, privacidade e segurança de dados, porém iremos nos pautar à questão comportamental, das motivações, das crenças e valores dos indivíduos, da subjetividade como um todo.

Esses conceitos sobre subjetividade são de extrema importância e relevância para entender o fenômeno de aceitação de fatos duvidosos e inverdades. Sabe-se que existe a distorção dos fatos, mas o que realmente surpreende é a indiferença em relação a essa distorção. Perguntamos-nos então o porquê desta aceitação. Segundo Javela e Vásquez (2012), quando um indivíduo é exposto a um anúncio, repetidas vezes, acontece uma associação àquela mensagem/anúncio:

A exposição contínua ou repetida a anúncios de publicidade contribui para os elementos mencionados (**características objetivas e subjetivas**), criando a pegada mental. Em termos psicológicos, é um processo de “aprendizado associativo”, através do qual o cérebro permite relacionar os eventos que a pessoa percebe do mundo, graças à sua proximidade espacial ou temporal (JAVELA;-VÁSQUEZ, 2012, p. 03, grifo nosso).

Ao nos debruçarmos sobre o assunto, observamos que as discussões percorrem os campos da comunicação, psicologia, política, tecnologia. McIntyre (2018) ressalta que este é um campo de discussão constituído por uma complexa constelação de temáticas, em que podemos identificar fenômenos como: negacionismo científico, hiperpolarização política, vieses cognitivos, big data, mídias sociais, bolhas on-line e pós-modernidade.

Assim, para González Rey e Patiño Torres (2017, p. 123), “a subjetividade surge quando a emoção se torna sensível aos registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não simplesmente uma adaptação a ele”. Com isso, os autores destacam a emoção como fator essencial para os registros que o indivíduo inventará para configurar subjetivamente aquilo que lhe fará ou não sentido.

Ainda sobre subjetividade, González Rey (2012) reforça que a subjetividade é um sistema que está em constante transformação:

É uma produção do sujeito que tem como matéria-prima sua vida social e a cultura, porém, não existe nenhum tipo de relação direta entre o caráter objetivo de uma experiência vivida e a forma em que ela influencia o desenvolvimento psíquico da pessoa. Esse desenvolvimento está sempre metamorfoseado por uma produção de sentidos subjetivos que se definem na configuração subjetiva da experiência vivida (GONZÁLEZ REY, 2012, p.34).

Segundo Priolli (2017, p. 04), “não seria um culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e terem ocorrido ou não da forma divulgada, que

tanto faz para os indivíduos”. Ou seja, verdadeiro ou não, desde que o fato se encaixe com as crenças do indivíduo, ele passa a ser aceito e válido para as pessoas.

Contextualizando, Reis (2017) frisa que as relações entre as pessoas tendem a ser menos frequentes e menos duradouras, pois “a insegurança torna-se parte estrutural da constituição do sujeito pós-moderno” (REIS, 2017, p. 01). Tudo passa a ter seu valor questionado.

Deparamo-nos com o conceito de pós-verdade, que pode ser definido como o ato de “relacionar ou denotar circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais (PÓS-VERDADE, 2019)”. Dunker *et al* (2018), ao relacionar subjetividade em tempos de pós-verdade, afirmam que a incidência da pós-verdade no laço social acontece como um sinal de um novo tempo das práticas discursivas.

Desde que a Universidade de Oxford, na Inglaterra, responsável pela publicação do dicionário Oxford, elegeu, em 2016, o vocábulo *post-truth* (pós-verdade) como a palavra do ano, essa tem sido comumente usada por quem avalia que a verdade está perdendo importância, principalmente quando relacionada ao campo político. Temos, portanto, uma época em que boatos amplamente divulgados valem mais do que as fontes noticiosas confiáveis que os negam.

Para os autores, a pós-verdade só pode ser compreendida se compreendermos os avanços e reformulações pós-modernas sobre pensamentos e costumes. Eles afirmam que a informação passa a ser uma mercadoria no contexto do mundo capitalista, dando muito lucro àqueles que conseguem controlá-la (DUNKER *et al*, 2018). Aqui podemos casar os conceitos da pós-verdade com o que a psicologia tem a dizer, pois é dentro do espaço psicológico que esse fenômeno torna-se frequente e vai buscar recursos para acontecer (GUARESCHI, 2018).

A pós-verdade só se torna eficaz devido à capacidade de alcançar grupos que se guiam por concepções afetivas. Uma vez em contato com esta informação, tais grupos afirmam suas identidades, independente da veracidade daquilo que é exposto a eles. É o que afirmam Dunker *et al* (2018), os quais conduzem uma observação sobre o imediatismo que acomete o indivíduo, atualmente, diante de tanta informação:

O sentimento social que alterna o desamparo e a solidão com o medo pela guerra de todos contra todos cria um tipo de laço que não é mais baseado no risco da palavra, mas na garantia de proteção por identificação. [...] É o que Lacan chamava de imaginário, esta inclinação a fechar o sentido cedo demais, a compreender o outro rápido demais, e a nos alienarmos em sua imagem e assim nos fecharmos para a sua palavra (DUNKER *et al*, 2018, p. 35).

Endossando o discurso, Keyes (2004) afirma que a mentira vem sendo cada vez mais suavizada e o ato de mentir perde o estigma negativo. Quando alguém mente, há reações como “Foi com boas intenções”, “Quem sou eu para julgar”, ou até mesmo “O que é verdade, afinal?” Forma-se uma nova ética, que passa a ser chamada “ética alternativa” (KEYES, 2004, p.19), mais maleável, com diferentes graus de honestidade. A era pós-verdade abre espaço para uma banalização da mentira.

D’ancona (2018) se aproxima desta ideia, mas chama a atenção ao fato de que a pós-verdade pode estar mais relacionada com a reação do indivíduo do que com a inclinação das empresas e políticos em fazer uso destas estratégias de distorção da realidade. Segundo o autor, a alteração

está na recepção do público e em seu comportamento, reforçando a ideia da perda da verdade como princípio básico e estrutural da sociedade e do interesse público (D'ANCONA, 2018).

Ao relacionar a pós-verdade com psicologia, alguns conceitos ajudam na aproximação do fenômeno: valores, crenças, motivações; consciência; e produção de subjetividades (GUARESCHI, 2018). D'ancona (2018) frisa que o indivíduo costuma tomar decisões importantes para sua vida pública, amparado na adesão ou não de ideias e dos discursos a que é exposto. “Com base em afiliações de valor, adotavam as opiniões da tribo, desenvolviam argumentos para apoiar essas opiniões e selecionavam fatos para reforçar essas alegações” (D'ANCONA, 2018, p. 21).

Assume-se que as motivações das ações dos indivíduos são baseadas em crenças e valores. Por muito tempo, “não se dava mais importância às crenças. Para a modernidade só existia o matemático e o racional” (GUARESCHI, 2018, p. 24). A pós-verdade assumiu a crença como verdade. Outros autores como Bauman (2003) e Reis (2017), sob o mesmo ponto de vista, reiteram que aquilo que anteriormente era considerado sólido, está sendo fragilizado e tornando-se líquido; aquilo que era posto como uma verdade dissolve-se, e passa a haver uma aceitação gradual do que era antes considerado mentira.

Hoje não é mais necessário um veículo noticioso – jornal, revista, por exemplo - para que alguém tenha acesso a todo o tipo de informação, algumas de credibilidade duvidosa. Temos então contextualizado, teoricamente, o surgimento dos conceitos de *fake news* (notícias falsas) e “Pós-verdade”.

## FACEBOOK, CAMBRIDGE ANALYTICA E O VAZAMENTO DE DADOS

Debates sobre ética e comportamento ocorrem em torno desta rede social e de seu criador desde o seu início. Mark Zuckerberg, um ano antes de lançar o Facebook, criou uma plataforma mais simples, o *Facemash*, no qual os universitários poderiam julgar a aparência física de seus colegas por meio de um sistema de batalha comparativa de fotografias. As fotos eram aleatoriamente colocadas, lado a lado, na tela do computador para que fossem votadas por pessoas que acessassem o endereço na *web*. Além do constrangimento e exposição das fotografias, o *site* utilizava o banco de dados com informações dos alunos sem a autorização da universidade.

Hoje, o Facebook faz uso de estratégias de tecnologia, como algoritmos e rotinas de inteligência artificial, para controlar as atividades dos seus usuários, mostrar ou ocultar um conteúdo mais relevante, ao mesmo tempo em que coleta os dados de seus usuários, numa espécie de vigilância digital sistemática, em larga escala (BAUMAN; LYON, 2014). Passou a ser possível a coleta e análise de dados, sendo criados bancos de dados sobre a personalidade das pessoas, para elaborar estratégias e direcionar (impulsionar) anúncios publicitários na plataforma. Contudo, posteriormente, descobriu-se que a empresa fazia uso dos dados dos usuários para lucrar de outras maneiras.

É o caso da Cambridge Analytica, uma agência de consultoria de *marketing* político que, inapropriadamente, fez uso dos dados de mais de 87 milhões de usuários do Facebook, compartilhados sem a permissão destes. Segundo Cadwalladr e Graham-Harrison (2018), a empresa foi

contratada pela equipe eleitoral de Donald Trump e pela campanha vencedora do Referendo que selou a saída da Grã-Bretanha da União Europeia – o Brexit.

O episódio só veio à tona em março de 2018, quando um ex-funcionário da empresa denunciou o esquema de captura e utilização desses dados. Esses foram moldados por um sistema algorítmico para criar um poderoso *software* de *marketing* direto, a fim de prever e influenciar escolhas nas urnas (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018).

A oportunidade gerada à Cambridge Analytica começou quando, em 2013, pesquisadores da Universidade do Centro de Psicometria de Cambridge analisaram os resultados de voluntários que fizeram um teste de personalidade no Facebook. O teste buscava avaliar os perfis psicológicos dos usuários usando os traços de personalidade *Big Five* (abertura à novas experiências, consciência, extroversão, simpatia e neuroticismo) e correlacionando-os com suas atividades no Facebook.

Os dados foram colhidos por meio de um aplicativo chamado “This Is Your Digital Life” (Esta é sua vida digital), desenvolvido por Aleksandr Kogan, professor de Psicologia da Universidade de Cambridge, que, ao ser utilizado, fazia com que os usuários concordassem em ceder dados e informações pessoais (LEWIS *et al*, 2018). Essas informações foram repassadas para a Cambridge Analytica posteriormente.

Os traços de personalidade *Big Five* são as medidas de personalidade cientificamente mais aceitas e mais comumente utilizadas e têm sido extensivamente pesquisadas para a explicação da personalidade humana. A técnica estatística utilizada para investigar esses traços, por meio de questionário, é a da análise fatorial, que é utilizada para reduzir uma quantidade grande de informações a um conjunto sintético e relevante (COSTA JUNIOR; MC CRAE, 2008).

A coleta de informações e dados, antes tão trabalhosa de ser realizada – já que dependia do preenchimento de longos questionários e de entrevistas, passa a ser instantânea e automatizada. Hoje, há uma tentativa de saber o máximo possível sobre os usuários, sendo considerada a batalha fundamental da atual era entre as gigantes da *internet* como Google, Facebook, Apple e Microsoft (PARISER, 2012).

Conforme Lewis *et al* (2018), cerca de 270 mil pessoas fizeram o teste, porém o aplicativo também conseguia visualizar o perfil dos seus amigos, totalizando mais de 50 milhões de perfis. Os resultados obtidos com a pesquisa eram combinados com dados retirados dos perfis e, assim, se criava uma longa lista de características de um usuário. Com isso, uma mensagem eleitoral personalizada ao seu perfil psicológico era enviada ao usuário.

A Cambridge Analytica fez uso não autorizado e antiético dos dados pessoais dos usuários de mídia social, incluindo o acesso a mensagens privadas e informações confidenciais (ISAAK; HANNA, 2018). Com isso, a publicidade dentro do próprio Facebook foi dirigida para cada tipo de usuário, considerando seu grupo psicológico. Foram distribuídos cerca de 35 a 45 mil tipos de anúncios diferentes, dependendo das características do destinatário (MARTINS; TAKEOKI, 2018).

Halpern (2017) reforça que a campanha de Trump à presidência americana bombardeou os usuários do Facebook com várias mensagens e anúncios sobre os mais variados temas políticos, direcionados de acordo com os perfis traçados:

Todo dia a campanha veiculava 40 a 50 mil variações de seus anúncios, testando seu impacto em diferentes formatos, com ou sem subtítulos, anúncios estáticos

ou em vídeo, entre outras pequenas diferenças. No dia do terceiro debate presidencial em outubro, o time veiculou 175 mil variações. (HALPERN, 2017, p. 03).

Foram adotadas estratégias de inversão de valores, de produção dinâmica de conteúdos informacionais de interesse público e de disparo para o maior número de indivíduos. Através da *internet*, a informação pode viajar rapidamente, percorrendo longas distâncias, e a mais delirante ideia pode conquistar milhões de entusiastas espalhados pelo mundo. Uma mentira lançada segue produzindo efeitos de verdade mesmo após seu desmentido (DUNKER *et al*, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um cenário em que há uma grande quantidade de informações, o escândalo da Cambridge Analytica trouxe à tona a discussão em torno dos mecanismos utilizados pela campanha eleitoral de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. No processo eleitoral da campanha, a equipe de Trump fez uso de conhecimentos teóricos das ciências comportamentais para identificar diversos parâmetros de personalidade existentes na imensa base de dados colhidos.

Nesse contexto, conforme Martins e Takeoki (2018), temos as *fake news*, que acabaram gerando uma desinformação generalizada no âmbito social e promoveram a perda de autonomia genuína na tomada de decisões, visto a manipulação realizada pelas notícias falsas.

Diante dessas estratégias, Guareschi (2018) aponta a dificuldade na reflexão sobre a existência ou não da consciência em pessoas sujeitas a tanta informação, repetida constantemente, com inúmeras conotações de prazer, alegria, satisfação, desejos, seduções, ameaças, medo; despejadas 24 horas por dia, momento a momento.

É preciso rever as normas e políticas sobre proteção de privacidade de dados dos usuários na *internet*, pois o vazamento de perfis teria ocorrido devido à política flexível do Facebook com relação à entrega de informações de perfis a aplicativos de terceiros na rede social. Entre 2007 e 2014, a empresa ofereceu livremente dados de usuários aos desenvolvedores de aplicativos.

O que antes era privado, agora é público – e está disponível para consumo público; e continua sempre disponível, até o fim dos tempos, já que a *internet* “não pode ser forçada a esquecer nada registrado em algum de seus inumeráveis servidores” (BAUMAN; LYON, 2014).

Se pararmos para relacionar o que somos, o que pensamos e o que carregamos conosco de valores e princípios, chegaremos a uma soma total das relações que estabelecemos em nossa vida, simbolizando nossa subjetividade. Cada um pode fazer uso do termo que quiser, com a condição de dizer o sentido e o significado que quiser e aplicar ao seu discurso, independente da recepção por parte dos outros.

Ressalta-se que são os governos autoritários os que geralmente utilizam da estratégia da desinformação, muitas vezes por meio de mentiras, para induzir a sociedade a acreditar em certos fatos ou circunstâncias que não correspondem à verdade. Dessa forma, estudos relacionados à psicologia justificam-se a cada dia, especialmente quando falamos de pós-verdade.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, p. 290-313, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade líquida**. Folha de São Paulo, v. 19, p. 4-9, 2003.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância Líquida: Diálogos com David Lyon**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. **The Guardian**, 2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>. Acesso em: 22 nov. 2019.

COSTA JUNIOR, Paul.; MC CRAE, Robert. **The Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R)**, 2008. Disponível em: [http://sk.sagepub.com/reference/hdbk\\_personalitytheory2/n9.xml](http://sk.sagepub.com/reference/hdbk_personalitytheory2/n9.xml). Acesso em: 22 nov. 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão; FUKS, Júlian; TIBURI, Márcia; SAFATLE, Vladimir. **Ética e pós-verdade**. Editora Dublinense, 2018.

FACEBOOK. **Página Oficial do Facebook no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/facebookappBrasil/about/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FACEBOOK. **Relatório do quarto trimestre e do ano de 2019**. 2020. Disponível em: <https://investor.fb.com/investor-news/press-release-details/2020/Facebook-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2019-Results/default.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GONZÁLEZ REY, Fernando. A configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva. In: MARTINEZ, Albertina. Mitjans; SCOZ, Beatriz Judith Lima; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira (Orgs.). **Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco**, p. 21-41, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando; PATINO TORRES, José Fernando. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación con Fernando González Rey. **Revista de Estudos Sociais**, 60, 120- 128, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/736>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia e Pós-Verdade: a Emergência da Subjetividade Digital. **PSI UNISC**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 19-34, jul. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/12242>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HALPERN, Sue. **How he used Facebook to win**. The New York Review of Books, v. 8, p. 2017, 2017.

ISAAK, Jim; HANNA, Mina J. **Privacidade de dados do usuário: Facebook, Cambridge Analytica e Proteção de Privacidade**. Computador, v. 51, n. 8, p. 56-59, 2018.

JAVELA, Lady Grey; VÁSQUEZ, Julio Eduardo Cruz. **Psicología de la publicidad: más allá de las marcas**. Universidad del Rosario, 2012.

KEYES, Ralph. **The Post-Truth ERA: dishonesty and deception in contemporary life**. New York: St. Martin's Press, 2004.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, v. 320, 2002.

LÉVY, Pierre. Estamos todos conectados. **Revista Nova Escola**, nº 164, p. 22-26, 2003.

LEWIS, Paul; GRIERSON, Jamie; WEAVER, Matthew. Cambridge Analytica academic's work upset university colleagues. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/education/2018/mar/24/cambridge-analytica-academics-work-upset-university-colleagues>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MARTINS, Marcelo Guerra; TATEOKI, Victor Augusto. **Proteção de dados pessoais e democracia: fake news, manipulação do eleitor e o caso da Cambridge Analytica**. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 7, n. 3, p. 135-148, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5610>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

PARISIER, Eli. **O Filtro Invisível: o que a Internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PÓS-VERDADE. In: **ONLINE DICTIONARY Lexico**. London: Oxford University, 2019. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PRIOLLI, Gabriel. A era da pós-verdade. **Carta Capital**. 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REIS, Homero. **O mundo da pós-verdade**. 2017. Disponível em: <https://homeroreis.com/o-mundo-da-pos-verdade/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SATUF, Ivan. **Jornalismo móvel: da prática à investigação acadêmica. Jornalismo para dispositivos móveis**. Produção, distribuição e consumo. Covilhã: Livros LabCom, 2015.

SIMÕES GOMES, Helton. Gigantes da internet sabem por onde você anda, que lugares frequenta e com quem fala; entenda: Facebook, Apple, Google, Microsoft e Twitter coletam informações até do celular. **G1**. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/gigantes-da-internet-sabem-por-onde-voce-anda-que-lugares-frequenta-e-com-quem-fala-entenda.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WEINBERGER, David. **Too Big to Know**. Basic Book. Nova York, 2012.

WU, Tim. **Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

# A SUBJETIVIDADE DE MULHERES ESPORTISTAS EM PALMAS – TO

*Jeany Castro dos Santos*

*José Fernando Patiño Torres*

*Temis Gomes Parente*

## INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar as experiências vivenciadas pelas mulheres que participaram do Clube de Corrida da Universidade Federal do Tocantins (UFT). O projeto de extensão denominado Clube de Corrida da UFT foi executado no câmpus de Palmas da UFT<sup>11</sup> nos anos de 2016 e 2017. Ele teve como objetivo proporcionar a prática de atividades físicas como forma de contribuir para a melhoria do condicionamento físico e a promoção da qualidade de vida dos servidores da UFT.

O problema de pesquisa é entender como se desenvolve a relação das mulheres com as atividades esportivas em diferentes dimensões, a saber: relações sociais, corpo e espaços sociais. O pressuposto é que as atividades esportivas interferem no cotidiano das mulheres contribuindo para a promoção do desenvolvimento subjetivo.

A concepção teórica adotada neste estudo sustenta-se no referencial teórico da subjetividade, com base em González Rey (2016), sob a perspectiva histórico-cultural como forma de desenvolver novas inteligibilidades (PATINO TORRES; GOULART, 2016) sobre a realização de atividades físicas, ao ar livre, nas áreas públicas de Palmas, capital do estado do Tocantins.

Para González Rey (2016), a subjetividade é uma característica intrínseca a experiência humana e envolve processos emocionais e simbólicos. Esses processos geram sentidos subjetivos a partir do contato entre múltiplas subjetividades individuais que, em contato com a subjetividade social, promovem novos processos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2016).

A metodologia adotada para esta investigação faz referência a epistemologia qualitativa baseada no modelo construtivo-interpretativo, visto tratar-se de um estudo sobre a subjetividade a partir da perspectiva histórico-cultural (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTINEZ, 2016). Esse modelo possibilita a criação de indicadores, permitindo afirmar, ou não, que uma pessoa - no caso do nosso estudo, as mulheres que participaram do clube de corrida da UFT, conseguem se posicionarem como sujeito.

Os conceitos teóricos de González Rey (2014), a partir das categorias: sujeito, sentidos subjetivos, configurações subjetivas, subjetividade individual e subjetividade social, possibilitam a percepção dos aspectos subjetivos das experiências humanas, os quais nos permitem desenvolver novos campos de inteligibilidade teórica (PATINO TORRES; GOULART, 2016)

sobre a subjetividade, como o que se pretende neste estudo – o das mulheres que praticam atividades esportivas ao ar livre no interior de uma cidade planejada, como é o caso de Palmas-TO.

A partir do modelo construtivo-interpretativo proposto por González Rey (2016), foram realizadas 4 entrevistas, sendo 3, com corredoras do clube de corrida da UFT, câmpus de Palmas, e uma, com um dos idealizadores do projeto. De acordo com Patino-Torres e Goulart (2016), o caráter científico da pesquisa não está definido no número de casos analisados, mas na capacidade recursiva do pesquisador. Nesse sentido, a interpretação dos eventos não depende exclusivamente da experiência empírica, mas, sobretudo, da formação teórica do pesquisador, que, neste modelo, emerge como sujeito na construção do conhecimento.

As três mulheres entrevistadas são servidoras da UFT e participaram do Clube de Corrida da UFT nos dois anos em que vigorou o projeto - 2016 e 2017; são mulheres na faixa etária entre 30 a 50 anos; que se autodeclararam negra ou parda; todas são mulheres casadas e possuem filhos.

Nas reflexões promovidas ao longo deste estudo, as mulheres serão trazidas ao texto mediante a utilização de letras do alfabeto que, em alguma medida, confere a elas uma identidade, mas que, por sua vez, resguarda o sigilo acordado com as entrevistadas, são elas: “A”, “E”, “S”. O quarto entrevistado será chamado de “D”, sua participação tem por objetivo apresentar o contexto em que o projeto Clube de Corrida da UFT foi desenvolvido.

O procedimento aplicado para a realização das entrevistas seguiu o modelo relacional-dialógico, proposto por González Rey (2016). Dessa forma, foi utilizado um roteiro de entrevista, que apesar de necessário, não teve a intenção de ser utilizado na sua totalidade; interessava mais perceber os sentidos subjetivos que estas mulheres desenvolveram sobre as atividades esportivas e as configurações subjetivas decorrentes dessa experiência.

O modelo orienta que a relação de interação entre os envolvidos na investigação faça parte de todas as fases, permitindo que os processos simbólico-emocionais, necessários à produção do conhecimento sobre a subjetividade no contexto das atividades esportivas, sejam percebidos pelo pesquisador (GONZÁLEZ REY, 2016).

No modelo construtivo-interpretativo de González Rey e Mitjans Martinez (2016) é necessário que seja respeitado a inseparabilidade da inter-relação entre a aplicação do instrumento (realização das entrevistas) e a construção das informações (transcrição, análise das entrevistas e escrita do texto) no decurso da investigação. Isso porque o processo de construção do conhecimento precede o envolvimento do pesquisador com sua fonte, sendo necessária uma sensibilidade aguçada para perceber os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas que promoveram ou não o desenvolvimento subjetivo das mulheres investigadas neste estudo.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à legitimação da empiria pela teoria (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTINEZ, 2016). Esse é o momento em que os eventos levantados nas entrevistas são submetidos às categorias de análise (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTINEZ, 2016), em que parte da compreensão envolve a participação ativa do pesquisador, ao levantar questionamentos, dúvidas e reflexões sobre o tema em debate, a qual se refere às relações sociais e individuais desenvolvidas no contexto das atividades esportivas.

## REFERENCIAL TEÓRICO: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA SUBJETIVIDADE DE GONZÁLEZ REY

A subjetividade anda na contramão de discursos homogeneizantes, pois as produções subjetivas representam uma ameaça ao comportamento que se quer naturalizar. É por isso que a subjetividade deve ser analisada dentro da sua processualidade, pois as produções subjetivas estão presentes nas ações humanas. Devido ao seu caráter gerador de subjetividade, as experiências vividas são propulsoras de novas subjetividades.

A subjetividade, a partir da teorização de González Rey (2016), compreende algumas características que a distingue de outras teorizações, são elas: 1) tem um caráter processual, singular e gerador da psique humana; 2) inclui a consideração dos processos simbólico-emocionais nas produções psicológicas emergentes no curso das ações do sujeito; 3) abarca as dimensões individual e social entrelaçadas como unidade no curso das experiências da pessoa; 4) dá destaque ao sujeito, enquanto posicionamento subjetivo fundamental na qualidade de suas experiências.

A construção teórica da subjetividade de González Rey (2016) pressupõe a presença de cinco categorias a saber: sujeito; sentidos subjetivos; configurações subjetivas; subjetividade individual; e subjetividades social.

A categoria “sujeito” representa a capacidade de gerar e movimentar recursos subjetivos no campo das tensões, que promove o indivíduo à condição de sujeito no curso da ação. Contudo, não se é sujeito o tempo todo, ou seja, o sujeito emergirá sempre que as emoções estiverem comprometidas com as ações do indivíduo em diferentes instâncias da vida (GONZÁLEZ REY, 2017).

O sujeito é capaz de se posicionar e de se confrontar a partir de seus projetos, pontos de vista e reflexões pessoais, sempre que esses processos representarem produções de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2017). O sujeito é pessoa ativa, reflexiva, questionadora, confrontadora que não se submete às vozes imperativas e ditatoriais. “Por ser socialmente constituído, o sujeito pode, no percurso de sua história, subordinar-se aos elementos caracterizadores dos diferentes espaços sociais ou gerar alternativas que expressam opções singulares dentro da socialização nesses espaços” (SOUZA; PATINO TORRES, 2019).

Por meio de processos reflexivos sobre as experiências vividas, o sujeito modifica o contexto social com o qual está interagindo. Ele emerge nos espaços de tensão “gerando um caminho alternativo de subjetivação dentro dos espaços normativos institucionais” (GONZÁLEZ REY, 2017). Sobre o sujeito pesam as influências decorrentes tanto da cultura, quanto das experiências pessoais vividas ao longo da história.

O indivíduo, na condição de sujeito, é alguém com capacidade para abrir caminhos subjetivos nos espaços da vida social, nesta condição, rompe com as limitações impostas, superando as condições que antes, se apresentavam como imutável ou irreversível (GONZÁLEZ REY, 2017). Assim, a condição de sujeito é fulcral para a geração de rotas alternativas ao enfrentamento de questões que são apresentadas como limitadoras do desenvolvimento subjetivo.

A categoria “sentidos subjetivos” é definida como a unidade inseparável dos processos simbólico e emocional. A interação do simbólico com o emocional garante o sentido necessário às experiências humanas em suas inter-relações, seja com os indivíduos, com os espaços

sociais ou com quaisquer elementos culturais desenvolvidos neste processo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Como unidades simbólico-emocionais, os sentidos subjetivos formam uma rede subjetiva maleável e em constante fluxo que não expressam uma linearidade com os fatos concretos da vida social e individual da pessoa (GONZÁLEZ REY, 2016). Os sentidos subjetivos de uma determinada experiência não estão restritos a essa experiência em si; eles se unem a sentidos subjetivos de outras vivências formando novas unidades subjetivas (SOUZA; PATINO TORRES, 2019; GONZÁLEZ REY, 2016).

Embora os sentidos subjetivos não sejam uma produção consciente da pessoa, o modo como ela interage em diversos espaços e relações sociais pode ser produtora de novas subjetividades. Os sentidos subjetivos de uma experiência não podem ser conhecidos a priori e nem intencionalmente produzidos pela pessoa no ato concreto da ação ou definidos por conteúdos intrinsecamente associados ao fato vivido (SOUZA; PATINO TORRES, 2019).

A categoria “configuração subjetiva” compreende uma “organização subjetiva de um campo de experiência do sujeito” (SOUZA; PATINO TORRES, 2019). Ela é uma fonte permanente de sentidos subjetivos. Cada indivíduo traz consigo as experiências vividas, que em contato com outras experiências, possibilitam interações dialógicas, ampliando o leque de possibilidades de compartilhamento de símbolos, ritos e sinais (SOUZA; PATINO-TORRES, 2019). A configuração subjetiva é o elemento central para a compreensão do modo subjetivo como vivemos a vida em suas dimensões social e individual (GONZÁLEZ REY, 2004).

As categorias: “subjetividade social” e “subjetividade individual” representam uma unidade no processo de produção subjetiva, a partir da perspectiva de González Rey (2004). Todavia, o que distingue as duas categorias é que a subjetividade social se constitui na dinâmica das relações sociais, as quais organizam as configurações subjetivas; já a subjetividade individual é formada nas configurações subjetivas geradas no decurso das experiências diferenciadas e singulares de cada indivíduo (SOUZA; PATINO-TORRES, 2019).

Apesar de indivíduos compartilharem os mesmos espaços sociais, os sentidos subjetivos e configurações subjetivas podem ser distintos. Esse aspecto acontece porque tanto os sentidos subjetivos quanto as configurações subjetivas, em cada indivíduo, vão sendo constituídos no decurso das experiências vividas por cada pessoa de forma singular.

## **O CLUBE DE CORRIDA DA UFT COMO ESPAÇO PROMOTOR DE SUBJETIVIDADE SOCIAL**

A corrida de rua compreende uma prática esportiva popularizada em Palmas-TO. Com isso e considerando que o câmpus universitário de Palmas conta com uma pista de corrida semiolímpica e que as vias públicas, tanto no interior do câmpus quanto fora dele, permitem o desenvolvimento dessa modalidade esportiva, em 2016, foi aprovado o projeto de extensão intitulado “Clube de Corrida da UFT<sup>12</sup>”.

12 O “Clube de Corrida da UFT” faz parte de um projeto “guarda-chuva” intitulado “UFT em Movimento” que visa criar espaços de sociabilidade nas dependências da instituição para melhorar as relações interpessoais entre os servidores.

O Clube de Corrida da UFT foi uma experiência que durou dois anos. O projeto aceitou inscrições de servidores, alunos e da comunidade externa e disponibilizou 60 vagas, sendo 20 para cada público. Esta composição, formada por pessoas de diferentes espaços sociais, proporcionou um ambiente rico de interação.

De acordo com “D”, esse projeto foi idealizado como uma ação de extensão, com a proposta de melhorar o condicionamento físico e a qualidade de vida dos servidores da Universidade Federal do Tocantins, por meio da realização de atividades esportivas.

Para “A”, o Clube de Corrida da UFT ofertou duas turmas, uma no ano de 2016 e a outra no ano de 2017: “Eu participei das duas [...] fui participando de um ciclo de amizade na corrida e aquilo foi fazendo parte da minha vida, correndo três vezes por semana e eu não me vejo mais sem a corrida”.

No caso de “L”, a procura pelo Clube de Corrida foi, a princípio, por curiosidade: “[...] Já tinha feito zumba mas não dei prosseguimento, e comecei a gostar [se refere ao Clube de Corrida] da galera, dos benefícios, muito mais do que da corrida em si [risos]”.

No caso de “S”, o fato dela já treinar com a assessora esportiva contratada pela universidade contribuiu para sua decisão em procurar o Clube de Corrida da UFT. Segundo ela, o grupo a ajuda na questão da regularidade com as atividades físicas. No que se refere à relação com o grupo do Clube, “S” respondeu: “É muito boa! Tranquila! Eu acho que é boa! É ótima”. Esta informação é relevante pois evidencia a subjetividade social do grupo.

Para “A”, o Clube de Corrida da UFT representou mais que um local para cuidar do corpo, o grupo atuou como um agente motivacional: “Quando eu estou desmotivada aí eu procuro o grupo, que é certo, eu chego lá, é uma energia muito boa, todo mundo animado querendo se envolver, o povo gosta muito de foto, gosta muito de tomar um café junto, eu acho isto muito bacana”. Esta informação é importante porque demonstra que a subjetividade social do grupo favorece à motivação de “A” em relação ao interesse pelas atividades físicas.

Para “E”, o Clube de Corrida da UFT a ajudou no propósito de se firmar na corrida “[...] A gente já saía do trabalho e ia para a corrida, [...] eu percebi o meu crescimento e maturidade para lidar com as pessoas em relação a algumas questões do meu trabalho. Mudou um pouquinho a minha visão de lidar com o outro, e acho que as atividades físicas influenciaram nas minhas relações de trabalho”. Questionadas sobre as mudanças, “E” se limitou a falar que o clima de trabalho melhorou.

Um relato semelhante foi feito por “A” ao referenciar o grupo como promotor da melhoria nas relações de trabalho: “[...] Inclusive muitas pessoas trabalham na mesma instituição, e isto é uma forma de me aproximar das pessoas do trabalho”. No caso de “A”, o contexto em que esta frase foi produzida faz referência à forma com que o grupo a recebeu depois de participar de uma maratona. Esse evento permitiu uma relação de afeto entre ela e as pessoas do trabalho, no contexto da relação social com o grupo de corrida.

No momento em que a fala foi produzida, “A” se referia ao grupo como uma família, devido ao afeto desenvolvido nesse espaço social. Retirada do contexto de família, a relação de afetividade serviu para melhorar as relações de trabalho.

A percepção de “S” com o grupo está relacionada ao caráter mobilizador que ele, o grupo, desperta nela “É importante porque eu preciso de alguém ali comigo, alguém me incentivando, me ajudando, eu sozinha não funciono muito bem não. Com o grupo eu me sinto mais segura porque eu estou com alguém, porque eu estou acompanhada, funciona como um apoio”. Foi possível perceber que o grupo mobiliza processos que ela por si mesma não consegue. Isso é um indicador que alimenta as construções interpretativas com relação à subjetividade social que estamos investigando.

Para “D”, o Clube de Corrida da UFT possibilitou não apenas maior integração entre as pessoas, mas desenvolveu, na comunidade acadêmica, o sentimento de pertencimento e de cuidado com o bem público. “D” afirma ainda que no momento em que as pessoas começam a fazer uso do espaço, elas colaboram para que o espaço esteja limpo e que seja visualmente atrativo, com vistas a garantir que o espaço seja bem utilizado. O relato de “D” é importante, pois sinaliza quanto à necessidade dos espaços serem apropriados e, por consequência, valorizados: “Quando a gente começou a utilizar o espaço para as práticas esportivas, a gente percebeu que o local deixou de ser apenas um local de trabalho e estudo para ser algo mais; aí as pessoas começam a valorizar mais este espaço, eu diria que inclusive as pessoas que não participam também passam a valorizar os espaços por saber que estes espaços estão sendo utilizados”.

O espaço social, construído a partir da criação do Clube de Corrida da UFT, compreende não só um local para o desenvolvimento de atividades de lazer e bem-estar, de acordo com “D”, o olhar passa a ser coletivo, deixa de ser uma preocupação apenas do gestor e passa a ser uma preocupação das pessoas em geral. Esse aspecto representa um indicador importante nesta investigação, pois o movimento do grupo fez com que as pessoas deixassem de se verem, apenas, como usuários passivos do espaço, para se assumirem como agentes da prática: “O sentimento de orgulho não vem só das pessoas que utilizam o espaço, mas de quem vê que o espaço está sendo utilizado”, afirma “D”.

Como forma de incentivo às pessoas que participavam do Clube de Corrida, em 2016, a UFT promoveu um evento esportivo em comemoração ao Dia do Servidor Público. O evento faz referência à primeira edição da corrida de rua, organizada pela UFT, e contou com a participação de 91 pessoas, entre servidores e integrantes do Clube de Corrida. A segunda edição da corrida ocorreu em 2017 e contou com a participação de 130 pessoas. Nessa edição, a participação foi estendida aos alunos da universidade. Em 2019, a corrida contou com servidores, alunos e comunidade externa e o número de participantes, em relação à primeira edição, quase dobrou, totalizando 170 pessoas.

Diante dessas reflexões, observa-se que o grupo favorece a agência subjetiva das pessoas, com referência aos seguintes aspectos: em relação à motivação, com as atividades físicas e com o trabalho; relacionados à autonomia para realização das atividades diárias; em relação a se assumirem como cidadãos participantes do processo, no momento em que passam a se apropriarem do espaço e a cuidarem dele; e quando conseguem transformar as relações no mundo do trabalho, ao melhorar os relacionamentos entre os servidores. Em síntese, a qualidade da subjetividade social constituída nesses espaços favorece a emergência da agência subjetiva das pessoas.

## O ESPORTE COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUBJETIVO DAS MULHERES EM PALMAS – TO

A subjetividade como categoria de análise evidencia que os aspectos culturais não são fixos, nem tão pouco determinantes. Numa perspectiva social, ao mesmo tempo em que o cuidado com o corpo está associado a ideais homogeneizantes, a significação desses ideais não é assimilada da mesma forma por todas as pessoas, o que possibilita diferentes configurações subjetivas, como se perceberá ao longo das reflexões.

Para “A”, enfrentar a reação da família (mãe e irmã), diante da decisão de participar de uma maratona, permitiu que ela questionasse os padrões culturais determinantes dos espaços que as mulheres podem participar, como pode ser observado no relato seguinte: “[...] Eu vi que a minha família não me apoiou [momento de choro]; eu falo da minha [mãe e irmãs], não [me refiro ao] meu marido, mas da minha mãe e minhas irmãs. Eu queria que tivessem outro olhar. O olhar foi totalmente preconceituoso, sabe? [choro] - Para quê você está fazendo isto? [refere-se ao questionamento feito pela família], você está se acabando! Você é mulher! Vai ter mais filhos! Este tipo de comentário. Meu Deus do céu, isto me afetou tanto! [choro] Assim, só porque eu queria que tivessem [a família] um outro olhar, entendeu? Eu queria que vissem – Puxa, ela tá fazendo uma coisa que gosta, que valoriza, que não tem nada de mal nisto; – Não tô fazendo mal a ninguém, tô fazendo um bem para mim, não é? Foi este o motivo de eu ter me emocionado, eu queria que tivessem visto com outro olhar [choro] porque de alguma forma a gente quer ser vista pela família da gente, pelas pessoas que a gente ama, que valoriza, a gente quer que reconheçam também [choro] foram muitas críticas, inclusive quando eu coloquei no grupo [grupo de *Whats App* da família] que tinha participado de uma maratona, ninguém falou nada, você acredita? [choro] fiquei encabulada, é tão comum isto [o esporte]. Acho que a reação foi porque eu sou mulher, porque eu não estava cuidando da família, ah! Cadê a Laura? [nome fictício dado a filha da entrevistada] A Laura está com quem? [comentário recorrentes da família] por que você não está lá cuidando da família? Para quê você quer correr? Se meter com este negócio de corrida? É um olhar preconceituoso”.

Esse relato é marcante e nos permite entender alguns aspectos da participação de “A” no grupo da corrida e a repercussão da sua participação nas relações familiares. O primeiro ponto é que a família não a reconhece como uma mulher que pode desejar e estar motivada por uma atividade esportiva. O segundo ponto é que “A” foi invisibilizada pela família no momento mais importante da sua participação no esporte. O terceiro ponto é que “A”, no primeiro momento, parece não ter autonomia emocional para não se deixar afetar pelos comentários da família. A partir de uma interpretação inicial, é possível observar que “A”, dentro da subjetividade social do grupo de corrida, consegue manter-se motivada pelo esporte, mas em relação à família, apresenta-se emocionalmente abalada.

Com referência ao grupo de corrida que “A” participa, a reação foi bem diferente da manifestada pela família. De acordo com “A”, o apoio do grupo a deixou muito feliz; quanto à família, a decisão foi de excluir a mãe e a irmã das suas redes sociais. Outra decisão relatada foi a de participar de uma nova maratona, desta vez no Chile, e acrescentou “As passagens já estão compradas”.

Acompanhando o relato de “A”, um novo indicador nos permite fazer uma nova interpretação: “A” consegue emergir através da sua participação dentro da subjetividade social do grupo, como sujeito da ação esportiva. Ser sujeito, no caso apresentado, significa que “A” foi capaz de resistir e criar alternativas a sistemas sociais dominantes, cuja tendência é inibir os processos de singularização. Nesse caso, a família foi esse sistema dominante.

Quando “A” exclui a família de suas redes sociais, ela assume um posicionamento subjetivo de sujeito, no qual se torna independente do que a família pensa sobre ela. “A” emerge da opressão familiar e se apresenta ainda mais motivada. Esse aspecto produz desenvolvimento subjetivo.

O ponto em comum entre todas as participantes era o grupo de corrida. Esse serviu para colocar as mulheres no mesmo ambiente e desta forma permitir o compartilhamento de experiências, como apontado por “A”: “O grupo é como uma família! Nós estamos juntos desde 2016, a reação do grupo quando participei da maratona foi linda! [choro] Foi maravilhosa, você precisava ver, totalmente diferente da reação da minha família. Todo mundo me apoiou, me aplaudiu. No primeiro dia, depois que eu voltei da maratona, eu levei a minha medalha, eu recebi tantos parabéns, foi tão bonito! [choro]”.

A experiência vivenciada por “A” representa o processo de desenvolvimento subjetivo, em que a cultura foi determinante para a produção simbólica que “A” tinha sobre o conceito de família. As emoções geradas, a partir dessa experiência, contribuem para a construção de novos sentidos subjetivos sobre família, produzindo as configurações subjetivas que permitiram a “A” identificar no grupo o referencial de família: “O grupo é como uma família!”. A reação esperada da família, a uma de suas grandes conquistas seria: “Me aplaudiram [...]”, “[...] Eu recebi tantos parabéns, foi tão bonito! [...]”.

Interessante notar que os sentidos subjetivos, construídos por “A” sobre família, decorrem de processos históricos e culturais, que associam família como um espaço de afeto. A configuração subjetiva gerada por essa experiência fez com que “A” conservasse a representação de família, no que se refere à relação de carinho e afeto, fazendo com que ela identificasse no grupo a relação legítima de família, ao mesmo tempo em que negava essa relação com a mãe e a irmã.

Outro aspecto importante, extraído da fala de “A”, diz respeito aos locais e companhias delimitados às mulheres para realizarem as atividades esportivas, como pode ser observado na seguinte parte do relato: “Inclusive têm uns treinos que são feitos na serra, você conhece o limpão? Então, o limpão é floresta, é inabitado. Nas vezes que eu fui fazer um longão nestas áreas com alguns homens do grupo, tinha mulheres também. Até uma vez meu esposo falou: ‘Você fica aí por este mato com este tanto de homem; você é mulher, o povo vai ficar falando’. Então como você vê, existe um preconceito, mesmo meu esposo sabendo que eu não vou fazer nada, mas como a sociedade está vendo isto? Aí eu fui postar uma foto que eu apareço ao lado de outros homens, vai gerar um certo desconforto para ele [marido], um preconceito social de que a mulher não pode estar nestes locais com homens, então o grupo que pertence, vai muito para estes lugares, mas vai uma leva de mulheres”.

Situação semelhante ocorreu com “S”, como pode ser percebido em seu relato, no qual ela explica que o marido apoia a participação dela em eventos esportivos, todavia o apoio fica restrito aos eventos realizados em Palmas, como segue: “As corridas na cidade, ele apoia, mas fora da cidade ‘a casa cai’; se comentar em ir para outra cidade, ele fala que em Palmas já

tem competição demais”. No evento descrito por “S” não é perceptível o desenvolvimento de processos simbólicos emocionais capazes de romper com a condição imposta. Tanto no caso de “A” quanto de “S”, a decisão foi por manter as condições estabelecidas em detrimento do conflito: “A” decidiu ir às corridas na serra somente se o grupo for constituído, em sua maioria, por mulheres; e “S” se deu por satisfeita em participar das competições em Palmas, mesmo com o potencial para participar de corridas em outras localidades.

Em outra situação descrita por “S”, o contato com o esporte possibilitou-lhe uma relação melhor com o próprio corpo. De acordo com o seu relato, a insatisfação com o corpo foi uma situação presente em grande parte da sua vida e o esporte foi a forma encontrada para lidar com a frustração: “[...] Não vivo mais da maneira que eu vivia antes, preocupada, insatisfeita; colocava uma roupa, não gostava, estava sempre insatisfeita. Eu queria me encaixar nos padrões de beleza, né [riso]. Era uma coisa que eu não sabia como iria resolver; eu achava impossível, e hoje eu consegui, melhorou muito a minha vida, minha aceitação”.

Neste relato, “S” destaca o olhar do “outro” em relação ao seu próprio corpo, com foco na **aprovação**: “Outro dia, estava conversando com uma amiga de trabalho, o formato do corpo e ela comentou: - Ah porque o seu corpo é um corpo padrão o meu não é, o seu e mais fininho o meu é mais ‘não sei o que’, e na verdade, não existe o modelo de corpo [...] - Ah! Você não pode ficar gorda, você que malha tem que ter o corpo assim, assado, não pode ficar gorda, porque se não você é considera desleixada; você não está se cuidando. E, na verdade, eu acho que não é por aí, o olhar não deve ser por aí, você tem que se sentir bem no corpo que você tem. Puxa! Eu posso ficar gorda e querer me manter gorda, é uma escolha minha, eu acho que este deve ser o olhar”; ou **reprovação**: “Minha irmã é médica então ela fala assim, fica dando palpite, falando que correr vai me fazer mal, fala: - Você tá correndo demais! - Sim, tô treinando, acredita que não tenho doença nenhuma, não tenho nada [dá ênfase ao nada]. Eu falo para ela: - Olha, eu fui ao médico, fiz *check-up* de tudo, e ele disse que eu não tenho nada [dá ênfase ao nada], a parte óssea tá tudo bem. - Mas isto é perigoso [fala da irmã que é médica], você pode dar um desgaste na cartilagem. Eu respondo: - Não, eu tomo colágeno [dá ênfase] [emite um sorriso, demonstrando que não liga para os comentários da irmã]. Então a gente tem que ficar dando estas explicações? Não preciso né?”. Nota-se que esses comentários não exercem grande influência sobre ela. A relação com o corpo, no caso de “S”, é bem resolvida, como pôde ser evidenciado, o que aponta para a singularidade com que cada pessoa reage às experiências vivenciadas.

Como podemos observar, no caso de “S”, as atividades esportivas possibilitaram um novo sentido subjetivo em relação ao seu corpo, permitindo configurações subjetivas que alterou a forma de lidar com o próprio corpo: “[...] Não vivo mais da maneira que eu vivia antes, preocupada, insatisfeita [...]”. Ao se relacionar bem com o próprio corpo, ela deixou para trás velhas preocupações; o corpo deixou de ser um problema para “S” e passou a ser o seu grande aliado na realização de atividades esportivas; experiência que “A” desfruta sem, contudo, ser considerada uma experiência em que tenha havido desenvolvimento subjetivo.

Outro aspecto analisado no relato de “S” é que o esporte representa um tempo que ela dedica para si, descomprometendo-se das demais responsabilidades como: trabalho, filhos e companheiro. “Deu o horário da minha atividade, eu vou. Não marco nada neste horário. Então assim, aquele horário é meu, para mim, se alguém: filho, marido, quer fazer alguma coisa neste horário eu falo – Não! Neste horário eu já tenho compromisso”.

O relato de “S” sobre o compromisso com o esporte representa um dos indicadores de que uma pessoa: 1. está motivada; 2. assume uma postura ética em relação as atividades esportivas; e 3. respeita seu desejo, mesmo com outras obrigações familiares, laborais, etc. Observou-se que todos esses aspectos são indicadores de que o esporte, para além de uma obrigação ou um ritual, provocou emoções, sentimentos positivos em relação a sua prática.

Em outra parte da entrevista com “S”, percebeu-se que o esporte proporciona-lhe a “[...] sensação de liberdade, um sentimento que eu posso fazer, que eu consigo me superar, que eu posso ir além, e se todos conseguem, por que é que eu não consigo! Então assim, é de superação, superação a cada dia, saber que a gente pode ir além, basta querer, ter determinação e focar naquilo que a gente quer”.

Esse relato de “S” nos trouxe um novo indicador: a questão não é o conteúdo da prática em si, mas os processos emocionais gerados dentro da subjetividade social do grupo de corrida. Ressalta-se que os relacionamentos estabelecidos entre as pessoas vão para além das atividades que são desenvolvidas nestes espaços, incluindo diferentes áreas de convivência humana.

De acordo com González Rey (2016), o ser humano produz subjetividades sobre a realidade vivida e não apenas se adapta a ela. Esse aspecto faz com que a subjetividade represente uma categoria útil de análise, pois, a partir do momento em que as emoções se tornam perceptíveis ao registro simbólico, é possível produzir novas subjetividades. Os relatos de “A” e “S” evidenciaram os processos simbólico-emocional, presentes na teoria da subjetividade. Desta forma, no curso das ações, esses possibilitaram a manifestação do sujeito, promovendo desenvolvimentos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2016).

No caso de “E”, a adesão ao esporte foi a maneira que ela encontrou para atender às cobranças dos médicos com relação a sua saúde e, ao mesmo tempo, continuar desafiando as normas impostas: “[...] Eu tinha que me movimentar [risos]. Então eu adiei o máximo que eu pude, mas chegou naquela fase que toda vez que você vai ao médico ele começa a perguntar: - Você pratica alguma atividade física? E eu já não tinha mais cara para dizer que eu não praticava nenhuma atividade física. Eu [...] comecei a gostar da galera [se refere ao grupo de corrida], dos benefícios, muito mais do que da corrida em si [risos] então eu continuei [com a corrida] depois que o projeto acabou em 2017”.

No caso de “E”, a relação com o esporte não promove processos simbólico-emocional, como nos casos de “A” e “S”. Para ela, o esporte representa uma decisão associada às cobranças sociais: “[...] tem sido muito boa porque eu sou muito disciplinada, eu não sou empolgada como as minhas colegas. Eu faço porque sei que me faz bem, senão eu estaria dormindo. Quando eu comecei, a qualidade de vida melhorou, os resultados dos exames melhoraram. Então eu acho que, aconteça o que acontecer, eu vou manter, posso estar triste, com problemas, cheia de coisas para fazer, mas eu vou manter pelos resultados. Eu não vou dizer: - Ah! É muito estressante correr; eu tô correndo por obrigação! Não chega a ser isto, mas eu não tenho a empolgação que eu vejo a maioria das minhas colegas terem, sabe? Eu sempre tenho em mente, eu acho que os benefícios são o que me incentivam a estar na atividade, mas é uma relação positiva. Eu coloco como meta na minha vida, pela disciplina. Eu gosto de ser disciplinada, então eu fico muito chateada quando não consigo correr, quando a rotina muda meus planos. Para mim é uma realização chegar ao final do dia e ter cumprido todas as etapas que eu tinha planejado ao longo daquele dia, é ótimo!”.

Como se observa, no caso de “S” não ocorreram processos simbólico-emocional, nem configurações subjetivas propriamente do esporte, o que não significa que “S” não possa usufruir dos ganhos que o esporte proporciona. A singularidade decorrente da subjetividade individual é o que diferencia cada caso. Esse é o motivo que distancia a subjetividade de outras perspectivas mais centradas no comportamento ou no moralismo das ações.

No processo de inteligibilidade (PATINO TORRES; GOULART, 2016) que estamos realizando sobre a relação das mulheres com o esporte, um aspecto é evidente: não importa se estamos diante de uma esportista disciplinada ou de uma atleta de alto rendimento; importa perceber se estas mulheres conseguem organizar configurações subjetivas para o desenvolvimento subjetivo de suas vidas.

## A RELAÇÃO DAS MULHERES COM O ESPORTE NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS – TO

Com o término do projeto Clube de Corrida da UFT, em 2017, as pessoas que participavam foram convidadas a continuar com a assessoria esportiva que atuava no projeto. As atividades, que antes tinham como referência o campus da UFT em Palmas, foram ampliadas e passaram a ser realizadas em diferentes partes da cidade.

Esse é um aspecto importante, visto que em Palmas, uma série de fatores desencorajam as pessoas de experienciar a cidade como sujeito caminhante<sup>13</sup>, como destacado na fala de “A”: “Eu acho que Palmas tem um desenho bacana, apesar de que ainda falta muitas passarelas no entorno das avenidas, inclusive o trânsito é muito perigoso, e as passarelas são importantíssimas. Por não ter, a gente tem que correr no asfalto [nas avenidas, junto com os carros]. Mas quando a gente treina no horário bem cedinho, não tem quase carro, aí fica tranquilo”.

Em outra parte da entrevista com “A”, o seguinte comentário foi ressaltado: “Eu participei de três maratonas na Avenida Teotônio, que coisa linda! É uma avenida larga e plana, então é assim, para que o desenho de Palmas possa ser adaptado ao esporte eu acho que a passarela no meio da Avenida Teotônio poderia ser algo positivo. Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de arborização, porque aqui é muito quente. Correr na Avenida Teotônio, a gente vai enxergando a cidade”. A Avenida Teotônio Segurado, mencionada por “A”, é uma das principais avenidas de Palmas e encontra-se toda arborizada, o que justifica as percepções positivas realizadas por “A” sobre o local, justificando sua sugestão de arborização em outros locais da cidade.

No relato de “A”, percebe-se também uma relação de afetividade com a cidade, o que a motiva a opinar quantos às melhorias que podem ser implementadas na cidade de forma a torná-la mais agradável à caminhabilidade. A integração do simbólico e do emocional, percebidos no relato de “A”, dão sentido às experiências que ela teve em sua inter-relação com o espaço social (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTINEZ, 2017), que, nesse caso, não se limita ao espaço físico, mas envolve as relações sociais desenvolvidas nesse espaço.

13 Sujeito caminhante é uma designação que vem do termo caminhabilidade, cunhado por Jeff Speck no livro Cidade Caminhável. Faz referência ao ato de perambular pela cidade, de garantir os encontros casuais e proporcionar as relações entre as pessoas no convívio diário na cidade (SPECK, 2016).

Além disso, outros fatores presentes na cidade de Palmas desencorajam as pessoas a percorrerem-na, como os que seguem: o desenho cartesiano dos espaços, que separa a área comercial da residencial; o projeto de quadras com grandes dimensões e com restritas conexões entre elas; bem como a existência de poucas e descontínuas passarelas. Outro aspecto faz referência ao clima da cidade. O calor é uma das características naturais presentes na região que desestimula muitas pessoas a desenvolverem a caminhabilidade. Esses fatores condicionam as pessoas a se deslocarem, na maior parte do tempo, utilizando o automóvel.

De acordo com o relato de “S”, as atividades diárias das pessoas são realizadas prioritariamente de carro: “No dia a dia, eu uso o carro, por conta da logística com as crianças, levo criança para a escola, tem horário certo, mas eu uso bicicleta também. Tipo, quando eu vou treinar, quando o treino é mais distante da minha casa, eu vou de *bike*, eu gosto de *bike* também”. Para “S”, o uso da bicicleta está mais associado ao esporte do que à mobilidade urbana, o que nos faz pensar o esporte com uma representação diferente para as pessoas que moram em Palmas (PATINO TORRES; GOULART, 2016).

Outro aspecto que confere singularidade à cidade é a presença de diversos incentivos à realização de atividades esportivas. Em Palmas, há vários locais que foram estruturados com equipamentos públicos tais como: academias ao ar livre, quadras poliesportivas e passarelas em diferentes partes da cidade, especialmente nas praças, parques e orla. Todavia, a realização de atividades esportivas extrapolou o uso desses locais e os esportes praticados ao ar livre passaram a ser realizados também nas vias urbanas da cidade.

De acordo com o relato de “A”, percebe-se que as restrições impostas à caminhabilidade pelo desenho urbano da cidade são supridas por meio do esporte. Como destacado pela entrevistada, Palmas possui ruas largas, característica que poderia acolher diferentes públicos, tais como: motoristas, ciclistas e pedestres. No entanto, essas se tornaram um espaço privativo dos carros, como pode ser observado no relato de “A”: “Eu sempre vou no sentido oposto aos carros, para que eu veja os carros. Quando eu vejo que o carro está bem próximo eu subo no canteiro, porque a gente corre o risco de ser atropelada”.

Como se observa, a necessidade de urbanidade parece ser um indicador de configurações subjetivas que faz com que as pessoas rompam com as barreiras impostas pelo desenho urbano e criem novas formas de urbanidade, como é o caso da urbanidade viabilizada pelas atividades esportivas. Todavia, faz-se necessário que a cidade promova alguns ajustes para que ofereça conforto e segurança aos esportistas, como os sugeridos por “A”: “O ideal é que no meio do canteiro da [Avenida] Teotônio Segurado fosse construída uma passarela para você correr a vontade, sem se preocupar com os carros. Porque lá é uma avenida linda! Eu amo a maratona do Tocantins porque passa por lá”.

Com base no modelo crítico-interpretativo, diante das falas das entrevistadas, um dos aspectos importantes e presentes na subjetividade é a capacidade de inteligibilidade (PATINO TORRES; GOULART, 2016), que torna possível a percepção dos diferentes sentidos subjetivos desenvolvidos nas pessoas em relação ao espaço que participam.

Neste estudo, a urbanidade, entendida como o acolhimento da diversidade no espaço urbano, não é uma percepção que se desenvolve da mesma forma em todas as pessoas. A ideia de que todos (carros, pessoas e animais) podem harmoniosamente participar do mesmo espaço assume posicionamentos diferenciados nas pessoas, como pode ser evidenciado no relato de

“E”: “Eu não gosto de correr em estrada de chão, não gosto de correr em terra, [...] eu acho também que Palmas tem muito cachorro na rua [...] pensei: Vou correr é nos estacionamentos, mas assim eu achei desconfortável, eu ter que cuidar da corrida, da respiração, dos carros, de gente gritando com você, de homem te assediando, te buzinando, quando você passa e ainda ter que desviar de cachorro, então eu achei muita coisa. Geralmente eu corro na ponte [ponte Fernando Henrique]. Não que eu ache um local seguro, porque tem muito carro que buzina para a gente, tem uma separação dos carros, mas é um lugar que passa muita gente [de carro], então por passar muita gente, eu acredito que as pessoas ficam mais inibidas de te assediar, ou de te violentar fisicamente, não que eu seja incomodada com as buzinas, mas atrapalha. Eu corro ao redor do condomínio Alphaville, morrendo de medo porque lá também tem muito mato ao redor [...] não gosto de correr na [Avenida] Teotónio porque tem muito carro na rua, eu fujo de carro [...]. Na pista da UFT eu adoro correr, mas fica cansativo, porque você fica rodando, rodando, daqui a pouco esta tonta, mas onde for marcado dentro da cidade eu tento correr”.

Há um aspecto interessante na fala de “E” que pode ser acrescentado aos aspectos inibidores da mobilidade urbana de Palmas: a questão da segurança dos espaços urbanos. Isso é algo importante a ser aperfeiçoado na cidade: “Eu corro ao redor do condomínio Alphaville, morrendo de medo porque lá também tem muito mato ao redor [...] não gosto de correr na [Avenida] Teotónio porque tem muito carro na rua, eu fujo de carro [...]”.

O aspecto da segurança influencia particularmente as mulheres. De acordo com “S”, Palmas parece ser uma cidade insegura para as mulheres, o que pode explicar a necessidade destas mulheres participarem de um grupo, como percebido no seguinte relato: “No grupo, nossos treinos são três vezes por semana, de terça e quinta à noite, então eu quase nunca participo destes treinos à noite porque não cabe na minha rotina, então eu tento correr de manhã e nos sábados pela manhã, é no grupo, no sábado geralmente o grupo é maior porque o grupo consegue organizar a rotina para participar”.

O outro aspecto presente no depoimento de “A” é quanto à segurança no trânsito. Como em Palmas se convencionou associar a rua aos carros, a presença de pessoas correndo nesses locais causa um estranhamento nos motoristas, os quais buscam reprimir esta atitude. O terceiro aspecto, que pode ser observado na fala de “A” e que justifica a procura de outros locais menos estruturados para a realização de atividades esportivas, diz respeito à monotonia desses locais. Isso faz com que os esportistas ampliem cada vez mais os locais para a realização de atividades esportivas.

Contudo, para as mulheres, a necessidade de diversificar os locais para correr está aliada ao processo de companhia do grupo. O grupo supre a necessidade de segurança urbana, ao mesmo tempo em que se mostra como uma possibilidade de oferecer urbanidade à cidade, como pode ser observado no relato de “S”: “As pessoas que andam pela cidade são os ciclistas, os corredores, estas são as pessoas que estão por aí. Os melhores horários é cedinho, tipo 6h da manhã, por causa do sol, o sol de Palmas é muito quente ou à noite, mas a noite tem a questão da segurança”.

A urbanidade criada por meio da realização de atividades esportivas possibilita às pessoas a oportunidade de experimentar a cidade. Nesse sentido, a cidade passa a ser observada a partir da perspectiva de quem vivencia estes espaços e nesta relação é possível se posicionar referente a como a cidade pode ser. De acordo com o relato de “S”, Palmas poderia estruturar espaços para

as corridas de rua: “Apesar de gostar de correr pela cidade, a gente precisa de segurança, porque as vezes os carros não respeitam, sobem em cima de calçadas, tem que tentar se proteger”.

A destinação de espaços para os esportistas caminharem, correrem e pedalarem é uma necessidade latente em Palmas. Essas novas possibilidades podem proporcionar aos espaços configurações subjetivas a partir do contato entre as pessoas que utilizam as vias públicas em atividades de lazer, como é o caso das práticas esportivas.

A relação do esportista com o espaço urbano faz surgir a figura dos agentes da cidade, pessoas ativas e recursivas, que se mostram interessadas e capacitadas a opinar quanto ao que pode ser melhorado. De acordo com o relato de “A”, a cidade de Palmas, ao mesmo tempo em que demonstra ser uma cidade boa para o esporte, ainda oferece risco para quem se arrisca a percorrê-la, principalmente às mulheres.

As interações estabelecidas no espaço urbano, sejam elas no interior de uma instituição, como no caso da UFT, ou em tantos outros locais existentes em Palmas podem modificar a relação que as pessoas têm com a cidade. Ao ampliar as possibilidades de uso do espaço, as mulheres podem vivenciar novas experiências, alterando os sentidos subjetivos no que se refere ao pertencimento do espaço urbano, este por sua vez, pode despertar nestas mulheres, um novo olhar sobre Palmas.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo dialógico estabelecido ao longo deste estudo nos possibilitou identificar a presença de indicadores, os quais puderam alimentar a construção do modelo teórico sobre o qual pesa esta investigação, a saber: a experiência de mulheres no esporte. Contudo, é necessário esclarecer que a construção do modelo teórico aqui apresentado não tem a pretensão de se apropriar, em termos de conhecimento do problema em toda a sua complexidade (PATINO TORRES; GOULART, 2016). Feito este esclarecimento, apresentamos, a seguir, algumas considerações sobre a pesquisa.

Neste estudo, observou-se que a qualidade da subjetividade social constituída nos grupos de corrida favorece a emergência da agência subjetiva entre as mulheres. O esporte tornou-se uma configuração subjetiva, promotora de desenvolvimento subjetivo das mulheres, em Palmas tanto no que se refere à relação com a família, como no caso de “A”; quanto no que se refere à relação com o próprio corpo, como no caso de “S”.

Apesar disso, não se é sujeito em todas as situações. Como apontado, tanto no caso de “A” quanto de “S”, não houve configurações subjetivas que permitissem a elas romper com as limitações impostas pelos maridos.

Também foi possível notar que as configurações subjetivas desenvolvidas no esporte permitiram às mulheres ampliarem o olhar sobre a cidade, fazendo com que criassem alternativas às limitações impostas, seja quanto ao desenho urbano ou quanto aos locais estruturados para as práticas esportivas na cidade. Nesse sentido, foi possível perceber que as mulheres se sentem motivadas a se posicionarem com relação à cidade, apontando melhorias que possam vir a conferir urbanidade a Palmas.

No que se refere às relações sociais, decorrentes das experiências vivenciadas no esporte, percebeu-se que novos sentidos subjetivos foram incorporados à representação de família, produzindo configurações subjetivas que alteraram as relações com a família e com o trabalho. Desta forma, promoveu-se o desenvolvimento subjetivo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017) das mulheres sobre as relações sociais em que estão inseridas.

No que tange à relação com o próprio corpo, as atividades esportivas possibilitaram a geração de sentidos subjetivos de aceitação do próprio corpo. Essa situação produziu configurações subjetivas entre as entrevistas que permitiram a superação de sentimentos de negação, causadores de sofrimento, ao mesmo tempo em que a produção do desenvolvimento subjetivo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017) ficou evidenciada na experiência de “S”.

Finalmente, com relação aos espaços sociais, os sentidos subjetivos, relacionados ao pertencimento do espaço urbano, promoveram configurações subjetivas que possibilitaram um novo olhar sobre a cidade. Dessa forma, o desenvolvimento subjetivo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017) foi promovido entre as mulheres, ao mesmo tempo em que essas esportistas tornaram-se agentes da cidade ao destacarem formas alternativas de garantir urbanidade dentro do espaço urbano de Palmas.

## REFERÊNCIAS:

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O social na psicologia e a psicologia no social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Advancing the topics of social reality, culture, and subjectivity from a cultural–historical standpoint: Moments, paths, and contradictions. **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 36(3), aug. 2016, p. 175-189. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Psicologia\\_historico\\_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Psicologia_historico_Cultural/Advancing-the-Topics-of-Social-Reality.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

GONZALEZ-REY, Fernando; MITJANS MARTINEZ, Albertina. Una epistemología para el estudio de la subjetividad: Sus implicaciones metodológicas. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 15, n. 1, p. 5-16, jan. 2016. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242016000100002&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242016000100002&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2019.

GONZALEZ-REY, Fernando; MITJANS MARTINEZ, Albertina. El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico. **Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano**, [S.l.], v 13, n 2, p. 3-20, jun. 2017. Disponível em: [https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/teoria\\_da\\_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf](https://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/teoria_da_subjetividade/Desarrollo-de-la-Subjetividad.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando; PATINO TORRES, José Fernando. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación con Fernando González Rey. **Revista de Estudios Sociales**, 60, 120- 128. DOI: <https://doi.org/10.7440/res60.2017.10>, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/736>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/736>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PATINO-TORRES, José Fernando; GOULART, Daniel Magalhaes. Qualitative Epistemology: a scientific platform for the study of subjectivity from a cultural-historical approach. **The journal of International Research in Early Childhood Education**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 161-181, 2016. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1138782.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. Tradução: Anita Dimarco. São Paulo: Perspectiva, 2016. Tradução de: Walkable Cicity: Downtown Can Save America, One Step at a Time.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 20 nov. 2019.

# MULHER TRANS NO VÔLEI BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DA SUBJETIVIDADE SOCIAL

*Lidiane Moreira*

## PARA ENTENDER O TEMA E SEU CONTEXTO

Praticado nas escolas, desde as séries iniciais, nas aulas de Educação Física, o voleibol tornou-se o esporte mais popular no país, depois do futebol. Popularidade que cresceu, a partir dos anos de 1980, com os excelentes resultados das seleções brasileiras, tanto feminina como masculina, nas principais competições como as olimpíadas, campeonatos mundiais, jogos pan-americanos, ligas mundiais.

Principal competição profissional de voleibol no Brasil, a Superliga reúne 12 equipes masculinas e 12 equipes femininas. A maioria das equipes tem sede nos estados das regiões sul e sudeste e disputam fase classificatória em pontos corridos, turno e retorno. Na fase de *playoffs*, as quartas-de-final são definidas em série melhor de três; semifinais, também em melhor de três e final, em jogo único. Esse formato passou a ser adotado desde a temporada 2009/2010. As partidas acontecem de dezembro a março do ano seguinte e por isso as temporadas são designadas em biênio, 2017/2018 e 2018/2019, por exemplo. Quanto ao espaço dado na mídia, a modalidade é uma das poucas que possui transmissão na mídia televisiva brasileira nas duas categorias.

Na temporada 2017/2018, uma atleta em especial ganhou espaço nas redações da imprensa esportiva brasileira, e por consequência o debate público. Tiffany Abreu, de 35 anos, chamou atenção pelo seu desempenho como oposta do Sesi Bauru. Todavia, não foi apenas pelo seu aproveitamento no ataque que ela ganhou o noticiário esportivo. Seu desempenho é questionado porque se tornou a primeira mulher transexual a competir no maior campeonato profissional da categoria no Brasil. Há questionamentos sobre o critério científico que delimita o nível de testosterona, principal hormônio sexual masculino, como fator que garanta a igualdade de condições físicas com as mulheres cisgênero<sup>14</sup>.

Aos 30 anos, antes de realizar a transição de gênero na Europa, Tiffany Abreu era conhecida como Rodrigo Pará. O sobrenome era uma referência ao estado onde cresceu profissionalmente: foi em Conceição do Araguaia, sul do Pará, onde a atleta iniciou no esporte. No entanto, é natural de Paraíso do Tocantins, cidade da região central do estado do Tocantins. Após todas as mudanças físicas e hormonais do período de transição, ela competiu numa equipe masculina da Bélgica e da Itália, onde conseguiu liberação para competir em uma equipe feminina, o que acendeu o debate sobre transexuais no esporte de alto rendimento.

Nesse contexto, chama a atenção reações públicas de intolerância, repulsa e transfobia nos comentários encontrados em reportagens e nas redes sociais, tanto na Itália como no Brasil. Por outro lado, enquanto principal protagonista do processo, Tiffany não se curvou diante das críticas e polêmicas. Dentro da quadra seu desempenho nas partidas continuou sendo destaque. A postura fora de quadra lhe rendeu espaço e voz dentro do debate político, sendo inclusive candidata a deputada estadual, em 2018, pelo estado de São Paulo e ativa nas pautas do movimento LBTQI+. Conforme González Rey e Mitjans Martínez (2017) é neste ambiente de tensão que se dá o surgimento de caminhos alternativos de subjetivação dentro de “espaços normativos institucionais”.

Na abordagem trazida pela Teoria da Subjetividade, González Rey considera como sujeito a pessoa envolvida “na delimitação e desenvolvimento de espaços pessoais dentro das atividades sociais que desenvolve”, que é capaz de promover uma ação reflexiva e questionadora, por meio de uma postura ativa e não submissa, às instituições ou outros imperativos. Como sujeito, há o posicionamento e o confronto em relação à “[...] projetos, pontos de vista e reflexões pessoais, sempre que esses processos representem produções de sentidos subjetivos”. O conceito de sujeito, enquanto uma condição que se conquista, é um dos elementos para a compreensão da Teoria da Subjetividade proposta por este autor (GONZÁLEZ REY, 2010, p. 11).

Para Souza e Torres (2019, p. 46), “[...] as condições reflexiva, crítica e assumida ante os múltiplos contextos da vida implicam a responsabilidade que tem o sujeito com sua capacidade autoral na modificação das tramas sociais que interage”. Para entender parte deste universo é importante considerar sua complexidade, envolvendo fatores históricos que permeiam a subjetividade social. Ao longo dos séculos, tais fatores, imbricados nestas sociedades, contribuíram para a construção de tabus em torno da sexualidade, especialmente com relação à identidade de gênero.

Citei acima dois países, Brasil e Itália, que são extremamente religiosos e que, na contemporaneidade, estão politicamente liderados por governos de extrema-direita. É sabido que a miscigenação entre o fundamentalismo religioso e a doutrina política que rege os dois países não tem gerado o sentimento de alteridade, um conceito basilar na antropologia.

Para González Rey (2010), as configurações subjetivas que identificam uma personalidade estão imersas nos contextos em que atua e se expressa. Em sua perspectiva teórica há o rompimento das visões clássicas da psicologia que coloca o indivíduo e a sociedade em polos dicotômicos. Portanto, a subjetividade é vista como o resultado da produção simultânea entre o social e o individual. As subjetividades social e individual estão assim inter-relacionadas, se constituindo de maneira mútua.

Alguns aspectos sociais são aqui elencados como características presentes nessas sociedades. Além da homofobia, transfobia e misoginia, a xenofobia tem sido regra de conduta dos governantes desses países. A conduta dos líderes políticos chancela a postura do público que o apoia. Não causa estranhamento que políticos nômades, com pretensão à ascensão, copiem o modelo vitorioso que está “dando certo” no topo da pirâmide. Os sentimentos de intolerância ao outro, em verdade sempre existiram nessas pessoas. Contudo, encontrava-se silenciado, visto que esses sentimentos não eram chancelados por quem estava no topo.

O Brasil, por exemplo, nas últimas duas décadas, evoluiu significativamente com relação às políticas voltadas às ditas minorias sociais. Dados socioeconômicos de diferentes institutos

de pesquisa e legislação podem ser citados para ratificar essa afirmativa. A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi sancionada em agosto de 2006, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva e representa um marco histórico para os direitos humanos da mulher.

O sentimento de pertença a outro sexo, presente no/a transexual, é “tão antigo quanto a sexualidade humana”, como expõe Ceccarelli (2010). Relatos mitológicos, fontes literárias e antropológicas falam de personagens que viviam regularmente, ou definitivamente, como indivíduos do outro sexo, dizendo sentirem-se como do outro sexo. Nessa perspectiva, o que hoje chamamos de “transexualismo” não é próprio nem à nossa época e nem de nossa cultura: o que é recente é a possibilidade de ‘mudar de sexo’, graças às novas técnicas cirúrgicas e a hormono-terapia (CECCARELLI, 2010. p. 277-278).

No esporte de alto rendimento, campo social em que Tiffany habita, o debate em torno deste assunto não é novo, mas reacendeu-se quando, em 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) autorizou a participação de transexuais no esporte. Em 2003, a entidade já havia se manifestado sobre a autonomia da identidade de gênero.

Outro episódio aconteceu em 1998, quando uma das promessas do vôlei brasileiro, a ponteira Érika Coimbra, de 18 anos, não pode ser convocada pelo técnico Bernardo Rezende, o Bernardinho. Durante o mundial juvenil daquele ano, o resultado de um exame indicou que a taxa de testosterona de Érika estava acima do parâmetro considerado normal pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). A atleta precisou ser afastada das competições para ser submetida à cirurgia para correção da disfunção hormonal.

Como explica Ceccarelli (2010, p. 278), “atualmente, observa-se uma tendência crescente em evitar cirurgia e em contentar-se com a mudança de sexo na certidão de nascimento, o que garante ao transexual a equivalência entre sua identidade sexual e social”. Apesar de as entidades esportivas não exigirem a cirurgia, Tiffany passou pelo tratamento hormonal e também por procedimentos cirúrgicos.

A expectativa em torno da descoberta do sexo biológico começa nas primeiras semanas logo após a descoberta da gravidez. Tanto que realizar chás para revelar resultados de exames de ultrassom morfológicos, tornou-se uma febre mundial. Nesses eventos, a dualidade de cores, rosa para meninas e azul para meninos, predomina nas decorações bem elaboradas e, em alguns casos, exageradas.

Há uma enorme ansiedade dos pais quanto ao sexo biológico da criança, visto que todas as decisões da família parecem depender do resultado, o qual passa a ser usado como uma forma de reduzir a ansiedade presente nos meses de gestação. Ainda, saber o sexo antes do nascimento, apresenta-se como um fator extremamente importante para definir se o mundo será ‘azul’ ou ‘rosa’. Esse fato social, recente na nossa cultura, tem reforçado atitudes prejudiciais à comunidade LGBTQIAP<sup>15</sup>.

Em 2008, quando a escritora Jenna Karvunidis organizou, com o marido, o chá revelação de sua filha, a ideia ainda era nova<sup>16</sup>. Atualmente, essa filha usa terno e se expressa de maneira

15 A sigla traz a letra inicial dos seguintes gêneros: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Polí, e mais.

16 Leia mais em: <http://bit.ly/2Q8qtLS>. Acesso em: 16 dez. 2019.

não binária. “O primeiro bebê de festa revelação de gênero do mundo é uma garota que usa terno”, disse Jenna, no *Facebook*. E o terno é azul e não cor-de-rosa.

Esse tipo de evento tornou-se viral nas redes sociais, tornando um momento íntimo de um ser ainda no útero em um espetáculo, o qual, além de criar expectativas desnecessárias sobre o futuro da criança, gera frustração e constrangimento entre os familiares quando o resultado não é o esperado.

O caso da brasileira levanta muita polêmica dentro das questões científicas. No entanto, este estudo não se atentará a esse recorte, visto entendermos que cabe à Ciência, em seus critérios quali-quantitativos, apontar estudos para ratificar ou rechaçar os parâmetros utilizados para legalizar a participação. O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão sobre a subjetividade social, partindo da constituição do enquadramento noticioso da imprensa esportiva brasileira nas publicações sobre Tiffany. O jornalismo está intrinsecamente relacionado à nossa subjetividade; é comum que nossas conversas sejam pautadas sobre o que é destaque tanto nos veículos de comunicação de massa, quanto em outros meios que ascenderam a partir do final do século XX, como as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's).

Em todas as sociedades, a participação dos meios de comunicação tem um aspecto preponderante em seu desenvolvimento e na construção das subjetividades. Schramm (1970) destaca que:

Obviamente, a comunicação pode ser usada, de alguma forma, para a manipulação, se os possuidores dos canais decidem usá-los com esse propósito. Mas é também evidente que, quando maior e mais livre o fluxo de informação, é menos provável que a comunicação manipuladora tenha algum efeito. O efeito social básico da informação livre é antes libertar do que manipular o homem. É libertá-lo da ignorância e da manipulação unilateral (SCHRAMM, 1970, p. 68).

Com vistas a analisar essa perspectiva da subjetividade social, um *framing* de publicações foi construído para avaliar de que forma os conteúdos jornalísticos publicados trataram da visibilidade trans no esporte e para analisar se os critérios editoriais nas escolhas de imagens para ancorar os textos contribuíram ou não para a desconstrução do estigma social de pessoas transgênero.

## PARA FUNDAMENTAR

*Framing*, do Inglês, significa “enquadramento noticioso”, uma teoria da comunicação cujos teóricos precursores são Gregory Bateson (1954) e depois por Erving Goffman (1974). Sob o olhar dessa teoria, a/o jornalista promove a construção de reportagens que priorizam uma forma de escrita, de entonação da voz e enfoque noticioso que molda o acontecimento ao focar em um aspecto e desfocar outro.

Existe no jornalismo um paradigma da objetividade, utópico, diga-se. Uma série de construções que devem ser obedecidas durante a construção da notícia, a fim de garantir isenção da notícia. O que, categoricamente, não existe. Por mais que se siga toda a cartilha da objetividade, a subjetividade do profissional de jornalismo é indissociável, intrínseco, uma espécie de marca digital que caracteriza seu texto, o identifica.

Este labor diário das redações fica evidenciado na escolha de palavras para o título e ao longo do texto; expressões; as fontes que serão entrevistadas, que podem sustentar ou confrontar a ideia principal (o que inclui a edição com escolha de partes das sonoras); as imagens em movimento ou estáticas e as suas legendas.

Todo este conglomerado constrói a linha editorial, que traz em si a carga ideológica daquele veículo e também de quem o escreve. Entra em jogo o poder político e/ou econômico que sustenta determinada empresa, afinal, quem paga o salário “fala” mais alto. Um mesmo assunto pode ser escrito de maneira diferente por dezenas de jornalistas; pode-se dizer a mesma coisa ou trazer outra perspectiva, já que a carga subjetiva é basilar da escrita.

As experiências pessoais e a afinidade daquela ou daquele profissional ficam registrados na escrita, sejam nos parágrafos do texto ou na composição dos *offs* na televisão ou rádio. Do outro lado, está quem interpreta, quem recebe a notícia. Com a diversidade de mídias disponíveis, há uma tendência em ler, assistir ou ouvir aquilo que se aproxima mais da nossa forma de ver o mundo, que acaba por ser construída ao longo dos anos sob a influência da própria mídia e também da cultura, do espaço social onde se vive e com que se relaciona.

Conforme Rossetto e Silva (2012), o *framing* pode ser estudado como estratégia para construir e processar a notícia ou como forma de caracterizar o discurso. Assim, “examina [-se] como os enquadramentos são patrocinados por atores políticos, como jornalistas empregam enquadramentos na construção de estórias noticiosas, como essas estórias articulam enquadramentos e como a audiência os interpreta” (ROSSETTO; SILVA, 2012, p. 106).

## ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

O recorte temporal adotado para a análise de conteúdo compreende o período de 15 meses, entre janeiro de 2018 a abril de 2019, abarcando um espaço de tempo de duas temporadas da Superliga Feminina: 2017/2018 e 2018/2019. Nesse recorte, foi analisado o conteúdo textual e imagético de 22 publicações<sup>17</sup> sobre Tiffany.

Consoante Bardin (2009), a análise de conteúdo é um dos métodos mais eficientes para inferências de produtos jornalísticos. Para análise e interpretação dos conteúdos de cada publicação, foram adotados os seguintes critérios para categorizar as publicações: título, ideia central, palavras-chave, editorial e comentários (se há ou não).

## ANÁLISES

Das 22 publicações analisadas, 13 repercutiram sobre o episódio polêmico em que Bernardino disse: “Um homem é f\*”. O fato foi exaustivamente explorado seja como ideia central ou como uma citação menor em um parágrafo, nas publicações jornalísticas de portais de notícias na *Web*. Desde então, de programas esportivos a canais no *YouTube*, o tema passou a ser objeto de debates.

17 As 22 publicações compreendem notícias, matérias e reportagens que podem ser acessadas pelo link: <http://bit.ly/34Jj0bn>.

Nas publicações em que o título destacou a fala de Bernardinho, como em uma do Lance, cuja chamada foi “Após ser flagrado chamando Tiffany de ‘homem’, Bernardinho se desculpa”, gerou cerca de 200 comentários que continham palavras/frases cujas mais “suaves” eram: “covardia”, “isso é homem”, “Bernardinho está certo” e “não é justo com as mulheres”.

Na ocasião, o enquadramento dado pelo Lance, assim como feito pelo IG, Globo Esporte, Toque de Bola, vai ao encontro do que Rosseto e Silva (2012, p. 107) classificam como enquadramento de audiência que se refere “à influência que enquadramentos dos meios de comunicação exercem no processo cognitivo e interpretativo dos receptores”. Assim, a forma como Bernardinho, referência nesse esporte, se expressou em um momento de “ânimos exaltados”, endossou as reações e comentários do público.

Por outro lado, o mesmo episódio foi enquadrado de forma diferente pelo Yahoo Esportes, com o título “Bernardinho critica jogadora trans e depois se desculpa”. Apesar disso, o teor dos comentários, mais de 200, foi semelhante aos do Lance: “covardia jogar com mulheres”, “infelizmente agora tem que ser politicamente correto”, “ele não tinha q ter se desculpado de nada” (sic), “mas é homem” e “já pensou se a moda pega”. Por isso, outra teoria da comunicação pode ser utilizada neste estudo: o da agenda *setting*, também chamada teoria do agendamento, que diz que os *mass media* determinam o que será o assunto de conversas e discussões, mas não influenciam como as pessoas vão pensar (PENA, 2010).

Outras nove matérias trouxeram um enquadramento baseado na junção de diferentes perspectivas, seja de profissionais do meio esportivo e médico, de ativistas LGBTQIAP+, de outras jogadoras e da própria atleta. Na televisão aberta, o Esporte Espetacular da Rede Globo, um dos programas esportivos com maior audiência, trouxe uma reportagem especial com duração de mais de sete minutos. E, na televisão paga, Tiffany foi entrevistada pelo programa Bola da Vez, da ESPN Brasil, com duração de cerca de 60 minutos.

Durante a análise de cada texto, percebi a dimensão em que parte deste estudo e as interessantes possibilidades de pesquisa podem ser exploradas a partir da temática. Como já dito, a transexualidade é um tabu no Brasil. Isso se deve, principalmente pelo conservadorismo advindo da cultura cristã, que marca a religiosidade brasileira dominante. Essa, por muitos anos, esteve associada fortemente ao catolicismo, o qual foi introduzido ainda no período colonial pelas missões jesuítas, que buscaram catequizar a população indígena local.

Apesar da forte participação da igreja católica na cultura brasileira, atualmente ela tem dividido espaço com o protagonismo das igrejas evangélicas. Interessante pontuar que as igrejas das duas doutrinas majoritárias ocupam espaços significativos na programação televisiva, inclusive possuindo emissoras próprias, como é o caso da Igreja Universal, cujo fundador, Edir Macedo, é dono Grupo Record e da RecordTV. O conceito básico sobre o ser mulher ou ser homem, que permeiam a doutrina dessas igrejas, ainda é aquele do imaginário de Adão e Eva criada a partir da narrativa bíblica.

No atual cenário, grupos religiosos têm amplo espaço na programação de grandes canais de televisão, assim como protagonismo na política. A chamada bancada evangélica é uma das grandes apoiadoras do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro que ascendeu ao poder em 2019.

É este ambiente que asfixia a pauta trans, tornando-a ainda mais diminuída e menosprezada. Como é o caso do texto do projeto de lei do deputado estadual paulistano Altair Moraes que teve tramitação alterada para regime de urgência em outubro de 2019<sup>18</sup>. Em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto estabelece o sexo biológico como único critério para participação de competições no estado. Se aprovado, Tiffany ficará impedida de jogar profissionalmente.

## PARA CONCLUIR...

No Brasil, país em que as mulheres conseguiram direito ao voto no século passado, não é novidade que elas, no esporte, enfrentassem preconceitos de toda ordem: desde a forma do seu corpo, do peso, das roupas, do cabelo, do modo de ser na sociedade até o direito e o reconhecimento à participação em competições esportivas. Num passado recente mulheres foram proibidas por decreto governamental de jogarem futebol no Brasil. Agora, uma mulher trans vê seu direito de participação em um campeonato esportivo ameaçado.

Recentemente, na temporada 2019/2020 da Superliga brasileira, mais um exemplo dos preconceitos vividos pelas mulheres ocorreu, agora envolvendo a atleta Deja McClendon. De origem estadunidense, mulher preta e de cabelos raspados, Deja foi chamada de “macaca careca” por um espectador durante transmissão *on-line* feita pela Federação Mineira de Voleibol (FMV).

Se mulheres cis ainda enfrentam barreiras para construir carreira no esporte de alto rendimento, falar em minorias no pódio ainda constitui um tabu para uma parcela considerável da sociedade. Quando essas minorias são mulheres trans, as discussões baseadas em senso comum e estereótipos criados há séculos são reproduzidas nos comentários individuais e coletivos e emperram a inclusão de atletas no esporte.

O reflexo disso é que somos, no mundo, o país que mais mata<sup>19</sup> pessoas trans, e onde a expectativa de vida não passa dos 35 anos. O espaço para estas atletas no esporte e no jornalismo significa também sobrevivência e resistência.

Mesmo diante dessa realidade, é importante dizer que ao chegarmos neste final da segunda década do século XXI, uma série de padrões preconceituosos começou a ser desconstruída, inclusive como resistência às atuais configurações políticas. A Teoria da Subjetividade identifica essa dinâmica como uma qualidade atribuída ao sujeito, um indivíduo que abre caminhos subjetivos nos espaços da vida social dominante, como refere Souza e Torres (2019, p. 46): rompe limitações e cria rotas alternativas para a história social.

Como aliada à ação desbravadora de cada sujeito deste campo, o de atletas trans no alto rendimento, dentro e fora das quadras, a imprensa esportiva tem assumido um papel fulcral. Tal movimento também foi perceptível na Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019, com a ampla cobertura dos jogos em canais da televisão aberta e fechada. A competição de futebol feminino, na França, foi transmitida no Brasil pela Globo, TV Cultura, Band e SporTV, e a

audiência das transmissões e bilheterias nos estádios bateram recordes históricos, algo nunca visto antes numa modalidade cuja dominação e protagonismo são atribuídos historicamente aos homens.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Método. In: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 93 -150

CECARELLI, Paulo Roberto. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Favero. **Diversidade: dimensões de gênero e sexualidade**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 269- 285.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjans; GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Alínea, 2017.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Ministério Público do Estado do Ceará. **O Ministério Público e a igualdade de direitos para LGBTI: conceitos e legislação**. 2. ed. Brasília: MPF, 2017. Cartilha. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. Agenda setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 99-114, jul. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2QbxcEP>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SCHRAMM, Wilbur. O papel da informação no desenvolvimento nacional. In: SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970. p. 45 - 98.

SOUZA, Elias Caires de; PATINO TORRES, José Fernando. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, MG, v. 3, n.1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 22 dez. 2019.

# SOBRE O ORGANIZADOR

## JOSÉ FERNANDO PATINO TORRES

Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Psicologia Cultural e Psicólogo pela Universidad Del Valle/Colômbia. Professor e coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Professor visitante do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM-UFT. Professor do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de San Buenaventura Cali - Colômbia (2010-2016). Professor convidado ao curso de Especialização em Terapia Familiar e de Casais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO. Membro do grupo de pesquisa “O estudo da subjetividade na educação e na saúde”, dirigido pelo professor doutor Fernando González-Rey (UnB). Pesquisador em três linhas de pensamento: epistemologia da ciência e produção de conhecimento; estudos da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica; sócio-antropologia das trajetórias escolares.

# SOBRE OS/AS AUTORES/AS

## **ANA FLÁVIA CAMPEIZ**

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental e Terapeuta EMDR. Membro do grupo de pesquisa Programa de Assistência Primária de Saúde coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Angélica Iossi Silva, docente USP. Atua em psicologia clínica com ênfase no manejo da ansiedade há 8 anos. Atualmente é Agente Especialista em Psicologia do Sistema Socioeducativo/Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins e Colaboradora da Gerência da Escola de Formação do Socioeducativo do Estado do Tocantins.

## **CARLOS MENDES ROSA**

Psicanalista, Doutorado em Psicologia pela PUC-Rio, Mestrado em Psicologia pela PUC-Rio, Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisador nas áreas de Práticas e vivências em Direitos Humanos; Sofrimento e Subjetivação na Contemporaneidade; Saúde Mental e Psicanálise; Direitos Humanos e Psicanálise.

## **FELIPE SILVA LEITE**

Mestrando em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Pós-graduado em Marketing Estratégico, pela mesma instituição. Jornalista graduado também pela UFT, onde atua na Superintendência de Comunicação como programador visual / designer. Técnico em Tecnologia da Informação, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia em Palmas - TO.

## **FERNANDO GONZÁLEZ REY**

Doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia Geral e Pedagógica de Moscou (1979) e Doutor em Ciências pelo Instituto de Psicologia da Acadêmica de Ciências da União Soviética (1987). Foi presidente da Sociedade de Psicólogos de Cuba (1986-1995), Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana (1985-1990) e Vice-Reitor desta mesma Universidade (1990-1995). No momento de seu falecimento, era Professor Titular e Pesquisador do Centro Universitário de Brasília, bem como Pesquisador Colaborador Sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, onde coordenava o Grupo de Pesquisa “A subjetividade na saúde e na educação”. Pelo seu prestígio científico, foi convidado para ministrar cursos em diversas instituições de ensino e pesquisa em diferentes partes do mundo,

tais como The London School of Economy (Londres, Reino Unido), École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França), Monash University (Melbourne, Austrália), City University of New York (Nova York, EUA), Universidad Autónoma de Madrid (Madri, Espanha), Universidad Autónoma de México (Cidade do México, México), Universidad de Valencia (Valência, Espanha), Universidad de Buenos Aires (Buenos Aires, Argentina), Universidad Interamericana de Puerto Rico (Porto Rico, EUA), Universidad Complutense (Madri, Espanha), Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto, Brasil), Universidade de Brasília (Brasília, Brasil), entre outras. Sua obra abarca mais de 35 livros, 82 capítulos de livros, bem como 135 artigos científicos publicados em 5 idiomas (espanhol, português, inglês, russo e francês).

## **JEANY CASTRO DOS SANTOS**

Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos pela FAESP, Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior pela ULBRA. Bacharel em Sistemas de Informação pelo CEULP/ULBRA, Licenciada em Matemática pela UNITINS e Bacharel em Serviço Social pela UNOPAR. Bolsista CNPQ EXP-B. Atua principalmente nos seguintes temas: Gênero, Políticas Públicas e Ciência e Tecnologia.

## **JOSÉ FERNANDO PATINO TORRES**

Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Psicologia Cultural e Psicólogo pela Universidad Del Valle/Colômbia. Professor e coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Professor visitante do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM-UFT. Professor do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de San Buenaventura Cali - Colômbia (2010-2016). Professor convidado ao curso de Especialização em Terapia Familiar e de Casais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO. Membro do grupo de pesquisa “O estudo da subjetividade na educação e na saúde”, dirigido pelo professor doutor Fernando González-Rey (UnB). Pesquisador em três linhas de pensamento: epistemologia da ciência e produção de conhecimento; estudos da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica; sócio-antropologia das trajetórias escolares.

## **LIDIANE MOREIRA**

Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista pela Universidade de Gurupi (Unirg), é especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior e em Gestão das Políticas Sociais, cursando graduações em História e Educação Física. No mercado profissional desde 2009, atuou nas seguintes áreas: telejornalismo, radiojornalismo e webjornalismo; jornal e revista impressos; revisão e edição de textos e comunicação institucional. Jornalista do quadro de servidores efetivos do Governo do Tocantins desde 2013. Áreas de interesse na pesquisa: Corpo, poder, identidades, feminismo e cibercultura. Pesquisa ainda sobre as relações entre o corpo e gênero no esporte.

## **LUZIA VIERA DA SILVA BERNARDES**

Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela UFT/Esmat. MBA em Gestão de Pessoas pela UFT; Administradora pela FESURV. Servidora efetiva da Universidade Federal do Tocantins, onde atua na Coordenação de Gestão de Pessoas do Câmpus Universitário de Palmas. Pesquisa saúde mental na universidade, direitos humanos, subjetividade, sofrimento e subjetivação na contemporaneidade.

## **ROGÉRIA MARTINS COSTA**

Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Programa de Pós-graduação em / PPGCOM. Formada em comunicação social, com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Atuação profissional em jornalismo institucional, político e sindical. No momento atua como pesquisadora de temas relacionados a comunicação e economia

## **ROMÁRIO ROCHA DO NASCIMENTO**

Mestrando do Programa de Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É administrador de empresas pela Universidade Federal do Tocantins e tem MBA Executivo em Gestão de Negócios pela Escola de Agricultura-USP. Atualmente tem atuado em pesquisas que relacionem comunicação e economia, bem como a comunicação empresarial e a gestão pública. E-mail: admrocha13@gmail.com

## **RUTE ANDRADE DOS SANTOS**

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Especialista em Administração com ênfase em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ e graduada em Psicologia pela UFSJ. Foi professora convidada pela Universidade Federal do Tocantins - UFT no curso de Administração. Atualmente, gerencia a Escola Formação do Socioeducativo ligada à Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, onde também representa a Escola Nacional de Socioeducação – ENS a nível estadual. Ênfase nos temas: Engajamento no trabalho, Saúde mental no trabalho e subjetividade.

## **TEMIS GOMES PARENTE**

Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFMG. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Professora Titular da Universidade Federal do Tocantins. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da mesma

Universidade. Bolsista de Produtividade. Foi colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenou o Doutorado Interinstitucional - DINTER - junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Foi diretora da Região Norte de História Oral. Foi membro do conselho Editorial da Editora Universitária - EdFUT - da área de Ciências Humanas, Letras e Artes) fez parte da Diretoria da Associação Brasileira de História oral (2014-2016). Faz parte do Comitê Editorial da Revista História Oral. É coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero - NEDIG- da Universidade Federal do Tocantins. Faz parte del Comité Técnico-Académico de la Red Temática de Paz, Interculturalidad y Democracia del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología desde abril de 2015. Faz parte Associada Nacional de História. Faz parte Associação Brasileira de História Oral e membro do Comitê Editorial da Revista de História Oral. Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e memória, Gênero e desenvolvimento Regional, história e gênero, história oral, história e cultura e história do tempo presente. Consultora do Banco Mundial junto a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins no Projeto Estrada do Conhecimento.

# ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE

UMA APROXIMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Organizador

**José Fernando Patino Torres**

Autores

**Ana Flávia Campeiz**

**Carlos Mendes Rosa**

**Felipe Silva Leite**

**Fernando González Rey** (in memoriam)

**Jeany Castro dos Santos**

**José Fernando Patino Torres**

**Lidiane Moreira**

**Luzia Viera da Silva Bernardes**

**Rogéria Martins Costa**

**Romário Rocha do Nascimento**

**Rute Andrade dos Santos**

**Temis Gomes Parente**

Esta obra reúne trabalhos de pesquisa teórica e de campo, desde uma aproximação interdisciplinar, inspirados pela Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de González Rey. Trata-se de um exercício de escrita científica coletiva, ao interior do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins, que abordou temáticas contemporâneas tais como a saúde mental na universidade e no mundo do trabalho, a subjetivação dentro do capitalismo das organizações públicas, a pós-verdade no jornalismo e na subjetividade digital, e a relação entre esporte e gênero no desenvolvimento subjetivo. Com este livro, pretende-se aportar ao debate científico de problemáticas atuais, mostrando o valor heurístico da subjetividade para a pesquisa e a prática profissional interdisciplinar.